

RAQUEL ALQUATTI

SOBRE DIZER A VERDADE DO LUGAR ONDE NÃO SE DEVERIA ESTAR

Uma leitura discursiva de uma prática política de ocupação

Porto Alegre

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

SOBRE DIZER A VERDADE DO LUGAR ONDE NÃO SE DEVERIA ESTAR

Uma leitura discursiva de uma prática política de ocupação

RAQUEL ALQUATTI

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA CRISTINA LEANDRO FERREIRA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre

2017

RAQUEL ALQUATTI

SOBRE DIZER A VERDADE DO LUGAR ONDE NÃO SE DEVERIA ESTAR

Uma leitura discursiva de uma prática política de ocupação

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: ____ de _____ de _____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira – orientadora

Profa. Dra. Elizabeth Fontoura Dornelles – UNICRUZ

Profa. Dra. Freda Indursky – UFRGS

Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana – UNICAMP

CIP - Catalogação na Publicação

Alquatti, Raquel

Sobre dizer a verdade do lugar onde não se deveria estar: uma leitura discursiva de uma prática política de ocupação / Raquel Alquatti. -- 2017.

127 f.

Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Prática Política. 2. Prática Teórica. 3. Discurso. 4. Ocupação. I. Leandro Ferreira, Maria Cristina, orient. II. Título.

*Dedico o meu trabalho aos sujeitos da Ocupação Lanceiros
Negros que insistem em dizer e me permitiram escutar.*

AGRADECIMENTOS

Aos lutadores da Ocupação Lanceiros Negros por deixarem-se ouvir.

À Maria Cristina Leandro Ferreira, pelo modo de ensinar e de ensinar a pensar. Pela escuta atenciosa como orientadora, que me permitiu ouvir minhas próprias palavras.

Ao grupo de pesquisa *Oficinas de AD*, pela disposição à luta teórica.

Às professoras Ana Zandwais, Freda Indursky, Luiza Milano Surreaux e Solange Mittmann que me conduziram pela Linguística e pela Análise de Discurso nestes dois anos de intensa aprendizagem.

À Luciene Jung de Campos, pela generosidade em ensinar e por sempre me desorientar nos caminhos da Psicanálise, da Análise de Discurso e da vida.

À Stefany Rettore Garbin, pelo companheirismo e pela parceria na teoria e no cotidiano.

Ao Alejandro, por colocar música e imagem no meu mundo de palavras. E também pelo suporte que me ofereceu, com amor, nestes dias de escrita.

Aos amigos e colegas psicólogos Ismael Pereira, Patrícia Menezes Visentin, Roseane Harth Adami, Mônica Restelatto e Andrelise de Souza pelas belas conversas, pelos arranjos teóricos, pelo amparo e pela paciência.

Aos meus pais, Neusa e Sergio, por sempre terem acreditado na educação.

Ao CNPQ, pela bolsa de mestrado que financiou esta pesquisa.

Pois cada um de nós sofre com a ideia de desaparecer, sem ser ouvido e notado, num universo indiferente, e por isso quer, enquanto ainda é tempo, transformar a si mesmo em seu próprio universo de palavras.

Milan Kundera, O Livro do Riso e do Esquecimento, 1987

RESUMO

O presente trabalho realiza um gesto de leitura discursiva da prática política de uma ocupação urbana da cidade de Porto Alegre. Trata-se da Ocupação Lanceiros Negros MLB/RS que em 2015 ocupou um prédio público do governo do estado do Rio Grande do Sul abandonado há doze anos. Pela via da prática enquanto processo de transformação, busco evidenciar a simultaneidade do questionamento a respeito das práticas políticas e teóricas que marcam a teoria materialista do discurso de Michel Pêcheux. Compreendendo que a especificidade do instrumento teórico da análise de discurso é a trituração das evidências de sentido que estruturam a realidade, questiono a prática de ocupar como instrumento específico de luta que realiza um desarranjo sobre a ordem da cidade. A *Ocupação* que é seu produto se constitui sob a marca de instituir-se onde, por evidência, não se deveria estar. Tomando posição teórica pela existência do *real*, independentemente daquilo que se possa conhecer, questiono o modo como algo da *verdade* pode ser dito por uma Ocupação. Para isso, me coloco na escuta do modo como a Ocupação coloca em questão os objetos que tangenciam sua luta. O que encontro é a apropriação de saberes articulados pelo constante traçado de fronteiras discursivas. Neste processo, a coincidência da realidade consigo mesma é posta em suspensão, abrindo uma lacuna por meio da qual é possível dizer sobre a ausência, o irrealizado e o inexistente. Compreendendo que o próprio desta organização de ocupação é colocar o cotidiano a serviço da luta, trabalho o modo de construção de um agente a partir da instauração do nome como significante que organiza uma unidade não-subjetiva e o processo metonímico por meio do qual esta unidade pode expandir-se tomando posição na luta de classes.

Palavras-chave: Prática Política; Prática Teórica; Discurso; Ocupação.

RÉSUMÉ

Ce document vise réaliser un geste de lecture discursive de la pratique politique d'occupation urbaine dans la ville de Porto Alegre. On parle de l'Occupation Lanceiros Negros MLB / RS, qu'en 2015 occupait un bâtiment public du gouvernement de l'état de Rio Grande do Sul abandonné il y a douze ans. Par la guise de la pratique comme un process de transformation, j'essaie de mettre en évidence la simultanéité du questionnement sur les pratiques politiques et théoriques qui marquent la théorie matérialiste du discours de Michel Pêcheux. En comprenant que la spécificité de l'instrument théorique de l'analyse du discours est l'écrasement des évidences de sens qui structurent la réalité, je questionne la pratique d'occuper comme instrument spécifique de lutte qui fait une rupture sur l'ordre de la ville. Si l'on pense que l'*occupation* est le produit de la pratique d'occuper, on peut dire que elle est constituée sous la marque de s'instituer où, par évidence, on ne devrait pas être. On prenant la position théorique selon l'existence du réel, indépendamment de ce qui peut être connu, je mets en question la façon dont quelque chose de la *vérité* peut être dit par une Occupation. À cette fin, je me pose à écouter la façon dont l'Occupation met en question les objets qui touchent sa lutte. Ce que je rencontre est l'appropriation des connaissances articulée par le tracé constant des frontières discursives. Dans ce processus, la coïncidence de la réalité avec elle-même est met en suspension, en ouvrant une brèche à travers laquelle il est possible de dire sur l'absence, l'irréalisé et l'inexistant. En comprenant que la marque de cette organisation de l'occupation est de mettre la vie quotidienne au service de la lutte, je travaille la façon de construction d'un agent selon l'établissement du nom comme signifiant qui organise une unité non subjective et le process métonymique dont cette unité peut se développer en prenant position dans la lutte des classes.

Mots-clés: Pratique Politique; Pratique Théorique; Discours; Occupation.

SUMÁRIO

1UM INÍCIO ENTRE MEIOS	10
1.1Apresentando o objeto	19
A Ocupação Lanceiros Negros	19
Bate-papo com os moradores	22
Audiência Pública.....	23
Ato Público	26
2 NA TEORIA, A PRÁTICA É OUTRA	28
2.1 As Bases da Universalidade	29
2.2 A Luta de Classes na Teoria	31
2.3 Nem origem, nem essência.....	33
2.4 A dialética da dominação	36
3 DOS MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO	41
3.1 A escuta, a leitura e o olhar	42
3.2 Ocupar como instrumento	50
4 DOS MODOS DE DIZER A VERDADE.....	56
4.1 Ocupar o vazio.....	56
4.2 Sobre as modalidades da ausência.....	64
4.3 Objeto de luta	77
4.4 Narrativas Complexas	84
5 UM PROCESSO SEM SUJEITO NEM FIM	95
5.1 Do nome ao nós	95
5.2 Um processo metonímico	106
UM PONTO	114
REFERÊNCIAS	117
OBRAS CONSULTADAS	121

ANEXO I.....	123
ANEXO II	124

1 UM INÍCIO ENTREMEIOS

Entrar no campo da Análise de Discurso implicou uma mudança de terreno em relação a Psicologia, área de minha graduação, mas não daquilo que figura como sua questão central, o sujeito. O que aconteceu foi um giro epistemológico. Falar em Análise de Discurso requer que, prontamente, façamos a demarcação de uma posição teórica. Trata-se aqui do campo de estudos inaugurado por Michel Pêcheux, a partir das questões filosóficas e políticas surgidas no revolucionário contexto intelectual francês dos anos 1960 denominado, genericamente, como estruturalismo.

Para François Dosse (1993) o estruturalismo eclode enquanto uma afirmação das ciências humanas e sociais no embate com os saberes canonizados. É a estruturação da Linguística como ciência, a partir de novas leituras do *Curso de Linguística Geral* (CLG) – publicado em 1916 – que marca a inauguração de um modo de produzir conhecimento na continuidade das mutações em curso nas ciências “duras”. Momento paradoxal onde o conhecimento exato sobre as coisas do mundo se aprofunda, a ponto de abrir novas perspectivas sobre a incompreensão, ao mesmo tempo em que as ciências humanas e sociais passam a nutrir-se de um modelo lógico-matemático para registrar seus saberes, colocando em questão a precisão dos sentidos transportados pela língua.

Deste lugar, a Análise de Discurso surge como uma *abordagem discursiva dos processos ideológicos* que se desenvolve a partir da imbricação de saberes da *linguística*, do *materialismo histórico* e da *psicanálise*. Campos não-complementares, postos em movimento pelas releituras estruturalistas de onde é preciso destacar a leitura de Marx suscitada por Louis Althusser, e o retorno a Freud, empreendido por Jaques Lacan.

Esta articulação coloca o *discurso* como objeto teórico onde se concentram os conflitos instaurados sobre a língua, a história e o sujeito. E é justamente no que diz respeito ao sujeito que o embate com a Psicologia é constitutivo da construção do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso. É porque a Psicologia é a ciência responsável por formalizar o saber sobre *o que é um sujeito*, que historiadores, linguistas, sociólogos, remetem-se a ela para fundamentar seus próprios saberes.

No texto onde comenta o contexto epistemológico de surgimento da Análise de Discurso, Pêcheux ([2014] 1983) descreve a concepção de sujeito formulada pela Psicologia,

em referência à concepção de sujeito epistêmico proposto por Piaget¹. Um sujeito de direito, unidade racional e lógico-operatória, limitado de um lado por coerções biológicas – como um organismo exposto ao meio – e, de outro, por coerções sociológicas – calcadas no fato do sujeito estar sempre em relações de cooperação e confronto com os demais sujeitos.

O que esta concepção de sujeito recalca – nos termos de Pêcheux – é o registro do sujeito enquanto construção histórica, efeito de relações sociais; o registro do sujeito constituído pela linguagem; e a cisão fundamental do sujeito, marcada pelo registro do inconsciente. Leandro Ferreira (2010) é quem enuncia, de forma apurada, a concepção de sujeito pautada no reconhecimento deste triplo registro: “efeito de linguagem, *assujeitado e desejante*, eis, então, nosso objeto de investigação em toda sua complexidade e heterogeneidade, unido de modo indissolúvel na topologia do nó borromeano *à linguagem, à ideologia e ao inconsciente*”. (2010, p.104, grifos da autora).

A Psicologia encontra-se na base de fundação da Análise de Discurso por figurar enquanto matéria-prima da crítica às práticas científicas das ciências sociais. Ao estabelecer uma relação de complementaridade bio-psico-social em torno do sujeito, ela se torna um privilegiado observatório das concepções ideológicas dominantes.

Deste outro ponto, ao me situar como analista de discurso, retorno o olhar à Psicologia para compreendê-la, acima de tudo, como um significante que sustenta a imaginária homogeneidade de um campo científico do conhecimento. Infortúnio esse que, há de ressaltar, não lhe é exclusivo entre as ciências. A Psicologia figura mais como um pacto de existência pacífica entre profissionais, tal como afirma Canguilhem (1973), do que uma construção científica em torno de *um* objeto que, por consequência, viria colocar em questão suas práticas.

É preciso compreender a distância entre a Psicologia como campo de saber que conheci em pleno século XXI e a Psicologia que Pêcheux faz referência em sua obra. Não pela transformação linear desta disciplina, mas pelo discernimento de sua impossível apreensão enquanto unidade. A Psicologia não existe, pois se trata, de fato, de um nome que reúne diferentes abordagens teóricas, cada qual com sua filiação epistemológica que permite a

¹O psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) formula a noção de *sujeito epistêmico* enquanto um sujeito universal que reúne as características gerais humanas sem, contudo, levar em conta os processos particulares ou subjetivos relativos ao *sujeito psicológico*.

construção de distintos arranjos conceituais sobre os sujeitos. Desta forma, também não pode ser completamente descartada.

O giro epistêmico que realizei, fez-me atentar aos questionamentos sobre as próprias práticas de produção de conhecimento que se encontram no cerne do trabalho teórico de Pêcheux. Herança materialista do questionamento dos processos de produção de tudo que aparece como já-dado em uma sociedade. Ao mesmo tempo, produzir conhecimento requer, inevitavelmente, a realização de uma construção linguística. Reencontramos aqui os conflitos em torno da língua, da história e do sujeito.

Conhecer é trabalho de pensamento sobre a linguagem através da própria linguagem. Se há pensamento, há sujeito. Se há linguagem, há social. No que tange à produção científica - lugar de onde falo nesta dissertação -, em específico a esta grande área que denominamos ciências humanas e sociais, colocar a linguagem em questão implica a produção de sucessivos efeitos nos objetos destas ciências. Não a colocar, provoca uma série de apagamentos.

Isso implica compreender, em termos gerais, que língua, sujeito e história são recortes conceituais que definem distintas faces de um mesmo processo. Tentativa de apreensão de um *real* social que se apresenta de uma só vez. Assim sendo, qualquer ciência que se dispuser a tomá-lo como objeto de conhecimento estará, sempre-já, em uma rede complexa de relações.

A formulação de sujeito em Análise de Discurso permite colocar em suspenso a *subjetividade*, fazendo com que compreendamos, de um lado, a existência objetiva das coisas do mundo, tal como formulado no campo do materialismo e, do outro, a língua como meio específico e imperfeito de apreensão destas coisas. Assim sendo, toda produção de conhecimento é uma apreensão linguística. Toda formulação linguística é um arranjo possível que reconhece algo do *real*. E não seria justamente a língua o objeto primordial da atuação dos psicólogos?

Tal reconhecimento da impossibilidade de apreensão direta e completa do mundo objetivo é o que marca a posição materialista frente ao idealismo, lógica espontânea da dominação pela qual os saberes e as coisas tornam-se indiscerníveis por meio da linguagem. Estar no materialismo implica um processo contínuo e incessante de diferenciação do idealismo e da manutenção do lugar do *real* enquanto impossível.

A Análise de Discurso, enquanto instrumento para a produção de conhecimento nas ciências humanas e sociais, fornece-nos uma rede conceitual por meio do qual se faz possível

escutar os distintos modos pelos quais os sujeitos apropriam-se das coisas do mundo, reconhecendo a si e ao outro em meio ao complexo jogo de forças de uma sociedade.

Em outros termos, a Análise de Discurso fornece-nos, hoje, no Brasil de 2017, um campo teórico sólido para falarmos ainda em luta de classes. Estamos em tempos de embates plurais que se proliferam no seio do neoliberalismo contemporâneo, onde são delineados outros recortes para além da imagem clássica da luta entre operários e patrões. Faces de uma disputa construída em torno de distintos objetos – paradoxais - de luta: o feminino, a sexualidade, a raça, a natureza, a arte, as drogas, as religiões, etc. Não podemos deixar de mencionar aqui as contínuas cisões que vimos serem produzidas nos últimos dois anos no contexto da política no Brasil.

Falar ainda hoje em luta de classes é tratar da complexidade das relações que se apresentam como efeitos de uma fissura no seio da sociedade que impede seu fechamento em um todo harmonioso. Alinho-me à proposição de Žižek no momento em que afirma “não há conteúdo propriamente dito da política²” (2011, p.293). O embate apresenta muitas faces e se desenvolve nos mais distintos campos. Trago isso para que possamos pensar, desde já, a luta de classes pautada na economia como uma causa ausente, determinante das relações sociais, e não como fato empírico de causalidade direta. Isto é, nunca houve o momento mítico original onde a luta de classes foi pautada exclusivamente pela economia, numa luta entre detentores da força de trabalho e detentores das condições de produção. Trata-se antes de um núcleo traumático *real* capaz de assumir sempre outro arranjo estético.

Com base nisso, o que proponho neste trabalho é uma leitura discursiva daquilo que emerge como *dizer* de uma prática política de ocupação. Situo o que se passa em uma ocupação como um dentre tantos outros conflitos que constituem a luta de classes que, é preciso dizer, configura a disputa entre dominados e dominantes. Compreendo que estes termos não tratam de categorias empíricas que dizem respeito aos sujeitos, mas sim do embate entre *particulares* e o *universal*. Dominantes e dominados são, sobretudo, posições de onde são produzidas leituras incompatíveis sobre o *real*.

Para isso, busquei realizar uma escuta do modo como *um* ponto de vista particular realiza uma leitura das relações sociais que lhe circundam. Deparei-me, no primeiro semestre

²Indursky (2002) realiza a distinção entre *o político* como a cena do embate de forças relativo à luta de classes e *a política*, referente à área funcional da organização do coletivo. Nesta via, o que Žižek toma como política pode ser pensado em termos do campo político, isto é, do embate de forças móveis referente ao processo sócio-histórico da luta de classes.

de 2016, com uma ocupação urbana instalada no centro da cidade de Porto Alegre, denominada Ocupação Lanceiros Negros – MLB/RS. Um prédio público, desocupado há mais de dez anos, transformado em moradia para cerca de setenta famílias. Seu suporte é o MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, movimento social criado em meados de 2005 que marca o nome da Ocupação, mas não se confunde com ela.

Uma forma interessante de luta. Fui fisgada pelo caráter fugidio de sua organização. Uma habitação coletiva de onde emerge uma organização de luta política. Um arranjo pelo qual a vivência comum dos sujeitos torna-se instrumento de luta no espaço de um prédio, amparado pela organização de um movimento social sem, contudo, justapor-se a ele. À medida que se tenta definir o que há ali, algo escapa, atestando a impossibilidade de reduzir sua existência a uma unidade fechada em uma região bem delimitada.

Na transposição da leitura teórica para o campo empírico, por meio do contato com a Ocupação, fui tomada intensamente pela questão ética. Meu contato inicial se deu por meio da página da Ocupação em uma rede social³. Através desta plataforma solicitei o consentimento para que, deste lugar acadêmico, eu pudesse me aproximar desta manifestação política e realizar uma escuta do que ali vinha sendo produzido. Obtive como resposta que a Ocupação se mantém sempre de portas abertas.

Nesta primeira aproximação, já começou a ser delineada a cena da complexidade em trabalhar com aquilo que combate o homogêneo da dominação quando, enquanto acadêmica, é justamente o lugar do saber legítimo e, portanto, dominante que represento. Se tento apaziguar minhas inquietações pensando que estamos de um mesmo lado, realizo logo que, certamente, não estamos em um mesmo campo.

Visitei a ocupação numa tarde, conversei com moradores, adultos e crianças que estavam ali presentes. Fui bem recebida. Mesmo assim, estava na casa de setenta famílias sem ter sido convidada. Retornei uma segunda vez, numa feijoada aberta à comunidade. Nestes encontros, o que vi era gente vivendo, convivendo, brincando, se organizando, cozinhando, compartilhando. Cotidiano e coletivo. Comecei a sentir receio de me apropriar daquilo que era espontâneo, banal e simples. Estaria eu, neste lugar acadêmico, realizando uma espécie de *voyeurismo* da pobreza? Ou ainda, uma romantização da luta proletária?

³Disponível em <https://www.facebook.com/LanceirosNegrosRSMLB/>. Acesso em 10 de julho de 2017.

A partir dos contatos que realizei nestes encontros, fui inserida na página do Grupo de Apoio a Ocupação Lanceiros Negros em uma rede social. Este seria um meio para que eu pudesse ter maior proximidade da Ocupação. Neste espaço, eram organizadas reuniões para tratar da organização e da divulgação de eventos realizados naquele lugar. Participei de algumas delas e ajudei dentro do que era possível, discutindo ações e divulgando eventos. A partir destas reuniões foi criado um grupo em um aplicativo de mensagens instantâneas, do qual faço parte até hoje, onde são compartilhadas algumas informações e realizadas solicitações.

Mesmo afirmando minha intenção de pesquisa, não encontrei no Grupo de Apoio à Ocupação um lugar para mostrar meu projeto de dissertação e investigar com os moradores a possibilidade de que pudesse pesquisar algo com base no que ali era dito. Ao contrário. Aquele era um espaço que demandava apoio, visibilidade, objetos, serviços. Eu, na contramão, estava solicitando. Sentia que propor realizar ali uma pesquisa seria tomar mais uma das poucas coisas que aquele coletivo possuía sem poder oferecer, efetivamente, nada em troca. Sigo me questionando sobre este ponto.

Sem ter muito o que ofertar e sem saber como pedir, me mantive por perto. Estive presente em uma Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores e em um Ato por eles promovido. Dois momentos bastante marcantes. Lugares de afirmar a luta na cena pública. Havia muito a dizer. Nestes espaços públicos já não mais sentia o desconforto da intromissão. Ali eu era simplesmente um outro que podia escutar aquilo que era dito com uma força arrebatadora em direção ao Outro, aquele do lado de lá da linha. Eu podia ali ser um terceiro e minúsculo ponto que, deste mesmo lado de um traçado imaginário, pode escutar de um lugar teórico.

Mas eu ainda necessitava de uma autorização para realizar esta escuta e para produzir algo a partir disso, tanto em termos legais quanto em termos éticos e políticos. Conversei com moradores, organizadores e apoiadores sobre este trabalho. Obtive respostas afirmativas, mas vagas. Precisava que a Ocupação Lanceiros Negros reconhecesse minha presença, caso contrário minha escuta seria uma espécie de espionagem. Estaria já no campo do Outro. Mas quem seria, afinal, a Ocupação? Esta questão, que se apresentou na prática é, sobretudo, teórica.

Nenhum sujeito em específico poderia me conceder tal autorização. Não havia meio formal de solicitação. Compreendi, de partida, que esta Ocupação não é uma instituição, mas

sim, um encontro de pessoas em um determinado lugar onde algo se produz. Em algum momento deste percurso trôpego de minha aproximação, fui instruída a participar da assembléia realizada semanalmente na Ocupação. Espaço coletivo de organização da rotina e da luta.

No dia da assembléia estava sendo projetado o documentário *Lanceiros Negros estão vivos: uma ocupação por moradia e liberdade*⁴. Assisti ao filme junto aos moradores e alguns apoiadores que estavam presentes. Após a exibição do documentário deu-se início a reunião onde os moradores trataram das questões que diziam respeito à organização doméstica e política. Ao final, quando a palavra foi aberta aos apoiadores, me apresentei de forma bastante informal e sincera. Falei brevemente de minha formação, da Psicologia e da Análise de Discurso como teoria que proporciona o encontro entre a língua e o Materialismo Histórico. Perguntei se eu poderia tomar as palavras deles como matéria-prima para meu trabalho de dissertação. Disse que não tinha muito a ofertar, mas que queria levar aquilo que ali era dito para circular dentro do espaço acadêmico. Foi feita uma votação. Levantaria o braço quem estivesse de acordo. Prontamente o coletivo autorizou a realização deste trabalho.

A partir daquele momento, foi estabelecido o contato direto entre uma moradora e eu. Ela foi, então, um meio de acesso legítimo à Ocupação. Tanto pelo reconhecimento do que eu estaria fazendo ali, quanto pela assinatura dos termos legais que me autorizavam a escutar (Anexo I). Já não precisei entrar sem ser convidada. Com ela também conversei sobre a possibilidade de um bate-papo com alguns moradores e ela quem viabilizou este encontro. Reuni-me com cinco integrantes da ocupação no início de outubro de 2016. Ali se produziu uma conversa informal, embora formatada pelo contrato acadêmico (Anexo II), onde falamos sobre cotidiano de luta que é também a rotina de vida daqueles sujeitos.

Essa dissertação tem como matéria-prima aquilo que escutei ser dito por representantes da Ocupação Lanceiros Negros na Audiência Pública realizada em julho de 2016, no Ato Público promovido pelos moradores e organizadores da Ocupação em setembro de 2016 e no bate-papo com os moradores em outubro de 2016.

Para realização deste trabalho, estes materiais foram gravados em arquivos de áudio e transcritos por mim em um segundo momento. A fala tornou-se som, o som foi transformado em escrita. Obtive então, páginas e páginas de material linguístico impresso. Escolhi trabalhar

⁴Produção do Coletivo Catarse. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y97fhAH7Cyc>.

somente com aquilo que foi produzido por moradores e representantes da Ocupação, deixando de lado as contribuições dos apoiadores, advogados, figuras públicas que também compuseram estes arquivos.

Entre o que presenciei e aquilo que tomo como discurso, objeto de interpretação neste trabalho, há a distância entre o *dito* volátil, que há muito já desapareceu e o *texto* que se torna arquivo pelo processo de transcrição. Deslocamento da escuta à leitura, enquanto instrumento primordial de análise, que permite que o texto seja tomado como um espaço de significação e, portanto, lugar onde é possível imprimirmos um gesto de interpretação sustentando pelo arcabouço teórico da Análise de Discurso.

Tratando-se de uma Ocupação, um caminho possível para este gesto teórico-interpretativo poderia tangenciar a discussão em torno da cidade. Há uma tradição consolidada de pesquisa do urbano na Análise de Discurso brasileira, que se desenvolve, principalmente, a partir do trabalho de Eni Orlandi. A pesquisadora, pioneira do trabalho em Análise de Discurso no Brasil, mobiliza a tessitura de sentidos sobre o urbano, tomando a cidade como espaço de interpretação, num país marcado pela segregação. A cidade como espaço significativo, é onde estão materializadas as práticas sociais. Deste modo, afirma Orlandi (2011) “o corpo dos sujeitos está atado ao corpo da cidade e estes são significados por essa ligação” (p.695).

Podemos situar ainda, a institucionalização da intersecção do discurso e das questões urbanas em solo brasileiro, junto ao Laberurb⁵ – Laboratório de Estudos Urbanos, centro de pesquisa atuante desde 1992 junto a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Destaco também a Revista *Rua*⁶ que, desde 1995, coloca em circulação estudos sobre os fenômenos próprios da cidade e a linguagem.

Nesta tradição, haveria muitos nomes de pesquisadores brasileiros a mencionar, dos professores e renomados autores que vêm desenvolvendo a Análise de Discurso no Brasil até os jovens estudantes e pesquisadores da temática. Cada qual realiza um recorte específico do seu objeto e das questões que ali emergem.

Ao mesmo tempo, a Análise de Discurso no Brasil vem consolidando uma trajetória de estudos de distintas organizações políticas, como movimentos sociais, sindicatos, partidos,

⁵Disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/site/web/pagina/38>. Acesso em 25 de agosto de 2017.

⁶Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/index>. Acesso em 25 de agosto de 2017.

governos e figuras públicas, bem como, realizando produções que abarcam os embates plurais que constituem o cenário contemporâneo da luta de classes. Basta atentarmos à programação do recente VIII Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD), realizado em 2017 na cidade de Recife –PE, para constatar esta diversidade.

Fortuitamente, minha leitura do discurso desta ocupação urbana ganhou contornos que a distanciam da discussão em torno do espaço como materialidade significativa, mas mantém-se próxima do batimento entre o político e a política. Busquei realizar uma escuta atenta às especificidades do processo discursivo luta, compreendendo que o arquivo que compõem este trabalho já é uma leitura das relações sociais realizada pelos sujeitos que compõe a Ocupação Lanceiros Negros – MBL/RS.

Neste primeiro capítulo, apresentarei o objeto de análise posto aqui em questão. O conceito de *prática* é o norteador do processo de análise. Por isso, o materialismo histórico, enquanto *teoria das práticas* é a base da construção teórica que desenvolverei no segundo capítulo, buscando dar destaque a relação materialista fundamental entre práticas políticas e teóricas. Deste modo, sustentei minha leitura nos autores clássicos. Da crítica de Marx e Engels à filosofia alemã, passado pela enunciação teórica da filosofia e da ciência materialista realizada por Althusser à construção de uma teoria materialista dos processos discursivos proposta por Michel Pêcheux.

Nesta via, dedico o terceiro capítulo ao estudo dos *instrumentos* por meio dos quais se realizam as transformações do conhecimento e das relações sociais. Percorro o caminho realizado por Pêcheux para propor a Análise de Discurso como um instrumento para as ciências humanas e sociais que tritura a homogeneidade evidente dos sentidos, dando a ver a contradição. O gesto de ocupar um prédio foi tratado como instrumento cujo produto é a organização de uma Ocupação que faz coincidir a luta e a vida cotidiana.

No quarto capítulo, busco realizar uma escuta discursiva do modo como a Ocupação coloca em questão os *objetos* que tangenciam a sua luta. Movimento de apropriação e articulação de saberes de três diferentes Formações Discursivas, por meio do qual se realiza continuamente a demarcação de fronteiras discursivas que permitem dizer sobre o Outro a partir da *ausência*, do *irrealizado* e do *inexistente*.

O capítulo final aborda a constituição do *agente* desta prática política, a partir da instauração do nome como significante que organiza uma unidade e permite a filiação dos sujeitos a uma memória social. Nesta construção, busco questionar o trabalho sobre a Forma-

sujeito de onde se faz possível uma *tomada de posição não-subjetiva*, onde algo da verdade pode ser dito.

1.1 Apresentando o objeto

Ao buscar privilegiar aquilo que é dito pelos sujeitos *da* Ocupação, interessa menos aquilo que pode ser dito *sobre* a ocupação. Mas é preciso apresentá-la. Proponho aqui uma descrição objetiva que permita uma compreensão geral desta organização.

Farei aqui uma breve exposição do percurso e da organização da Ocupação Lanceiros Negros - MLB/RS que esteve em constante transformação ao longo da realização deste trabalho. Uma leitura geral produzida com base em observações, no material que venho trabalhando e também em informações disponibilizadas na página da Ocupação Lanceiros Negros em uma rede social e em portais de notícias.

Na sequência trarei breves relatos que apresentam as três distintas situações de enunciação que constituem a matéria-prima do arquivo desta pesquisa. A saber, o bate-papo com os moradores, a audiência pública e o ato público. Apresentarei cada uma das cenas enunciativas buscando contemplar: as questões que se apresentaram na ordem que ocorreram; os distintos elementos que compuseram cada uma das situações; os dizeres trazidos por outros sujeitos na cena enunciativa. Trago aqui uma estrutura condensada daquilo que retornará como recorte, extraído do arquivo, deslocado e reaproximado de outros textos, de construções teóricas e das questões pertinentes à análise nos capítulos seguintes.

A Ocupação Lanceiros Negros

A Ocupação Lanceiros Negros é um espaço de moradia e uma organização política de luta construída a partir da ocupação de um prédio público na esquina das ruas Andrade Neves e General Câmara, no centro da cidade de Porto Alegre. Este espaço tem como marco de fundação o mês de novembro de 2015, onde cerca de cem famílias organizadas junto ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) apropriaram-se do prédio, desativado há doze anos, onde funcionava o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com o site⁷, o MLB, é um movimento que compreende a reforma urbana como o principal instrumento para a luta da classe trabalhadora em direção à sociedade socialista. Para isso, busca auxiliar na organização e na realização de ocupações urbanas como um modo de mobilização popular que traz visibilidade para a situação de precariedade dos sujeitos nas grandes cidades.

Os sujeitos organizados em torno da Ocupação realizaram uma transformação do prédio para que este espaço pudesse servir como moradia. Os cômodos disponíveis nos andares superiores foram transformados em quartos divididos por unidades familiares. No andar térreo foram montados os espaços compartilhados. Uma cozinha coletiva, uma sala de reuniões e biblioteca, banheiros e um salão comum onde eram promovidos periodicamente shows, peças de teatro, discussões e debates abertos à comunidade em geral. Além disso, foi estabelecida uma creche com berçário com a finalidade de atender as crianças da ocupação e com o intuito de abarcar, futuramente, outras crianças da comunidade.

Os moradores, alguns presentes desde o início, outros que entraram após a instauração da Ocupação, organizam de forma coletiva as tarefas de manutenção da vida comum, como a preparação das refeições, a higienização das áreas comunitárias e a manutenção da creche e do berçário. A organização da Ocupação se realiza na confluência entre o Comitê dos Moradores e o Comitê da Ocupação formado por lideranças do MLB. Há ainda um grupo de apoiadores da Ocupação Lanceiros Negros, responsável pela efetivação de ações abertas ao público, bem como pela divulgação dos eventos e das informações.

A permanência dos moradores no local instaurou uma disputa judicial sobre a posse do imóvel, onde a Ocupação encontra como adversário o Estado do Rio Grande do Sul. No mês de maio de 2016, oito meses após a Ocupação ser estabelecida, o poder judiciário concedeu o mandato que autorizava a reintegração de posse do prédio ao estado, a ser efetuado pela Brigada Militar. Esta tentativa de reintegração iniciou na noite anterior à data prevista e foi marcada pela presença de tropas de choque e de cavalos da polícia, pela resistência dos moradores dentro do imóvel e pela presença de apoiadores em frente ao prédio. Foi concedida uma liminar de suspensão da reintegração de posse no amanhecer do dia, fruto do trabalho de urgência dos advogados que representam a Ocupação.

⁷ Disponível em <https://www.mlbrasil.org>. Acesso em 10 de julho de 2017.

A partir daquele momento foram realizadas audiências públicas de mediação entre a Ocupação Lanceiros Negros e o Estado do Rio Grande do Sul para definir o futuro da Ocupação. Neste período, a Ocupação apresentou um projeto, a ser executado em parceria com o Município de Porto Alegre, para a instauração de uma Casa de Passagem no espaço do prédio em questão, a fim de abrigar as famílias que estão na fila de espera dos programas de habitação da cidade.

Um ano depois, em junho de 2017, uma nova ordem de reintegração de posse foi emitida pelo poder judiciário. A operação foi realizada pela Brigada Militar na noite que antecedia um feriado, no mesmo horário em que estava marcada uma audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa para tratar do caso. No momento em que se tomou conhecimento desta situação, a assembléia foi transferida para frente do prédio, mas não foi efetivada. Neste dia, houve utilização de bombas de gás contra apoiadores que se faziam presentes, bem como cassetetes e spray de pimenta para afastar aqueles que se postaram em frente à porta da ocupação. Foi efetuada a prisão de moradores, organizadores da Ocupação e de um deputado estadual.

Tendo conseguido o afastamento da entrada, o portão foi derrubado pela Brigada Militar com o uso de um cabo amarrado a um carro. Os policiais adentram o prédio que contava com a presença de moradores, inclusive crianças. Neste dia, as famílias foram retiradas do prédio. Os sujeitos que não encontraram abrigo na casa de familiares ou em outras ocupações foram enviados para o Vida Centro Humanístico, localizado em um bairro na zona norte de Porto Alegre, do qual teriam que sair na manhã do dia seguinte.

Este evento gerou uma grande repercussão na mídia⁸ e nas redes sociais. Cerca de três semanas depois do ocorrido, o coletivo realizou uma nova ocupação⁹, em outro prédio desocupado há dois anos na região central de Porto Alegre, onde funcionava um hotel. Esta Ocupação foi nomeada Lanceiros Negros Vivem. Cerca de um mês e meio depois, houve uma nova abordagem judicial cumprida pela Brigada Militar. De acordo com uma postagem realizada na página da Ocupação, este último enfrentamento teve um desfecho distinto dos anteriores. Nas palavras deles:

⁸ Disponível em <https://www.sul21.com.br/jornal/com-bombas-e-repressao-bm-inicia-operacao-de-reintegracao-de-posse-da-lanceiros-negros/>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

⁹ Disponível em <https://www.sul21.com.br/jornal/ocupacao-lanceiros-negros-renasce-em-hotel-desativado-no-centro/>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

Hoje, após 1 ano e 7 meses ocupando um prédio público e 1 mês e meio no Hotel Açores, tivemos a primeira abertura oficial de negociação de unidades habitacionais. Esta é uma vitória que demonstra que somente a luta pode mudar a nossa realidade. Somente o povo organizado é capaz de decidir seu futuro! Fizemos uma resistência heróica no centro da cidade, o que obrigou o poder público a negociar! Negociar aquilo que sempre nos foi negado. Aquilo pelo qual lutamos e entregamos nossas vidas: moradia digna¹⁰.

Compreendo que a Ocupação Lanceiros Negros MLB/RS e sua transformação na Ocupação Lanceiros Negros Vivem segue constituindo uma luta viva, em permanente construção. Por esse motivo, é impossível tomá-la como objeto neste trabalho. Não buscarei analisar o movimento em si, em seu desenvolvimento, mas sim recortes daquilo que foi dito pelos sujeitos desta ocupação em três distintas situações, no espaço temporal de junho a outubro do ano de 2016, após a primeira tentativa de reintegração de posse.

Bate-papo com os moradores

O bate-papo informal ocorreu entre seis moradores e eu, na sala de reunião e biblioteca do prédio onde estava a Ocupação Lanceiros Negros. Este foi o espaço onde a Ocupação foi narrada do ponto de vista do cotidiano da vida dos moradores. O que se observa é a história da ocupação construída a partir das transformações operadas na vida de cada um, ao mesmo tempo em que estas transformações são afirmadas a partir de argumentos de ordem política.

A entrada no prédio, em novembro de 2015, foi abordada pelos moradores da perspectiva das práticas de organização e limpeza do espaço. Os sujeitos relataram o processo de planejamento da ocupação e narraram suas condições de vida nos espaços que habitavam. As dificuldades de acesso a diversos serviços, o peso do aluguel no orçamento familiar, a violência e a precariedade são ditos a partir da perspectiva da mudança concreta nas condições de existência. Acesso à cidade, à serviços de saúde e educação, facilidade de emprego e da conquista da implicação do poder público, a partir do cadastro de todos os moradores junto ao DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação – a espera de políticas públicas de moradia.

¹⁰ Disponível em <https://www.facebook.com/LanceirosNegrosRSMLB/posts/1695505047412261>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

Todavia, a relação com as instâncias administrativas também é relatada a partir dos conflitos existentes, a ameaça de reintegração de posse pelo Estado do Rio Grande do Sul e a relação direta com a polícia. Isso é contraposto pela afirmação da organização da ocupação, do projeto para o prédio ali desenvolvido, da abertura do espaço à população e pela caracterização dos moradores a partir da família e do trabalho.

Da mesma forma, os receios e os preconceitos sobre a estada em uma ocupação foram abordados a partir de um comparativo sobre o entendimento em relação à luta pelos direitos existentes e a construção de um novo projeto de sociedade. A transformação da visão de mundo é atribuída, principalmente, à experiência de vida em um coletivo sustentado pelo amparo encontrado no coletivo formado por sujeitos que compartilham de um mesmo espaço e de uma mesma situação.

Audiência Pública

A Audiência Pública convocada para discutir a situação da Ocupação Lanceiros Negros – MBL/RS aconteceu em julho de 2016 na Câmara Municipal de Porto Alegre. Esta audiência foi solicitada por três vereadoras a pedido da Ocupação Lanceiros Negros. Compuseram a mesa da audiência, na ordem de participação: uma representante do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), uma representante dos residentes do prédio onde se encontra estabelecida a Ocupação Lanceiros Negros, um representante do Conselho Nacional das Cidades¹¹, uma representante do Comitê de Apoio da Ocupação Lanceiros Negros, um representante do MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), uma representante da UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre –RS), uma das vereadoras requerentes, representante da CUTHAB (Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre), uma representante da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, uma representante da Procuradoria Geral do Município, uma representante do Ministério Público, um advogado militante das causas sociais e a outra vereadora requerente da audiência que fez sua fala posteriormente.

É preciso dar destaque aos hinos e palavras de ordem entoadas pelo público, principalmente pelos moradores e apoiadores da Ocupação Lanceiros Negros, em todos os

¹¹Instância integrante do Ministério das Cidades. <https://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades>

intervalos entre as falas, ao longo desta audiência pública. As falas iniciais apresentaram a Ocupação Lanceiros Negros frente às autoridades e o público da audiência. Do ponto de vista da representante do movimento social, a Ocupação Lanceiros Negros é a efetivação de condições dignas de vida através de trabalho coletivo construído onde as políticas públicas faltam. A situação existente e o projeto futuro fundamentam a crítica à atuação do poder público, por meio da declaração do completo descaso do Estado do Rio Grande do Sul e do desinteresse da Prefeitura de Porto Alegre.

A representante dos moradores fala sobre as transformações na vida de sua família proporcionadas pela estada na Ocupação e solicita aos poderes públicos que não pratiquem uma violência contra as famílias. O Comitê de Apoio é apresentado, por sua vez, como ponto de interlocução entre pessoas físicas e organizações da sociedade civil e a Ocupação.

Dentre os demais convidados que afirmaram a solidariedade à Ocupação Lanceiros Negros, o representante do Conselho Nacional das Cidades e a vereadora expuseram, em tom de denúncia, os obstáculos internos aos poderes que inviabilizam os avanços. Para o primeiro, o governo estadual vigente representa um retrocesso às políticas públicas que problematizam a questão da propriedade. Já a segunda, dá um panorama da má utilização dos imóveis do município em detrimento ao déficit habitacional. A ausência da Procuradoria Geral do Estado - órgão responsável pelo pedido de reintegração de posse -, convidada a compor a mesa, foi assunto recorrente nas falas.

Os representantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e a União de Associação de Bairros afirmaram seu apoio à Ocupação problematizando a disputa pela cidade e a completa ausência dos serviços públicos nas periferias das cidades. Foi destacado o aumento das frentes de luta popular que vem atuando neste contexto e afirmada a necessidade de uma maior união entre os movimentos.

A Procuradoria Geral do Município apresentou-se como representante do poder executivo. Disse estar acompanhando o caso e ofereceu auxílio para o encaminhamento das demandas da ocupação. De modo semelhante, os representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado colocaram-se à disposição para a escuta das demandas e afirmaram a necessidade da garantia dos direitos humanos. Por fim, o advogado explorou a contradição entre o direito à propriedade e a função social da moradia, disponibilizando um dossiê sobre o tema.

Após tais falas, dez inscrições foram abertas para o público presente. Agregaram à discussão, nesta ordem: o representante do Movimento Nacional de População de Rua do Rio Grande do Sul, uma trabalhadora do município de Porto Alegre e integrante do SIMPA (Sindicato dos Municipatários de Porto Alegre), o advogado que presta assessoria jurídica a Ocupação Lanceiros Negros, o representante da Associação dos Moradores do Bairro Vila da Paz, o representante do Observatório das Metrópoles da UFRGS, um morador da Ocupação Lanceiros Negros, um representante do Movimento em Defesa das Ocupações, um representante do PCR (Partido Comunista Revolucionário) e morador da Ocupação Lanceiros Negros, um participante da audiência que não se apresentou como representante de nenhuma instituição, uma representante da Unidade Popular pelo Socialismo e uma representante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

As falas do público presente, além de reiterarem o apoio à Ocupação Lanceiros Negros, realizaram uma ampliação do debate sobre a questão da moradia, a partir da inclusão de outras perspectivas. Foram citadas as práticas do estado e do município frente às questões de habitação. Lembrou-se do descaso do poder público pautado em políticas de despejo constatadas tanto em relação à Ocupação Lanceiros Negros, quanto em outras ocupações não centrais e com a população de moradores de rua. Em contraponto, foi afirmado o favorecimento dado pelo poder público às obras realizadas por grandes construtoras.

Reafirmou-se, de diferentes formas, a habitação como um direito básico suplantado por uma política contra a povo, contra o estatuto das cidades e contra a constituição. Em decorrência disso, o que há é a precariedade das políticas de habitação centradas no programa – atualmente paralisado - Minha Casa Minha Vida, que conta com cerca de 50 mil pessoas nas listas de espera, e no programa de Aluguel Social que, conforme os depoimentos, funciona de modo irregular. Esta constatação dos representantes de movimentos sociais foi reafirmada pelo estudo do Observatório das Metrópoles que constata a intensificação da segregação e da elitização da cidade de Porto Alegre. Foram assinaladas pelo público a presença de poucos representantes legislativos, as falas contraditórias de representantes do judiciário em relação a outros eventos, assim como a ausência do DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação na audiência, uma vez que este é o principal órgão responsável pelas políticas de habitação na cidade.

O advogado que presta assistência à Ocupação e os dois moradores retomam, neste segundo momento da audiência, a especificidade do caso da Lanceiros Negros. O profissional descreve a prática da ocupação como um ato reivindicatório legítimo de um grupo de pessoas

que assumiram a luta pelo direito à habitação de toda sociedade. A ocupação de um prédio público desativado há dez anos é um meio de convocar o Estado a cumprir o seu dever. Ele informa que, no momento, o processo judicial tinha avançado uma vez se havia obtido uma reunião de mediação com o Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, foi afirmada a dificuldade envolvida no processo e solicitado amparo da Câmara de Vereadores nesta luta.

Um dos residentes da ocupação, representante indígena, declarou a existência de condições de vida dignas de todos os moradores da Ocupação Lanceiros Negros – MLB/RS. Implicando os representantes sentados na mesa, fez a exigência de uma solução concreta em detrimento da produção de mais papéis e palavras bonitas. O outro morador descreve a perspicácia da ocupação frente a governantes que nem ao menos cumprem as leis que eles mesmos assinam. A reintegração de posse de maio de 2016 foi denunciada como ilegal e a atuação da polícia foi questionada.

Como resolução geral, foi destacada a necessidade da realização de mais pressão política junto ao poder público como a única forma de conquista. Foram rememoradas as lutas ganhas em gestões passadas e os bairros hoje consolidados que surgiram como ocupações. As autoridades presentes propuseram que o Município de Porto Alegre requisitasse a posse do prédio junto ao governo estadual para que se pudesse gerir localmente o projeto da Casa de Passagem para as pessoas que sofrem a falta de políticas de habitação. Foi organizada uma força tarefa para encaminhar as resoluções da audiência.

Ato Público

O ato promovido pela Ocupação Lanceiros Negros – MLB/RS em setembro de 2016 chamava a atenção da população e do poder público para a ameaça de uma nova tentativa de reintegração de posse do imóvel pelo Estado do Rio Grande do Sul. Os moradores da ocupação, apoiadores e representantes de instituições sociais reuniram-se na frente do prédio ocupado e seguiram em passeata pelas ruas centrais até a Prefeitura de Porto Alegre. Neste destino, os manifestantes se posicionaram e deram sequência ao ato, por mais algum tempo.

Os participantes carregavam faixas e bandeiras identificando a Ocupação Lanceiros Negros, o MLB e outras organizações populares. Ao lado do grupo de manifestantes um carro de som propagava as falas realizadas no microfone pelos representantes da Ocupação e por

representantes de movimentos apoiadores. Estas falas eram intercaladas com a entoação de gritos de guerra e cantos.

As falas no microfone ocupavam-se de apresentar constantemente a Ocupação Lanceiros Negros – MLB/RS aos passantes da rua, de distintos modos. No geral, tratava-se de afirmar a ocupação como a transformação de um prédio público abandonado há uma década, por meio da construção coletiva de um espaço comunitário que garante moradia digna a setenta famílias.

Além disso, era necessário dizer sobre a ameaça de reintegração de posse e afirmar o descaso do poder público com o caso da Ocupação. Junto a isso, eram trazidas as questões da falta de políticas habitacionais, da violência, do preço dos aluguéis, das políticas de despejo e da existência de uma grande quantidade de prédios públicos desativados, sem função social alguma. Estas questões eram justificadas em relação à estrutura do sistema capitalista constatada por meio das vantagens cedidas aos grandes empresários e comerciantes sobre o espaço urbano.

Como contraponto, afirmou-se a moradia como direito de todos os cidadãos a ser exigida ao poder público para a construção de uma outra sociedade. Os moradores cobraram uma resposta das instâncias públicas frente à reintegração e afirmaram a resistência e a continuidade da luta como mensagem endereçada ao prefeito e ao governador.

2 NA TEORIA, A PRÁTICA É OUTRA

*Cada um conhece a areia cinzenta do seu deserto conceptual por se ter aí perdido,
pelo menos uma vez.*

(LECOURT, 1980, p.61)

Neste trabalho, busco compreender o processo da luta política empreendida pela Ocupação Lanceiros Negros MLB/RS por meio do discurso. Mas é pela via do materialismo histórico que inauguro esta discussão. O materialismo nos fornece uma teoria para tentarmos compreender algo a respeito das práticas políticas em uma formação social, mas também nos apresenta uma compreensão sobre o modo de produção do conhecimento que se estabelece em meio à luta de classes, na região que lhe é própria.

Tomo como norte deste trabalho o conceito de *prática*, tal como formulado do ponto de vista teórico do marxismo-leninismo. Um “processo de transformação de uma determinada matéria-prima em um produto pelo trabalho humano a partir de determinados meios de produção” (ALTHUSSER, [1966]1979, p.144).

Uma *prática teórica*, do ponto de vista materialista, consiste no trabalho de transformação de uma matéria-prima ideológica em um conhecimento científico. Uma *prática política*, por sua vez, transforma as relações sociais existentes no momento atual, em outras relações sociais. Ao longo deste trabalho, buscarei compreender os instrumentos, os objetos e os agentes desta transformação.

Pensar as transformações a partir da *prática* permite que coloquemos em relação os processos empíricos de trabalho, isto é, de produção de toda espécie de mercadoria, a produção de conhecimento e a produção da revolta. Distintas engrenagens da mesma grande máquina da História.

Realizarei aqui um percurso teórico e epistemológico, apresentando inicialmente a construção realizada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, onde os autores realizam, em oposição à filosofia dominante, uma leitura das relações sociais e da produção da consciência humana delas derivada. Na sequência, apresentarei brevemente a produção de Louis Althusser como expoente da formulação teórica materialista, no ponto de encontro entre a filosofia e a

ciência, com base nas publicações *A Favor de Marx* ([1966] 1979) e *Lênin e a Filosofia* ([1969] 1989). A obra deste autor faz convergir duas redes de filiação: a tradição epistemológica francesa, no rastro de Cavaillés, Bachelard e Canguilhem, e o materialismo, na linha de Marx, Engels, Lênin, Spinoza.

Abordaremos, então, a especificidade da dialética sobredeterminada enunciada por este autor, como conceito chave de uma tomada de posição materialista e o conceito de ideologia, que permite a compreensão da luta de classes como o conflito entre ideologias dominadas e dominantes. Nestes últimos tópicos, adentraremos o trabalho de Michel Pêcheux que se insere na linha sucessória de Althusser, produzindo importantes compreensões em torno das ideologias dominadas, que permite que a revolução seja compreendida como um modo de produção incessante de saberes.

2.1 As Bases da Universalidade

Em *A Ideologia Alemã* ([1845-1846] 1998), Marx e Engels realizam uma compreensão teórica da consciência humana sustentada pela rejeição do modo como o sistema filosófico idealista alemão, cujo expoente é Hegel, formulava esta questão. Um percurso para tratar a História que passa pelo modo como os sujeitos representam sua existência.

Pela sátira cômica do homem que se afoga possuído pela ideia de gravidade, apresentada no prefácio da publicação, os autores reprovam o postulado idealista de que as transformações no mundo seriam produtos de mudanças de ideias ou consciências. Afirmam, ao contrário, que as ideias não possuem uma existência própria, são derivadas das bases reais de existência dos sujeitos.

Marx e Engels ([1845-1846] 1998) trilham um longo percurso teórico sobre a existência material dos homens e de suas idéias. Ousarei sintetizar aqui alguns aspectos abordados pelos autores, correndo o risco de produzir certas simplificações. Nesta obra, categoria *homem* é teorizada a partir das práticas de transformação dos recursos naturais em meios de existência. Entretanto, cada indivíduo, cada geração, já encontra pronta uma determinada forma de organização deste processo de transformação, no qual precisa se inserir para perpetuar sua existência.

Esta organização consiste num modo específico de divisão do trabalho que, como efeito, produz um excedente que não retorna à totalidade dos trabalhadores, mas somente a uma classe. É o lucro que se traduz em propriedade privada. A classe detentora do lucro possui os meios de produção e precisa comprar força de trabalho. A classe despossuída, por sua vez, busca garantir os meios de sua existência a partir da venda de sua força de trabalho. É, portanto, esta relação de *dependência*¹² que constitui a base concreta das representações dos sujeitos sobre o mundo, isto é, das suas ideias. Uma sociedade ou, em termos materialistas, uma Formação Social é a totalidade imaginária destas relações de dependência entre sujeitos.

Como poderia haver uma instância social que representasse o interesse coletivo de uma sociedade se esta é alicerçada em relações de dependência contraditórias? Para Marx e Engels ([1845-1846]1998) o Estado é justamente a instância social que aparece para aplacar tal contradição em nome de uma coletividade ilusória, pois impossível. Logo, o Estado é o meio como se realiza a manutenção dos interesses da classe detentora dos meios de produção, *em nome* dos interesses gerais da sociedade. Desta construção podemos extrair a divisão clássica, tanto difundida, entre a infraestrutura social e as instâncias superestruturais¹³.

O que os autores ressaltam é que a classe dominante “é obrigada a dar aos seus pensamentos forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universais válidos” ([1845-1846]1998, p.50). E ainda:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante (MARX & ENGELS, [1845-1846] 1998, p. 48).

É em nome deste interesse universal ilusório afirmado pelo Estado que os interesses particulares podem ser combatidos. Isto consiste em pensar as próprias relações de

¹²Estas relações são mais bem explicitadas nas obras subsequentes de Marx, mas especificamente na teoria do valor anunciada em *O Capital*.

¹³Em *Contribuição à crítica da economia política*, Marx afirma que: “na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independente de sua vontade [...] o conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social” (MARX, [1859] 2003, p.05)

dominação, sob a forma de produção, regulamentação e distribuição das próprias ideias (MARX & ENGELS, [1845-1846] 1998).

O percurso realizado pelos autores trata de compreender a consciência humana como efeito da organização social estruturada aos moldes de uma universalidade. Estrutura *sempre-já encontrada* pelos homens, anterior à existência de cada sujeito, da qual, podemos concluir, é condição para que cada sujeito se reconheça como sujeito. Construção teórica que Althusser fará a partir de uma retificação do conceito de *ideologia*.

2.2 A Luta de Classes na Teoria

Althusser é quem realiza a enunciação teórica da “natureza específica dos princípios científicos e da filosofia estabelecidos e fundados por Marx” ([1966] 1979, p. 05), cuja formulação o próprio autor afirma existir *em estado prático*: na prática *teórica* de Marx e na prática *política* de Lênin. Uma leitura do marxismo à luz do próprio materialismo histórico que, segundo Althusser, para além de uma pesquisa especulativa, é uma intervenção de caráter político. Vemos aqui, de saída, o entrelace das práticas teóricas e políticas.

A publicação *A Ideologia Alemã* é tomada por Althusser como ponto inaugural que marca a fundação de uma ciência materialista. Dessa obra, o autor destaca a afirmação que *os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo, quando se trata de transformá-lo*. A partir dela, Althusser compreende que Marx e Engels não criam uma nova filosofia da práxis, mas proclamam a supressão da filosofia existente para dar lugar à criação de uma ciência. Este é, para Althusser ([1969] 1989), o ponto de corte epistemológico de *A Ideologia Alemã* que instaura uma nova ciência no terreno da História onde antes só havia filosofias.

É preciso explicitar a distinção capital entre a filosofia e a ciência a partir do ponto de vista materialista. Para isso, Althusser ([1969]1989) retoma a reflexão de Lênin que atenta para distinção entre categorias filosóficas que atestam a existência e a objetividade de um dado objeto, e os conceitos científicos que são os conteúdos das categorias (filosóficas) em constante mudança, de acordo com o desenvolvimento de uma ciência. Trata-se de compreender que matéria, por exemplo, é uma categoria filosófica. Como consequência, as distintas conceituações sobre o que é matéria – nas distintas regiões do conhecimento – são sempre cambiáveis.

O que nos interessa aqui é compreender que o que Marx e Engels fazem é afirmar o idealismo alemão como a própria forma filosófica da ideologia. Isso porque a filosofia é tratada como aquilo que reveste a história real dos homens de uma existência puramente imaginária, ou seja, a filosofia idealista seria pura ideologia desenvolvida no seio do sistema burguês de produção do conhecimento.

Althusser apresenta-nos a tese Leninista que a filosofia não tem realmente história. Isto se deve ao jogo que se instaura na disputa de duas tendências antagonistas sobre o binômio categorial matéria-espírito, onde “as formas e os argumentos de combate podem variar, mas, se toda a história da filosofia é somente a história dessas formas, basta reduzi-las às tendências imutáveis que representam, para que a transformação dessas formas se torne uma espécie de *jogo do nada*” (ALTHUSSER, [1969] 1989, p.52). A filosofia não tem história, tal como a ideologia, pois não se pode remeter jamais a um momento anterior, onde não havia o conflito entre duas tendências opostas.

A filosofia é uma representação da política no domínio das ciências, uma vez que, “segundo Lenine estas tendências estão indiscutivelmente relacionadas com disposições e, portanto com conflitos de classe” (ALTHUSSER, [1969] 1989, p. 64). Uma filosofia materialista emerge como necessidade de demarcação de uma *linha de fronteira* que preserve sua prática científica da filosofia idealista. Althusser declara a possibilidade de generalizar tal constatação, afirmando que toda filosofia “consiste no traçado de uma linha de demarcação maior, por meio da qual repele as noções ideológicas das filosofias que representam a tendência oposta a sua” ([1969], 1989, p. 60).

Tomar partido é intrínseco a qualquer filosofia. Todavia, a marca das posições filosóficas idealistas se apresenta na “preocupação de declarar publicamente e de provar que *elas não tomam partido porque não há que tomar partido*” (ALTHUSSER, [1969] 1989, p.63, grifos do autor). A filosofia materialista surge como um meio de defender a ciência que lhe diz respeito do “perigo” das noções idealistas, ou seja, ideológicas.

A filosofia materialista é, portanto, aquilo que sustenta as práticas científicas de transformação de conceitos gerais, isto é, ideológicos, em conceitos específicos. Isto se dá, mostra-nos o autor, na passagem de uma ideia abstrata para uma concreta, no pensamento. Conhecimento é, portanto, produto concreto da ciência.

Tem-se então um incessante esforço de transformar em conhecimento os produtos ideológicos das práticas empíricas dos sujeitos inscritos em uma sociedade. Uma ciência

materialista consiste na incessante luta contra a ideologia, que se traduz, em outra instância, na luta contra o próprio idealismo. Assim sendo, o que possibilita uma filosofia marxista é a teoria de suas práticas científicas e políticas. Esta teoria – o ponto estruturante da filosofia marxista - é a noção de dialética materialista que Althusser empenha-se para formular teoricamente.

2.3 Nem origem, nem essência

A dialética é o estudo da contradição no cerne das coisas. Vimos a compreensão marxista da sociedade estruturada a partir de uma contradição principal que é apagada pela apresentação dos interesses dominantes como os únicos possíveis, sob a forma da universalidade das ideias. As ideias são, portanto, determinadas pela organização das relações de dependência entre os homens. Contudo, é fato que outras ideias existem, isto é, há luta de classes. É preciso compreender algo neste processo para que possamos adentrar nas práticas políticas das classes dominadas.

Como prática própria de uma ciência materialista, a compreensão da dialética em Marx só pode ser feita pela instauração de uma linha de demarcação que a separa substancialmente do conceito hegeliano de dialética. Althusser ([1966] 1979) alega que em Hegel, há uma redução de todos os elementos materiais – instituições econômicas, sociais, políticas, jurídicas, arte, religião, acontecimentos, etc. - a um princípio de unidade interna, *“um princípio espiritual interno, que, em definitivo, nada mais é que do que a forma mais abstrata da consciência de si desse mundo: a sua consciência religiosa ou filosófica, isto é, a sua própria ideologia”* (ALTHUSSER, [1966] 1979, p. 89, grifos do autor). Trata-se da compreensão de uma origem, uma essência de cada objeto material. Desta forma, a dialética em Hegel requer uma *“unidade originária simples que se cinde em dois contrários”* (ALTHUSSER,[1966] 1979, p.173).

O que o marxismo rejeita é a pretensão filosófica (ideológica) de fazer coincidir exaustivamente com uma *“origem radical”*, qualquer que seja sua forma (a tábua rasa, ponto zero de um processo; o estado de natureza, o conceito de começo que é, por exemplo, em Hegel, o ser imediatamente idêntico ao nada, a simplicidade que é, também em Hegel, aquilo que qual (re)começa indefinidamente todo o processo, que restaura sua origem, etc...); rejeita também, a pretensão filosófica hegeliana que cria essa unidade simples originária (reproduzida a cada momento do processo) que vai produzir em seguida , por autodesenvolvimento, toda a complexidade do

processo, mas sem jamais perder-se de si mesma (ALTHUSSER, [1966] 1979, p.173-174)

O que está em questão é a desmistificação de que Marx haveria invertido a contradição proposta por Hegel. Uma vez extraída do idealismo hegeliano, a dialética marxista torna-se uma coisa completamente distinta, tanto em relação à natureza do objeto – o mundo da Ideia em Hegel e o mundo Real em Marx – quanto às próprias estruturas específicas desta dialética.

Em Marx “a existência original de uma categoria simples jamais é originária, e somente aparece ao termo de um longo processo histórico como produto de uma estrutura social” (ALTHUSSER, [1966] 1979, p. 172). Isto significa compreender que qualquer coisa que exista no mundo está sempre como algo já-dado, independentemente do quanto possamos nos remeter ao seu passado. Além disso, as coisas estão atadas, como elos de uma corrente, por relações complexas de dependência. Não há origem e nem essência.

Ao aplicarmos estes fundamentos a um dos objetos que lhe diz respeito, uma Formação Social, compreendemos que a contradição fundamental entre as forças produtivas e as relações de produção, representada fundamentalmente por duas classes antagonistas é, de acordo com Althusser ([1966] 1979), suficiente para produzir uma situação onde a revolução esteja *na ordem do dia*, mas não para que se realize uma ruptura revolucionária. Diz-nos o autor: como as massas populares divididas em classes (proletários, camponeses, pequeno-burgueses) podem “consciente ou confusamente, jogar-se *em conjunto* num assalto geral contra o regime existente?” (p.85). E, em seguida, questiona: como seria possível às classes dominantes que há muito já selaram a “união sagrada contra os explorados” (p.86) serem reduzidas à impotência?

Isso nos permite concluir, em termos gerais, que o funcionamento da dominação é, justamente, a formação de uma *unidade*, enquanto a revolução surge, a todo instante, de modo dissociado, contra esta unidade. As classes dominadas só podem formar uma unidade no limite do acúmulo de contradições, isto é, quando a classe dominante já não mais formar uma unidade.

Isto porque a contradição existente é *feito* das relações de produção, mas também *condição* de sua existência. Isto é, a contradição é sempre *sobredeterminada*.

[...] a ‘contradição’ é inseparável da estrutura do corpo social total no qual ela se exerce, inseparável das suas *condições* formais de existência, e das *instâncias* mesmas que governa, que ela própria é, portanto, no seu coração,

afetada por elas, determinante, mas também determinada em um único e mesmo movimento, e determinada pelos diversos níveis e pelas diversas instancias da formação social que ela anima: poderíamos dizer sobredeterminada em seu princípio(ALTHUSSER, [1966] 1979, p.87)

A contradição é justamente a força que, como um imã, é condição de perpetuação da estrutura, e não o seu colapso. “Marx nos dá muito bem as ‘duas pontas da cadeia’, e nos diz que entre elas é que é preciso buscar...: de um lado *a determinação em última instância pelo modo de produção (econômica)*; do outro, *a autonomia relativa das superestruturas e sua eficácia específica*” (ALTHUSSER, [1966] 1979, p. 97, grifos do autor). Esta última instância, pela qual a base econômica é determinante, é tratada por Althusser como elemento teórico onde, na observação das práticas políticas, nem no primeiro, nem no último instante, a hora da ‘última instância’ soaria.

Žižek (2011), teórico contemporâneo, auxilia-nos na compreensão deste ponto. Para o autor, o papel determinante, em última instância, da economia não significa que a luta de classes seja a luta econômica. Há um núcleo traumático do capitalismo, um *real*, que impede o fechamento de uma totalidade, produzindo sempre um duplo. O econômico é, justamente, aquilo que atua como uma causa ausente. O econômico é, simultaneamente “a Coisa à qual não é possível ter acesso direto e o obstáculo que impede esse acesso direto, a Coisa que foge do nosso alcance e a tela distorcedora que nos faz deixar de ver a Coisa” (p.290). O econômico como uma causa ausente é o próprio princípio da distorção da realidade.

Amparado pelo aforismo lacaniano *só há causa daquilo que falha*, tão familiar à Análise de Discurso, Žižek (2011) afirma a causa ausente como aquilo que intervém na cadeia de causalidades. Daí que a Causa pode ser pensada em sua dupla significação “a Causa que nos mobiliza (a “causa da liberdade”) age como Causa ausente que perturba a rede de causalidade” (ŽIŽEK, 2011, p.292). As mais distintas faces que a luta de classes apresenta ao longo da história são, portanto, expressões possíveis desta causa ausente, nas articulações do campo social.

A dialética materialista toma partido pela complexidade das relações sociais. Pelo todo complexo com dominante onde todas as instâncias são dependentes umas das outras, mas não de um mesmo modo. Trata-se, sobretudo, da recusa à causalidade simples.

2.4A dialética da dominação

As construções teóricas de Althusser são presenças marcantes na obra de Michel Pêcheux. Zoppi Fontana (2014) é quem auxilia-nos a compreender esta relação e a delimitar suas fronteiras. Para a autora:

Conceitos como condições de produção do sentido, efeito de sentido (constituído na posição sujeito a partir do funcionamento da figura de interpelação ideológica), formação discursiva (definida na sua articulação com a formação social e as formações ideológicas), interdiscurso (este por sua vez definido como “o todo complexo a dominante das formações discursivas), entre outros, são reelaborações originais e deslocamentos teóricos produzidos por Pêcheux em relação aos textos de Althusser, principalmente àqueles escritos entre início dos anos sessenta e fim dos anos setenta. (ZOPPI FONTANA, 2014, p.24)

Ao se apropriar destes conceitos materialistas, Pêcheux os reterritorializa junto ao seu objeto teórico, o discurso, na reunião suplementar dos campos do materialismo, da linguística e da psicanálise. “Neste espaço teórico Pêcheux ocupou um espaço totalmente original, ao pensar o sujeito ideológico (reflexão iniciada por Althusser) na materialidade da língua (contribuição inédita de Pêcheux)” (ZOPPI FONTANA, 2014, p.28). Tentarei aqui esboçar a estrutura desta relação que fundamenta o modo como Pêcheux trabalhará o funcionamento distinto das classes dominantes e dominadas.

A ideologia, contribuição fundamental de Althusser, é um conceito que vem explicitar o ponto de interlocução entre os sujeitos e a Formação Social. Todavia, é preciso ter em vista que Althusser pauta-se na distinção realizada por Marx entre aquilo que existe, o real, e o que pode ser pensado sobre este real. Uma posição teórica materialista sustenta-se sobre o primado do real sobre o pensamento. Isto é, a constatação do ponto inacessível do mundo material, que é sempre apreendido pelo pensamento.

A influência da leitura lacaniana de Freud à Althusser é explícita. No que tange ao conceito de real, há uma discussão muito anterior que se desenvolve no terreno da filosofia. Roudinesco e Plon (1998) esclarecem-nos que, em meados nos anos 1950, Lacan passa a trabalhar sobre o conceito de real combinando as construções filosóficas sobre esse conceito e a compreensão freudiana de realidade psíquica. Trata-se, de modo geral, de um conceito

necessário para “designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p.644)¹⁴.

Compreendo, neste trabalho, o conceito de real como a suposição de um intangível, que sempre é recoberto. Daí a ideologia, *como a representação da relação imaginária entre os indivíduos com suas condições reais de existência* (ALTHUSSER, 1996), versa sobre o modo como cada sujeito compreende a si e a sua realidade a partir das relações reais de dependência, onde ele foi inserido antes mesmo que pudesse falar a palavra “eu”. A ideologia é um *produto* específico das *práticas* de uma sociedade que fornece aos sujeitos o conhecimento da realidade. É o próprio princípio distorcedor que fornece a garantia do que é cada coisa no mundo e de como as coisas se relacionam. É neste ponto que a ciência é tratada em distinção ao ideológico, como uma representação outra do real.

Para pensar a ideologia junto à luta de classes, é importante que tenhamos em vista seu desdobramento a partir da organização conceitual dos Aparelhos Ideológicos de Estado e dos Aparelhos de Estado. Trata-se de um modo de compreensão da organização da superestrutura social por meio da materialidade das instituições que administram a vida dos sujeitos, de caráter público ou privado (afinal esta distinção só pode existir em relação ao próprio Estado). Por meio deles, também as ideias dominantes, fragmentam-se em distintas regiões. Nos Aparelhos Ideológicos do Estado a ideologia da classe dominante se realiza, em suas distintas formas, fazendo-se dominante frente às outras ideologias, produzindo o efeito de universalidade da realidade das coisas. Estas regiões são, simultaneamente, o *alvo* e *lugar* da luta de classes.

É com base nesta estrutura conceitual que Pêcheux desenvolve seu objeto teórico. Na leitura do autor: “os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). *De onde, a expressão ‘reprodução/transformação’ que empregamos*” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.131).

Através dos AIE’s, o conceito de ideologia é inserido nas instituições, isto é, na materialidade concreta da vida dos sujeitos, por meio do qual advém o conceito de Formação Ideológica. Trabalharemos este conceito a partir de sua exposição por Pêcheux ([1975]2014). Para ele, a Formação Ideológica refere-se aos AIE’s, e tem um duplo funcionamento: “ao

¹⁴Retificação necessária, inserida após as observações da banca de apresentação deste trabalho.

mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe” (p. 132). As Formações Ideológicas implicam na consideração de um outro arranjo conceitual para a estrutura social. Opera-se um recorte que desenha a luta de classes em meio a grandes regiões da vida social.

Regional refere-se à delimitação de um terreno das diversas instituições que possuem uma mesma finalidade na organização da vida social, atuando através de rituais e práticas. São elas: a educação, a religião, a família, o político, o sindical, a cultura, o jurídico, a comunicação. As posições de classe se colocam em relação a uma região específica ou, nas palavras de Pêcheux, se realizam aplicadas aos “diferentes ‘objetos’ ideológicos regionais das situações concretas, na Escola, na Família, etc.” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.132).

O que esta estrutura permite pensar, no que diz respeito ao sujeito, é o *lugar* e o *modo* como se constroem as evidências subjetivas de sentido para a realidade que, alerta-nos Pêcheux, não simplesmente afetam o sujeito, mas sim o constitui. Neste ponto podemos traçar o enlace realizado pelo autor, entre o sujeito ideológico e a materialidade da língua. O sistema da língua, dotado de uma relativa autonomia, é a base comum de diferentes processos discursivos que se inscrevem numa relação ideológica de classe.

Reconhecer o primado da luta de classes sobre a existência das próprias classes indica-nos que não há possibilidade alguma de abordar cada classe de modo separado, exterior, muito menos atribuir a cada uma sua própria ideologia. Deste modo, é preciso especificar teoricamente do que se trata quando falamos em ideologia dominante e ideologia dominada

Em *Ousar pensar, ousar se revoltar. Ideologia, marxismo e luta de classes* ([1984]2014) Pêcheux trabalha sobre esta questão, afirmando ser comum uma concepção errônea de classes dominadas. Para o autor:

[...] a ideologia dominada não pode ser pura e simplesmente ‘a ideologia da classe dominada’, simétrica à ideologia dominante: precisamos falar de ideologias dominadas, no plural, já que só pode haver aí uma única ideologia dominante, em um momento histórico dado (PÊCHEUX, [1984] 2014, p.15)

Só pode haver *uma* ideologia dominante, justamente pois a dominação se apresenta sob a égide do eterno, do completo, do universal indivisível, pelo qual, nas palavras de Pêcheux “os sujeitos ‘caminham sozinhos’ fora da luta de classes” (PÊCHEUX, [1984] 2014,

p.16). A Ideologia, enquanto ideologia dominante não é, portanto um, conteúdo, um sentido dominante mas, justamente, a força que tende ao fechamento e ao homogêneo.

A revolta está na ordem do dia porque *a ideologia dominante não domina jamais sem contradição*. É justamente neste ponto que se vê surgir as ideologias dominadas como um tecido plural. Não porque elas estariam escondidas, esperando o momento certo para sair, nem porque estariam fora, esperando a dominação falhar, mas porque elas se formam justamente na brecha onde a evidência universal da realidade das coisas já não se sustenta.

O que Pêcheux nos apresenta é a radical negação da exterioridade e da essência tanto da dominação quanto dos dominados. Trata-se de uma só estrutura que não cessa de se dividir em dois. É a própria contradição estrutural que coloca incessantemente a revolução na ordem do dia.

Com base nesta construção, me apropriarei, ao longo deste trabalho, do conceito de Outro elaborado no campo psicanalítico, para tratar deste universal dominante formulado no campo materialista, enquanto alteridade constitutiva das práticas das organizações das ideologias dominadas.

O Outro é um conceito forjado por Lacan para dizer sobre a determinação do sujeito por uma alteridade. O conceito de Outro, na obra lacaniana, é um significante que vai assumindo distintos significados. Contudo, a questão “o que é o Outro?” consiste em um enigma. Isto porque o Outro é um conceito forjado justamente para sustentar este enigma. No dicionário de psicanálise, Roudinesco e Plon (1998) afirmam que o Outro é utilizado por Lacan para designar “o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente, ou, ainda, Deus” (p.558). Trata-se, sempre, de uma alteridade unificada.

Authier-Revuz (1990) busca em Bakhtin e em Lacan fundamentos para compreender a heterogeneidade constitutiva do discurso. A autora aponta para uma heterogeneidade radical para além da heterogeneidade mostrada, isto é, localizável na estrutura da língua. Uma “exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, *não localizável e não representável* no discurso que constitui, aquela do *Outro do discurso* – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente” (p.32).

A partir desta construção, que realiza o imbricamento da noção de Outro no campo da linguística, podemos pensar que o conceito em questão, para além tratar do descentramento do sujeito como origem (do discurso), permite que pensemos algo em torno da relação entre as

ideologias dominadas com esta instância, não representável ou identificável, da dominação, isto é, da tendência ao universal. Assim sendo, este Outro é constitutivo da *organização política* das ideologias dominadas enquanto organizações coletivas, não-subjetivas. Ao mesmo tempo, o Outro é aquilo com o qual se tenta realizar uma cisão no combate próprio à luta de classes¹⁵.

Tomar a Ocupação Lanceiros Negros como uma prática consiste em trabalhá-la a partir dos processos de transformação que ali se operam. Para além de fornecer os elementos teóricos que sustentam a leitura deste objeto como uma prática política das ideologias dominadas, o materialismo proporciona a formulação acerca do processo de sua construção teórica.

Proponho compreendermos a ideologia dominada em analogia à produção teórica materialista, uma vez que ambas se estabelecem a partir de uma *distinção* de um modo dominante de forjar as representações das coisas do mundo. Ambas são, desde sempre, afetadas por estes saberes e trabalham justamente sobre eles para forjar outros sentidos. Logo, nem a teoria materialista, nem a prática política do proletariado são processos exteriores àquilo que combatem. Por isso, é preciso produzir fronteiras, sempre tênues e provisórias, que possam diferenciar o que ali se produz do idealismo ou da ideologia dominante. É preciso tomar posição.

¹⁵Retificação necessária, inserida após as observações da banca de apresentação deste trabalho.

3 DOS MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO

Essa frase, é exatamente como eu, eu..., parece ser um eco provador, uma maneira de continuar a reflexão do outro, mas é um engodo: na verdade, é uma revolta brutal contra uma violência brutal, um esforço para livrar nosso próprio ouvido da escravidão e ocupar à força o ouvido do adversário. Pois toda a vida do homem entre seus semelhantes nada mais é do que um combate para se apossar do ouvido do outro.

(KUNDERA, 1987)

No caminho que venho trilhando até aqui, o dos processos pelos quais se intenta a realização de transformações no mundo, são as metáforas apropriadas dos processos empíricos de trabalho os conceitos materialistas que nos permitem pensar os mecanismos próprios às práticas. Transformar demanda um processo de construção e utilização de *instrumentos* que permitem, aos sujeitos, operar modificações nos *objetos* encontrados no mundo.

Todavia, o instrumento de transformar e a coisa transformada estabelecem sempre uma intrínseca relação. Cada um é causa do outro. Isso porque o objeto só existe através do processo de transformação ao qual foi submetido. E o instrumento só pode assim ser dominado, pois imprime uma modificação em uma matéria-prima.

Na abertura do Colóquio *Materialidades Discursivas* ([1980] 2016), Pêcheux afirma a Análise de Discurso como um dispositivo de *leitura-trituração*. Isto porque sua “ativação” consiste na operação de recortes, extrações, deslocamentos e reaproximações de textos. Acredito ser a trituração um modo muito eficaz para que pensemos a função do instrumento. Convoco, portanto, a imagem de um moinho para que a máquina de trituração ganhe uma forma.

Um moinho consiste, basicamente, em uma estrutura acionada pela água ou pelo vento, cujo movimento é utilizado para moer grãos até que estes obtenham uma outra textura. Ali, o grão de trigo, por exemplo, é triturado até ser transformado em farinha e farelo. Trigo e farinha não são elementos de todo distintos, entretanto, não se pode dizer que se trata de uma mesma coisa. O objeto transformado tem distinta serventia do anterior e pode ser tomado como matéria prima de novas e distintas práticas. Assim a farinha produzida pelo moinho será

matéria-prima do pão feito pela cozinheira, cujo forno é um dos instrumentos necessários para transformação, e assim por diante.

Se bem compreendemos Marx e Althusser, as transformações do mundo, isto é, a História, é tecida em um todo complexo articulado com dominante de práticas humanas pelas quais os objetos são transformados, e aquilo que resulta desta transformação é matéria-prima para um novo processo transformador.

Objetos, portanto, são sempre efeitos de complexos processos realizados por sujeitos que se encontram sempre em relações de dependência. Dependendo daqueles que produzem aquilo que será tomado como matéria-prima da transformação, mas, antes de tudo, dependem daqueles que possuem os instrumentos necessários à transformação. O proprietário do moinho é quem permitirá que o produtor do grão possa levar para casa a farinha com a qual fará seu pão. Instrumentos, portanto, tem a ver com as *condições de produção* de transformação do objeto.

Estamos aqui no campo das práticas empíricas. São elas que nos orientam à compreensão do modo de desenvolvimento das práticas teóricas e políticas. É por isso que, neste capítulo, buscarei percorrer a montagem realizada por Pêcheux da Análise de Discurso enquanto um instrumento teórico, para que possamos compreender algo sobre o instrumento de luta da Ocupação Lanceiros Negros, cujo discurso é, por sua vez, objeto de análise deste trabalho.

3.1A escuta, a leitura e o olhar

Sob o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux empreende um projeto de desmonte da estrutura das práticas teóricas do campo das ciências sociais. Herbert assinou duas publicações: *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da Psicologia Social* em 1966 e *Observações para uma teoria geral das ideologias*, em 1967.

No artigo inaugural, Herbert afirma que as reflexões críticas sobre as práticas científicas podem ser realizadas do interior das próprias ciências, pelos sujeitos que a praticam e do exterior específico à ciência, ou seja, do campo da filosofia. O problema se configura no momento que, estando no interior de uma ciência existente e tendo com isso

problemas a serem resolvidos, torna-se inaudível as questões “porque você está aqui e qual suas intenções?”.

Maldidier (2003) afirma que é justamente em 1966 que Pêcheux, filósofo de formação, começa a trabalhar como pesquisador no Laboratório de Psicologia Social no *Centre National de la Recherche Scientifique*, dirigido naquele momento por Robert Pagès. É ali, que segundo a autora, forma-se a duradoura parceria de Pêcheux com Paul Henry e Michel Plon. “O projeto de pesquisa que ele apresentava incidia sobre a ‘transmissão de mensagens com conteúdo insólito’. Em suma, o estudo das balelas preludia a chegada de Michel Pêcheux no domínio da psicologia social” (MALDIDIER, 2003, p.17).

Eis que ao seguirmos percurso de Pêcheux, nos deparamos prontamente com a Psicologia. Sinto-me, então, impelida a entender minimamente o que ali se passava. De acordo com Carroy e Plás (2008) a psicologia francesa se desenvolveu por meio de duas distintas linhas de atuação. A primeira é a psicologia experimental, aliada aos estudos fisiológicos que se torna, até os anos 1970, referência da cientificidade desta disciplina. A segunda trata de produzir conhecimento em Psicologia vinculado às ciências humanas e aos questionamentos filosóficos. É neste campo que, no início da década de 1950, o Laboratório de Psicologia Social é criado por Daniel Lagache¹⁶.

Estando Pêcheux envolto neste espaço de trabalho científico, foi necessário o surgimento da figura estrangeira de Thomas Herbert, apto a escutar as questões postas, na torção entre a interioridade da prática científica da psicologia social e a exterioridade da filosofia. Devemos atentar que, neste período, Pêcheux havia acabado de sair da Escola Normal Superior da Rua d’Ulm, onde Althusser ministrava a leitura de *O Capital*, Lacan perguntava-se sobre o objeto da psicanálise e sobre sua cientificidade e Canguilhem desenvolvia seus estudos em história das ciências e epistemologia.

Talvez tenha sido preciso ocupar o interior de uma ciência para ali estabelecer uma verdadeira reflexão filosófica. Um dentro em continuidade com o fora: imagem borromeana do lugar possível para que se pudesse abrir mais uma fissura no cerne do modelo estrutural. O

¹⁶ Segundo Carroy e Plás (2008) Daniel Lagache, filósofo e psicanalista, professor de Psicologia Geral na Sorbonne é figura principal para o enfraquecimento da psicologia experimental. Em contraponto ao modelo experimental, Lagache propõe uma unidade à psicologia por meio da psicologia clínica. Daí advém a tal unidade complementar entre o trabalho de experimentação e a profissionalização da atuação clínica que forma o tal pacto de coexistência pacífica da Psicologia, criticada por Canguilhem. Para Roudinesco e Plon (1998) Lagache foi artífice da separação entre filosofia e psicologia e da síntese da psicologia à psicanálise antes dominada pela medicina.

que as publicações de Herbert abordam, em especial a primeira, é o questionamento das ciências sociais, em específico da própria psicologia social. Notemos que não é uma crítica ao modelo experimental e fisiologista da ciência psicológica, mas sim, das práticas teóricas desenvolvidas no próprio campo envolto pelas ciências humanas e sociais.

Estando as ciências da natureza a serviço do desenvolvimento dos processos próprios às práticas empíricas, cabe às ciências sociais a compreensão das práticas políticas de uma sociedade. Objeto complexo e de difícil circunscrição. Daí a necessidade da reflexão filosófica como norte para práticas das ciências sociais.

Foi dentro da psicologia social que Herbert pôde afirmar que o que vinha ali sendo desenvolvido não passava de um modo de tradução teórica das práticas políticas superestruturais. Isto é, as ciências sociais, em específico, a psicologia social, produziam no campo da ciência o mesmo processo de universalização dos pressupostos dominantes produzidos pelas demais instâncias sociais. Para o autor, isso se realizava ao passo que as ciências sociais tratavam de formular teoricamente respostas que se encaixavam perfeitamente nas questões sobre a estrutura social, de modo a tamponar sua contradição, efetuando, deste modo, um trajeto cíclico que mantém cada coisa em seu lugar.

Ao tentar compreender as relações sociais, estas ciências acabam por colocar o sujeito no centro da ação. “Os sujeitos tornam-se, assim, centros de perspectiva reciprocamente situados na prática social, e coletivamente responsáveis por esta, na medida em que todos contribuem para lhe dar forma” (HERBERT, [1966] 2011, p.39). O que se produz é uma desarticulação que cimenta o sujeito como causa e efeito, tanto de si quanto da própria sociedade.

Por isso, Herbert afirma a necessidade de que estas ciências realizem, antes de tudo, uma *escuta* do discurso desarticulado que elas mesmas produzem. Fazer a psicologia escutar, antes de tudo a si mesma é, no mínimo, uma bela provocação. Contudo, aponta também para uma posição epistemológica de fazer com o que ali se produz seja efetivamente uma ciência no sentido materialista. Isto é, ao invés de respostas, a psicologia social e, em geral, as ciências sociais, devem produzir outras e melhores questões, destacadas da universalidade das evidências dominantes.

E para isso, faz-se necessária a utilização de *instrumentos* adequados para a transformação de matéria-prima ideológica em conhecimento científico. O que Herbert

anuncia, neste momento, é a função provável de um instrumento para que as ciências sociais pudessem produzir conhecimentos verdadeiramente científicos.

É então a partir de agora, necessário tentar, com os meios a nossa disposição, um inventário dos instrumentos suscetíveis a uma reapropriação científica e aptos a provar o discurso teórico nascente: proporemos o conceito de '*escuta social*' para designar a função provável dos instrumentos re-apropriados futuros, em um sentido análogo à '*escuta analítica*' da prática freudiana (HERBERT, [1966] 2011, p.53, grifo meu).

Uma escuta social apta a colocar à prova o discurso teórico cíclico. Para que possamos abordá-la, faremos um breve desvio pela escuta analítica à qual a escuta social está posta em analogia.

Diz-se que a escuta como instrumento da psicanálise advém da ordem explícita de uma paciente histérica a Freud: Não fale! Deixe-me falar! Trata-se da história oficial e, portanto, mítica das origens da psicanálise, que atribui a esta paciente – nomeada Emmy Von N. em *Estudos sobre a Histeria*¹⁷ - a invenção da cena analítica.

De acordo com Roudinesco e Plon (1998), diz-se que a Emmy protagonizou as proibições necessárias a uma nova técnica de tratamento: recusou o toque e o olhar do médico, obrigando este à escuta. A escuta precisou ser reivindicada!

Para fazer da escuta um instrumento de cura, foi preciso interromper o ritual de reprodução do ciclo de perguntas e respostas médicas sobre o corpo e a mente do doente. Daí, podemos tirar as consequências, a relação analítica como um modo de concessão ao outro do direito à própria palavra.

É pela língua que algo do sujeito pode ser conhecido. Falar para alguém que escuta torna a língua uma basculante, suporte que revela e oculta, no batimento entre aquilo que o sujeito sabe e aquilo que não sabe que sabe. A escuta analítica coloca-se justamente como instrumento de detecção daquilo que está para além do dito, no ponto onde algo da ordem do inconsciente se faz presente.

A escuta analítica é um instrumento, pois permite que se ouça a desarticulação. Sua ação consiste na trituração das evidências de unidade e racionalidade dos sujeitos. A partir

¹⁷BREUER, J.; FREUD, S. (1895). Estudos sobre a histeria. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 15-297.

daí, é preciso elementos teóricos que sustentem uma teoria do psiquismo humano. Sem isso, ou apagaremos a desarticulação, tal como o funcionamento espontâneo da ideologia, ou a tomaremos como uma falha a ser corrigida, tal como o funcionamento cíclico do idealismo patologizante das condições humanas.

Mas voltemos à escuta proposta por Herbert. É Paul Henry ([1990] 2014) quem nos auxilia a compreender as condições de produção desta proposição. Para ele, a figura de Thomas Herbert dirige-se aos filósofos e, por este motivo, privilegia as questões teóricas e conceituais somente citando a necessidade de construção de um instrumento científico. O que encontramos sob a denominação de uma *escuta social* é justamente a função genérica de um instrumento epistemológico materialista, cuja matéria prima é aquilo que pode ser captado pelo ouvido. A língua aqui se apresenta enquanto fala, não de um sujeito, uma fala social. É preciso ter meios para escutar os saberes produzidos pelas ciências sociais. É preciso saber ouvir o ciclo sintomático do idealismo que funciona pelo apagamento da disjunção dos seus objetos.

É, então, em *Analyse automatique du discours* (AAD-69), que Pêcheux passa a atuar propriamente no campo das ciências sociais, propondo um instrumento científico apto a abarcar as questões anteriormente levantadas. Trata-se do pretensioso intuito de construção de uma máquina de guerra, um cavalo de Tróia a ser introduzido no cerne das ciências sociais para ali produzir uma reviravolta. Malidier (2003) afirma este projeto como o laboratório de uma ciência que está ainda por vir, contudo, lugar onde, pela primeira vez, todos os fios do discurso, este “objeto radicalmente novo”, encontram-se ligados.

Analyse automatique du discours é a tese universitária de Pêcheux, defendida em 1968 e publicada em 1969. Neste momento, Pêcheux apresenta seu dispositivo de análise automática do discurso como um instrumento, não mais de escuta, mas como uma *prática de leitura* que permite a “detecção sistemática dos sintomas representativos dos efeitos de sentido no interior da superfície discursiva” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p.150-151). Esta questão pode ser mais bem explicitada através do seguinte trecho:

Isso supõe, vamos repetir, quem *um discurso não apresenta*, na sua materialidade textual, *uma unidade orgânica em um só nível* que se poderia colocar em evidência a partir do próprio discurso, mas que toda forma discursiva particular remete necessariamente a uma série de formas possíveis, e que essas remissões da superfície de cada discurso às superfícies possíveis que lhe são (em parte) justapostas na operação de análise, constituem justamente os *sintomas pertinentes* do processo de produção

dominante que rege o discurso submetido à análise (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 105-106, grifos do autor).

Vemos aqui o sintoma figurar como a perturbação de uma organização que remete a uma outra ordem. Sob a égide do *sintoma* Pêcheux propõe um instrumento capaz de identificar a existência de marcas na superfície linguística que remetem a uma outra dimensão. Algo que retorna, de distintos modos, referente a um registro, tido aqui como um processo discursivo.

O que se coloca é a não coincidência do discurso consigo próprio, afirmando a existência de um *exterior específico*. Trata-se do procedimento de trituração da unidade dos sentidos sobre a materialidade da língua. O instrumento de análise permite a detecção dos sintomas daquilo que se apresenta como unidade do texto, produzindo, a partir desta matéria-prima, o *discurso* enquanto objeto.

São duas as direções afirmadas por Pêcheux para a análise de discurso neste momento. De um lado, um instrumento para o campo de investigação sociológico que permitiria pensar o discurso em relação ao sujeito em uma situação a partir de uma posição na estrutura social. De outro, o instrumento da análise de discurso contribuiria para o campo epistemológico da história das ciências¹⁸. Se uma ciência existe a partir de uma ruptura epistemológica, a análise de discurso poderia compreender as condições pelas quais um novo discurso científico se instaura, na evidenciação daquilo que produz um *descompasso* em relação ao processo de produção dominante, ou seja, o terreno pré-científico anterior.

Neste âmbito, a análise de discurso aparece como possibilidade de estudo das apropriações que a ciência faz do seu exterior. Isso porque a ciência fala por metáforas, termos apropriados de outros campos, utilizados “para compreender e se fazer compreender”. Mas é também necessário continuar o processo de distinção dos demais processos discursivos que a cercam, “com os quais ela debate e se debate” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p.153).

Sendo, sobretudo, um instrumento epistêmico, não podemos, portanto, deixar de notar a AAD-69 a partir da apropriação que Pêcheux realiza do instrumento de *leitura sintomal* utilizado por Althusser para compreender a prática teórica de Marx. “O método de Althusser

¹⁸ História das ciências é o campo desenvolvido por Georges Canguilhem em continuidade ao trabalho de Gaston Bachelard. Trata-se da história dos deslocamentos dos sentidos dos conceitos de uma ciência. Isto é, a história das rupturas epistemológicas ali realizadas.

com certeza influenciou Pêcheux. Podemos dizer que uma das coisas que Pêcheux tinha em mente quando começou a trabalhar com a análise e a teoria do discurso era constituir uma teoria e uma sistematização deste método” (HENRY, [1990] 2014, p. 32).

E aqui apropriações não podem representar, de modo algum, uma não legitimidade. Isto porque a apropriação, sobre a forma da metáfora, é tanto o próprio modo de falar das ciências, quanto a forma geral de constituição dos sentidos, tal como formulado posteriormente por Pêcheux. Trata-se da prática de tomar por empréstimo certo conceito de um determinado campo e reterritorializá-lo, tendo, como efeito, a transformação de toda rede conceitual, bem como do elemento apropriado. Além do mais, o que buscamos é o afastamento da ilusão idealista de uma essência ou origem. O que se vê é a força de uma posição teórica sendo desenvolvida por distintos autores, concomitantemente, em meio à conjuntura intelectual francesa dos anos 1960.

Voltemos à *leitura sintomal*. Já abordamos brevemente que Althusser, em 1965, realiza junto com a geração de jovens filósofos franceses da qual Pêcheux figura, a leitura coletiva da obra *O Capital* de Marx junto ao ENS. *Para Leer El Capital* (1973) é a publicação resultante deste empreendimento. Neste ponto, interessa-nos o modo como se aborda a questão da leitura para avançarmos em nossa reflexão sobre o instrumento. Diz-nos, Althusser:

A partir de Freud comenzamos a sospechar lo quiere *decir* escuchar, por lo tanto, lo que quiere *decir* hablar (y calarse); comenzamos a sospechar que ese '*quiere decir*' del hablar y del escuchar descubre, bajo la inocencia de la palabra hablada y escuchada, la profundidad de un segundo discurso, completamente distinto, el discurso del inconsciente” (ALTHUSSER, 1973, p.20-21, grifos do autor)

Este conhecido trecho faz-nos retomar, por um instante, a questão da escuta como meio de abertura pelo qual se pode romper com a inocência do sentido evidente. É neste sentido que o autor vem afirmar que há séculos economistas e historiadores realizam leituras de *O Capital*. O problema encontra-se no ponto em que se buscam nesta obra os objetos tais como cada uma destas ciências os concebe na atualidade. “[...] que hace ler a los economistas su próprio objeto proyectado em Marx en lugar de ler, em Marx, outro objeto muy diferente del suyo” (p.89). Um modo de leitura que realiza uma extração de conceitos ali desenvolvidos *como se* se tratasse de correspondentes diretos das suas formulações conceituais atuais. Ou ainda, trata-se da própria indistinção entre o sentido dos conceitos teóricos e das palavras em circulação na “vida cotidiana”.

Se a psicanálise nos abre o campo da escuta, Althusser afirma que é Marx quem inaugura a possibilidade de suspeita daquilo que, na teoria, significa ler. Isso porque Marx realiza, em *O Capital*, uma leitura “em voz alta” dos economistas clássicos por meio do qual *dá a ver* aquilo que está ausente naquela formulação teórica. Trata-se, portanto, de uma *leitura sintomal* pelo qual o invisível, o ausente daquele dizer, pode ser trazido à tona e tomado a partir da sua relação necessária com o visível.

E aqui acredito que possamos pensar algo sobre isso que se coloca neste constante jogo entre a *escuta*, a *leitura* e o *olhar*. A leitura do filósofo, que trata Althusser, poderia ter algo a ver com a escuta do psicanalista e do analista do discurso, uma vez que se trata de uma abertura radical ao saber do outro, a partir de uma suspensão da própria subjetividade. Questão sobretudo ética, mas de extrema complexidade, pela qual não buscar-se-ia tomar do outro elementos que viessem responder às próprias questões, mas sim, uma sincera disponibilidade pra ver o que ali se coloca e o que ali se ausenta.

Por isso, no que tange à prática do analista de discurso, gosto especialmente da formulação de Leandro Ferreira (2008) que afirma a exigência da realização de uma *escuta discursiva*, sob a forma de um gesto de interpretação que, pelas lentes de um dispositivo teórico-analítico, consiste em fazer *ver* a opacidade do texto, “pondo em questão o que parece evidente e trazendo à presença o que se mostra ausente” (p. 21).

Podemos compreender que Pêcheux apropria-se do instrumento de *leitura sintomal* deslocando-o do campo filosófico para o científico. Ao invés de tomar como matéria-prima formulações teóricas, o instrumento de leitura de Pêcheux tem o texto e, portanto, a língua como matéria-prima. A língua é suporte de toda e qualquer construção científica, mas também daquilo que se produz incessantemente pelos sujeitos. Do ponto de vista da língua, a ciência é um modo específico de realizar uma leitura do *real*, tais quais as demais posições possíveis para os sujeitos, nos recortes da ideologia.

Nesta mudança de terreno, a linguística foi o lugar possível e necessário para que Pêcheux pudesse encontrar subsídios para erigir uma teoria para seu instrumento analítico e para a formulação teórica do objeto que é produzido a partir dele. Nas palavras de Malidier (2003), o *discurso* “não é jamais objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas grandes questões sobre a língua, a história e o sujeito” (p.15).

Instaurado sobre o terreno da linguística – e não sem conflito -, é que os saberes da psicanálise e do materialismo histórico puderam ser apropriados para formular uma teoria do discurso que aborda, como efeito, os objetos primordiais das ciências humanas e sociais. Daí a relação entre o visível e o invisível, intrínseco ao sintoma, já não mais restritos aos movimentos de deslocamentos de conceitos em uma teoria. O *discurso*, como objeto científico, permite que se escute os conflitos próprios à luta de classe nas mais distintas práticas em meio às regiões ideológicas que compõem uma Formação Social. Como afirma Paul Henry: “a preocupação principal de Pêcheux referia-se a ligação entre o discurso e a prática política, ligação que, para ele, passa pela ideologia” ([1990] 2014, p.30).

Em suma, o que um instrumento no campo teórico materialista realiza é a trituração da concepção das coisas do mundo a partir das unidades simples fornecidas pela ideologia e perpetuadas pelas práticas científicas idealistas. É o instrumento que permite a transformação das unidades em objetos heterogêneos, cindidos, articulados em um todo complexo com dominante. Para isso, faz-se necessário a realização de uma construção teórica que permita, antes de tudo, compreender o funcionamento deste instrumento e fornecer uma rede conceitual pelo qual o produto gerado, isto é, seu objeto, possa ser abarcado.

A leitura em Análise de Discurso que busco realizar neste trabalho consiste na atenção aos arranjos específicos por meio do qual a Ocupação Lanceiros Negros põe em cena distintos saberes em torno daquilo que tomarei como objetos. Não um apego a cada elemento trazido, mas uma atenção flutuante¹⁹ que permita colocar em suspenso as questões que insistem em retornar, como sintomas de processos de produção que esta organização de luta política encontra registro. Uma leitura não-subjetiva porque ancorada na teoria, mas com os sintomas específicos do meu percurso teórico, este sim, subjetivo.

3.2 Ocupar como instrumento

Em que consiste uma ocupação? Acredito que possamos pensar esta questão a partir de duas vias. De um lado, encontramos as manifestações de cunho político que vêm

¹⁹Freud (1912/1969) recomenda a manutenção de uma atenção flutuante, onde as informações em desordem trazidas pelos pacientes ao longo do processo de análise sejam postas em suspenso, podendo ser acessadas posteriormente, quando um novo elemento entrar para conectar os sentidos.

encontrando na estética de ocupação, um meio de inscrição. De outro, o núcleo traumático estruturante do social, por meio do qual a propriedade privada se institui. Existem pessoas e é preciso encontrar um lugar. Ocupações são efeitos necessários e contínuos neste processo. Vamos percorrer, brevemente, cada uma destas vias.

Em 2012 a publicação *Occupy: os movimentos de protesto que tomaram as ruas* reuniu textos de importantes teóricos contemporâneos que trabalham sobre questões políticas a partir do ponto de vista crítico. Um livro que carrega certo entusiasmo com uma renovação da esquerda mundial que se apresenta numa onda de protestos que ocupam o espaço público no ano de 2011, com destaque ao *Occupy Wall Street* e aos efeitos da Primavera Árabe. Mobilizações que clamavam por “democracia real” advinda do que os autores chamam de “a crise do capital global”. Ocupação do espaço público é também um modo de dizer algo sobre aquilo que vem sendo chamado de Jornadas de Julho de 2013 no Brasil. Uma insurgência sem objeto que levantou uma poeira que ainda nos cega.

Imersos neste tempo histórico, somos acometidos por esta espécie de névoa que nos impede de realizar uma leitura efetiva dos sintomas, isto é, do arranjo das revoltas atuais engendradas no seio do neoliberalismo. Mesmo assim, hoje, no Brasil de 2017, contemplamos com certa desconfiança essa tal onda de renovação da esquerda que, só para citar o caso do nosso país, antecedeu um golpe parlamentar contra a presidenta eleita Dilma Rousseff em 2016.

Aliás, durante a realização desta dissertação, importantes marcos ocorreram em nosso país. Acredito poder, hoje, afirmar que a primeira reação ao golpe foi a ocupação de centenas de escolas e universidades por todo Brasil, conduzida principalmente pelos estudantes secundaristas, que reagiam ao cenário político e utilizaram como alvo as reformas de ensino e de gastos propostos com urgência pelo governo golpista. O arquivo discursivo deste trabalho foi coletado neste mesmo período.

Trago estas questões, pois acredito que, de algum modo, a ocupação, enquanto uma estética de insurgência, está na *ordem do dia*. Não que se trate de um fenômeno novo. Ocupar o Estado é a própria premissa da revolução. O que acredito podermos pensar é que ocupar diz respeito a um instrumento que permite *tornar algo visível*. Mesmo as pautas dos revolucionários do norte do mundo, que se dão ao luxo de protestar contra “o capitalismo”, tornam material, isto é, corporificam no ato de ocupar, uma contradição, mostrando, sobretudo, que algo não vai bem.

Na outra via de considerações, podemos pensar as ocupações urbanas no contexto local da cidade de Porto Alegre. Marx e Araújo (2016) nos fornecem um panorama atual das ocupações urbanas na cidade. As pesquisadoras contabilizam, através de dados do Observatório da Cidade de Porto Alegre, a existência de quatrocentas e setenta e sete vilas, isto é, territórios centrais e periféricos de ocupações espontâneas.

As cidades são construídas através de ocupações, isto é, da existência de sujeitos em um determinado espaço que, sabemos, é recoberto de sentidos, regulado pelas leis, administrado pelo Estado em nome de uma totalidade impossível. O que Marx e Araújo (2016) destacam sobre o contexto local é o aumento significativo destas áreas nos últimos anos. Este dado encontra respaldo na análise que as pesquisadoras realizam da mudança da gestão das políticas de habitação na cidade que havia conquistado avanços com o Orçamento Participativo. Este modo de gestão pública vem sendo suplantado, desde 2005, por um modelo de gestão onde a primazia da “formulação e execução das políticas urbanas passa a ser a relação com o setor privado” (MARX e ARAÚJO, 2016, p.209). É esta conjuntura que, para as autoras, possibilita a emergência de ações coletivas de luta pelo direito à cidade.

Esta leitura nos permite pensar a especificidade de um fenômeno que diz respeito ao conflito estrutural da sociedade que demanda, como efeito, a necessidade de ocupar – que pode ser simplesmente existir em um território do qual não se tem propriedade legítima – em confluência à uma prática política. É o modo de luta que há décadas vem se consolidando através da atuação de muitos movimentos sociais dos quais podemos destacar, pela sua visibilidade em âmbito nacional, o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

No município de Porto Alegre, Marx e Araújo (2016) destacam, além da Ocupação Lanceiros Negros MLB/RS, a existência da Ocupação Saraí desde 2013 no Centro Histórico de Porto Alegre, vinculada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Rio Grande do Sul (MNLN/RS); a ocupação organizada pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), nos arredores do Morro Santana, na parte leste de Porto Alegre, que iniciou em 2015 e neste mesmo ano sofreu uma ação de despejo; e a Ocupação Pandorga, espaço artístico e de moradia existente desde 2015 e auto-gestionado. Cito como complemento a Ocupação Utopia

e Luta²⁰, movimento autônomo e auto-gestionado, que existe desde 2005, em um prédio na área central de Porto Alegre.

Como estética de insurgência ou como a simples necessidade de existir em algum lugar que não se tem a posse, ocupar implica *estar num lugar onde, por definição, não se deveria estar*. A realização da construção teórica em torno da montagem do instrumento na prática de Pêcheux permite-nos pensar *ocupar* como movimento, ato, verbo daquilo que imprime força para transformar, triturar, estilhaçar unidades. No princípio é o verbo. Ocupar é instrumento que permite que algo seja *visto*. A Ocupação é seu produto. Substantivo que produz o efeito de unidade de uma substância que existe no mundo. Existência que permite que algo possa ser *dito* deste lugar.

E o que pode ser dito deste lugar onde não se foi convidado a estar? Esta questão diz respeito, sobretudo, à inquietação que venho compartilhando, como sintoma, com este objeto de pesquisa. O que você está fazendo aqui? Quem é você para estar neste lugar? É preciso justificar uma presença. Entramos, então, na fresta aberta pela Ocupação Lanceiros Negros MBL-RS, significante que abarca uma organização política e um espaço de moradia, para escutar o que este dizer torna visível.

SD1- Nós somos os Lanceiros Negros, a Ocupação está há dez meses. Ocupa um prédio que estava abandonado há mais de doze anos pelo poder público. Estamos cansados de ocupar as filas nas listas do Minha Casa Minha Vida que só na cidade de Porto Alegre ultrapassa 71 mil inscritos.

Esta primeira aproximação do material de análise diz respeito a uma fala proferida no ato público. Um modo de apresentação da Ocupação aos sujeitos que passavam pela cidade. O que se anuncia na primeira parte de SD1 parece responder à pergunta *quem és?* Quem responde é um *nós*, desinência verbal de primeira pessoal do plural onde o eu está incluso, mas não está sozinho. Trata-se da emergência de um coletivo que prontamente apresenta a si mesmo. *Nós somos os Lanceiros Negros*. O *nós* do coletivo que vai para a rua naquela manhã realizar uma manifestação posiciona-se, antes de qualquer coisa, a partir de um significante

²⁰ Disponível em <http://utopia-e-luta.blogspot.com.br>. Acesso em 25 de julho de 2017.

calçado numa memória histórica. A presença do nome *Lanceiros Negros* é aquilo que anuncia a *Ocupação* como uma entidade própria e com história, que *está* há dez meses.

E é ela própria, a *Ocupação*, quem *ocupa um prédio*, na segunda parte de SD1. Forma de construção discursiva que apresenta um agente que opera o *ocupar* como instrumento. A *Ocupação* – produto da prática de *ocupar* - torna-se, na ordem do discurso, a própria causa que opera como um instrumento sobre a matéria-prima do *prédio*. Que lugar é este, afinal?

Um prédio que estava abandonado há mais de doze anos pelo poder público. Um modo, entre tantos outros possíveis, de apresentação deste objeto que diz algo sobre a possibilidade de estar ali. Deixemos agora este ponto em suspenso para avançarmos em SD1. Na terceira parte da sequência, temos uma formulação cuja estrutura se assemelha à construção anterior. Podemos visualizá-la na tabela abaixo:

SD1.2	<i>(a Ocupação) ocupa</i>	<i>um prédio que</i>	<i>estava abandonado há mais de doze anos pelo poder público</i>
SD1.3	<i>(nós) estamos cansados de ocupar</i>	<i>as filas (nas listas do Minha Casa Minha Vida) que</i>	<i>só na cidade de Porto Alegre ultrapassa 71 mil inscritos</i>

Temos um *nós* apresentado como os *Lanceiros Negros* que se faz unidade através da *Ocupação*. Se a *Ocupação* ocupa um prédio abandonado pelo poder público, o *nós* declara-se cansado de ocupar filas na lista de uma política pública. Trata-se, sobretudo da enunciação de uma mudança de terreno. O que ouvimos ser dito em SD1, versa sobre o *deslocamento do lugar ocupado pelos sujeitos em relação ao poder público*, por meio do significante *Ocupação*.

Deste ponto, podemos fazer algumas observações. Se é, justamente, o ato de ocupar que forja uma *Ocupação*, não pode haver anterioridade, origem ou essência. O que havia antes era o trabalho de um Movimento Social de planejamento e organização; um prédio abandonado pelo poder público; e famílias que ocupavam as filas dos programas de habitação.

A reformulação, no fio do discurso²¹, do *ocupar* um prédio *público* em ocupar as “filas nas listas” de políticas *públicas*, estabelece uma relação de causalidade que *torna visível* uma relação entre a Ocupação e o que designo como o Outro da dominação que se representa aqui pelo domínio público. Ao dizer algo sobre o que se ocupa e porque se ocupa, o que é posto em jogo é o *público* enquanto espaço, enquanto poder responsável pelas políticas (públicas) e enquanto universalidade.

Não havendo anterioridade, a Ocupação, em si, não tem uma existência própria, independente ou exterior a este Outro, mesmo que não se confunda com ele. Se seu dizer explicita algo deste Outro é porque sua existência materializa-se justamente dentro do domínio do público. Não podemos deixar de lembrar do cavalo de Tróia, tal como em algum momento designou-se o instrumento da Análise de Discurso de Pêcheux. Ocupar um prédio público é infiltrar-se no cerne do Aparelho de Estado do poder executivo. Logo, há como dizer algo sobre a própria Ocupação sem, necessariamente, dizer sobre este Outro, mostrar seu funcionamento?

Ocupar aquilo que é público, como instrumento de luta política no que tange às ideologias dominadas, faz estilhaçar unidades, *tornando visível* a complexidade em torno de certas relações de dependência entre sujeitos numa Formação Social. Mas também abre uma fissura por meio da qual a existência da Ocupação está atada ao Outro. Daí a eficácia deste instrumento e a especificidade do discurso desta Ocupação. Mas o instrumento é processo, importa-nos o produto. Trabalhar sobre o discurso de uma Ocupação requer que atentemos aos *objetos* que são postos em cena para tecer, na língua, esta luta política.

²¹Fio do discurso é uma referência ao conceito de intradiscurso “o que eu digo agora, com relação ao que eu falei *antes* e o que eu direi *depois*; portanto, o conjunto de fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar de ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.153). O intradiscurso surge em oposição ao *interdiscurso* enquanto exterioridade constitutiva dos sentidos.

4 DOS MODOS DE DIZER A VERDADE

- Tudo que podemos fazer – disse Banaka – é apresentar um relato sobre nós mesmos. Um relato de cada um sobre si mesmo. Todo resto é apenas abuso de poder. Todo resto é mentira.

(KUNDERA, 1987)

4.1 Ocupar o vazio

Ao entrarmos na ordem do discurso nos deparamos com maneiras possíveis de dizer algo sobre o *real*. Se, como afirma Althusser ([1967]1978), a teoria consiste em *dizer* a verdade, no sentido que é um discurso pelo qual se pode enunciar algo sobre um objeto, caberia então às ideologias dominadas *estar* na verdade. No que tange à luta política da Ocupação Lanceiros Negros – MLB/RS, *estar na verdade* é uma forma bastante precisa de compreender a existência de uma organização fundada sob o teto do poder público que, neste lugar, *torna uma contradição visível*. Ao aceitarmos que esta organização, a partir do significante Ocupação, permite que algo seja dito, é preciso questionar o que pode ser dito sobre isso que é dado a ver por esta prática política. Buscaremos realizar uma reflexão sobre este ponto, seguindo as construções discursivas que se desenvolvem em torno de três objetos que dizem respeito à própria organização desta luta política: *prédio, moradia e moradia digna*. Para isso, retomo SD1 junto a outros dois recortes discursivos também referentes ao ato público:

SD1: *Nós somos os Lanceiros Negros, a Ocupação está há dez meses. Ocupa um prédio que estava abandonado há mais de doze anos pelo poder público.*

SD2: *Nós, da Ocupação Lanceiros Negros, resistimos há dez meses num prédio público que estava abandonado há dez, doze anos, sem nenhuma função social.*

SD3: *Quando a gente chegou aqui esse prédio tinha rato, barata, era um depósito de armários, máquinas de escrever, computadores antigos e nós limpamos esse prédio. Nós estamos há dez meses dando uma função social a esse prédio, a função social de moradia.*

Estas três reformulações dizem algo sobre este espaço ocupado onde, é sabido, *não se deveria estar*. Ao destacarmos *prédio* conseguimos ver surgir uma estrutura nos três recortes acima. Em termos simples e gerais, temos a apresentação de um agente, um modo de relação entre este agente e o prédio, e uma descrição deste prédio. Vejamos como *prédio* é apresentado em SD1 e SD2:

SD1	<i>um prédio que</i>	<i>estava abandonado há mais de doze anos pelo poder público</i>
-----	----------------------	--

SD2	<i>num prédio público que</i>	<i>estava abandonado há dez, doze anos, sem nenhuma função social.</i>
-----	-------------------------------	--

Começamos a suspeitar aqui que o objeto designado por meio do prédio não se confunde com o referente empírico, pela utilização do artigo indefinido *um*. Um prédio *que...* Pêcheux ([1975] 2014) trabalha o mecanismo de designação tendo como ponto de partida as asserções de Frege que caracterizam este fenômeno como modos de indução, no pensamento, da existência de algo ou alguém de modo absolutamente único. O autor, entretanto, compreende que o próprio da estrutura sintática *aquela que...* ou *o que...* ao invés de especificar a singularidade de algo, realiza uma “espécie de *esvaziamento do objeto a partir da sua função*” (p.97). Em outras palavras, trata-se de compreender o mecanismo da relativa como aquilo que estabelece uma relação de implicação entre dois termos, que serve de estrutura lógica passível de substituições a partir de sua função.

Em SD1 e SD2 o prédio é definido a partir de sua função ou, mais especificamente a ausência de função. Poderia vir a ser, portanto, *qualquer prédio público que* estivesse abandonado, sem função social. Refere-se menos àquele prédio, mas a uma construção geral que diz algo sobre a relação deste objeto com o Outro, seu proprietário legítimo. E aqui reencontramos a estrutura onde dizer algo sobre este Outro é condição para falar do próprio lugar.

SD3	<i>esse prédio</i>	<i>tinha rato, barata, era um depósito de armários, máquinas de escrever, computadores antigos</i>
-----	--------------------	--

Em SD3, contudo, vemos um modo de designação distinta, que especifica *esse prédio*, referencial empírico de um lugar, *aqui*. Não se trata mais de tomá-lo a partir de sua função, mas sim, de descrever seu conteúdo, aquilo que existia antes da Ocupação, os resquícios deixados por aquele que estava ali: *tinha rato, barata, era um depósito de armários, máquinas de escrever, computadores antigos*. Um modo de se referir ao Outro através de seus restos. Este dizer dá a ver aquilo que se prolifera no prédio sob a tutela do Outro, que é invisível no campo da legitimidade sobre a propriedade.

Deste ponto, podemos realizar uma distinção que tangencia o estatuto do *real*. Diz Pêcheux “o objeto real [...] *existe, independentemente do fato que ele seja conhecido ou não*, isto é, independentemente da produção ou não-produção do objeto de conhecimento que lhe é ‘correspondente’” ([1975] 2014, p.71). Trata-se da tese marxista de que o mundo material existe antes das representações que lhe dizem respeito.

Existe um prédio. Materialidade concreta no centro da cidade. A partir daí tudo que possa ser conhecido sobre este prédio, depende de um ponto de vista²² pelo qual se buscará realizar uma apreensão desta existência. Este *real* que se tenta designar a partir do significante *prédio* torna-se um objeto completamente distinto para o governo do estado, para o judiciário, para moradores da cidade e, para os sujeitos que o habitam, organizados em torno da Ocupação Lanceiros Negros. O ponto de vista por meio do qual a Ocupação toma o prédio como objeto de moradia e de luta é justamente o do *espaço deixado vazio pelo Outro*.

Orealé uma via que permite a aproximação do materialismo histórico e da psicanálise enquanto discursividades científicas pautadas na compreensão da existência de um mundo material para além do conhecimento ou consciência do sujeito. Duas produções teóricas que advêm para dizer algo sobre o *real* que confronta a estrutura evidente da realidade fornecida pela ideologia. Para Althusser (1985), tanto Marx quanto Freud inauguram um modo de produção de conhecimento materialista e dialético²³ pelo qual o objeto a ser conhecido não

²² Ao tratar esta questão acredito ser válido nos remetermos ao axioma “*é o ponto de vista que cria o objeto*” apresentado no *Curso de Linguística Geral* ([1916] 2006) para designar justamente o objeto da ciência Linguística. Esta afirmação auxilia-nos a compreender aquilo que se delimita como objeto de uma ciência nada mais é do que um recorte de uma totalidade de impossível apreensão que se realiza, sobretudo, por meio de construções linguísticas. “Sempre encontramos o dilema: ou nos aplicamos a um lado apenas de cada problema e nos arriscamos a não perceber as dualidades assinaladas acima, ou, se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si” (CLG, 2006, p.16).

²³ Concluímos com Althusser (1985) que Freud é materialista, pois rompe completamente com qualquer modo de primazia do ponto de vista do sujeito, sua consciência ou racionalidade, sobre o mundo. Dialético, porque

coincide com as unidades espontâneas e, portanto, ideológicas, das coisas do mundo. Não se pode conhecer a sociedade, pois não se trata de uma unidade homogênea, mas sim de uma realidade conflituosa da qual não se pode ver tudo de todas as partes. Não se pode produzir conhecimento sobre o sujeito, pois não há como se ter acesso à complexidade que o constitui, somente aos seus efeitos.

O que estas teorias formulam é um modo de *dizer* sobre o real a partir de um conjunto estruturado de conceitos tomando, como matéria-prima, as representações ideológicas. Reencontramos aqui, nossa a questão inicial. Não estando na teoria, como podem os sujeitos, na luta proletária, dizerem algo sobre o real? A forma pela qual a Ocupação designa o prédio não estaria realizando, de algum modo, um trabalho sobre as evidências de sentido dominantes que se colam ao prédio, mais especificamente, a primazia do sentido jurídico que confere a posse deste prédio ao poder público?

Para Pêcheux ([1975] 2014) as condições reais de existência atribuídas ao proletariado demandam “uma ‘evocação’ constante do *lugar* que lhe é construído, ao passo que a burguesia *esquece seu próprio lugar* – e o do proletariado – no imaginário da universalidade econômica, jurídica, moral, etc.” (p.188). O prédio, objeto empírico apropriado, torna-se o significante por meio do qual se pode dizer alguma coisa sobre as práticas do Outro. É o próprio poder público que pode ser conhecido de seu interior. Não se trata simplesmente de pontos de vista distintos sobre o real. É preciso apropriar-se da matéria-prima ideológica, que cola a realidade e seu sentido, “um prédio do governo do estado”, para operar sobre ela, ocupá-la.

Também na ordem do discurso, o *prédio* é arena de disputa que tem como alvo a legitimidade jurídica da posse do imóvel, enquanto sentido dominante. Afinal, não se pode abandonar o que não se tem. Por tratar-se, sobretudo, de uma propriedade do Outro é que a Ocupação pode construir discursivamente sua luta, marcando uma *distinção*.

A *evocação constante de um lugar* para a ideologia dominada que nos diz Pêcheux toma, neste material, uma dimensão bastante polissêmica, afinal ocupar implica estar num lugar onde não se deveria. Dorneles (2005), ao trabalhar com a noção de *lugar*, retoma as

trabalha sobre um conjunto complexo de instâncias psíquicas que estabelecem entre si uma relação conflituosa da qual o ego é só mais um mecanismo. Aliás, é Freud quem formula o funcionamento sobredeterminado do manifesto sobre o latente.

bases filosóficas aristotélicas para pensar este conceito como uma construção que permite *ver* uma parte da totalidade. Trata-se, numa Formação Social, da “estrutura a partir do qual é dado a observar a realidade” (p.119). O lugar que afirma Pêcheux parece ter relação com este aspecto destacado pela autora. Se sobrepusermos este conceito de *lugar* ao prédio, como lugar empírico, podemos formular a pergunta: de dentro do prédio, que realidade se faz visível aos sujeitos?

Ao avançar para a construção do *lugar discursivo*, a autora trabalha este conceito como uma estrutura, presa ao pré-construído, uma realidade com a qual o sujeito se relaciona e, partir daí, pode assumir diferentes posições. Trata-se aqui, da possibilidade de dizer. Podemos pensá-la junto à estrutura construída antes e em outro lugar que sustenta as organizações de práticas políticas que ofertam um *lugar discursivo* aos sujeitos como condição para que outros sentidos sejam produzidos.

Ocupar um prédio permite forjar um palco para que seja possível ocupar um lugar discursivo de onde emerge um *nós*. Para além de um coletivo, o *nós* torna-se um lugar passível de ser ocupado pelos diversos sujeitos inscritos nesta organização. Este lugar discursivo permite aos sujeitos *portarem uma voz* nas distintas situações de enunciação. Mais do que demandar algo, ocupar, aqui, é condição para dizer. Lugar por meio do qual é possível realizar uma leitura do real²⁴.

O prédio tem uma espessura significativa construída antes e em outros lugares, que atravessa o lugar discursivo da Ocupação, como organização de luta. Por isso, ao dizer, faz-se necessário a evocação do lugar deste coletivo *em relação* ao Outro, aquele quem o prédio diz respeito. E aqui, é dado a vera ausência do Outro. Podemos agora atentar ao modo como a Ocupação descreve as suas práticas perante o *prédio*.

SD1	<i>a Ocupação</i>	<i>Ocupa um</i>	
SD2	<i>Nós da Ocupação</i>	<i>Resistimos num</i>	
SD3	<i>Nós</i>	<i>Limpamos esse</i>	Prédio
	<i>Nós</i>	<i>estamos (há dez meses) dando uma função social a esse</i>	

²⁴Retificação necessária, inserida após as observações da banca de apresentação deste trabalho.

Ocupar um prédio, resistir num prédio e limpar um prédio. Se SD1 e SD2 nos apresentam a posição de uma organização de luta política, SD3 abre-nos uma outra perspectiva dentro da cadeia de reformulações. Antes de afirmar um embate de posições, acredito que possamos pensar que o que funciona nesta cadeia significativa é a intromissão do ordinário da vida das pessoas comuns ao extraordinário processo sem início nem fim da luta de classes como motor da História. Buscando sustentar tal afirmação, apresento mais um recorte, advindo do bate-papo com os moradores:

SD4: A primeira coisa que nós fizemos nós limpamos o prédio, tava todo imundo aqui dentro. A gente limpou o prédio, organizou as crianças...

O que escutamos em SD3 e SD4 versa sobre a apropriação do prédio, tanto como *ocupar* e *resistir* de SD1 e SD2. Se resisto a ver na cadeia *ocupar, resistir, limpar, organizar* um conflito entre duas posições do *nós* em relação ao objeto de ocupação é porque compreendo que o ordinário e o político não podem ser tratados como duas ordens distintas.

Sustento tal afirmação na observação do modo como Pêcheux trabalha a prática política do proletariado ao longo de sua obra. Se até a publicação de *Les Vérités de la Palice* ([1975] 2014) encontramos a prática política do proletariado sendo tomada a partir de organizações políticas instituídas como partidos e sindicatos - com destaque ao modo de atuação do Partido Comunista Francês -, vemos na publicação de sua retificação, um ponto de virada que se consolidará na publicação *O Discurso: estrutura ou acontecimento* ([1983] 2012).

Nesse percurso, concomitantemente a uma abertura à psicanálise, vemos o enfraquecimento da concepção de uma prática política calcada em organizações instituídas. Assim como as aparições fugidias do inconsciente, a política revolucionária passa a ser tomada em sua dispersão. Vemos então a construção de conhecimento sobre a prática política do proletariado, tendo o equívoco como matéria-prima para realizar-se nos discursos ordinários que circulam no cotidiano.

Nessa Ocupação, as mais cotidianas práticas privadas se entrelaçam à luta política. Não o privado referente à propriedade, mas sim aquilo que concerne ao íntimo, aquilo que não se oferece ao olhar do público. É exatamente isto que se apresenta como uma *outra cena* da Ocupação Lanceiros Negros, organização de luta política que também é, simplesmente, casa.

Podemos retornar então à verdade, neste ponto, com a afirmação de Pêcheux ([1975] 2014) que retoma a questão inaugural deste capítulo. O autor afirma que a espontaneidade proletária, resultante da relação imaginária do proletariado com suas condições reais de existência, “caracteriza a maneira pela qual este último pode 'estar no verdadeiro' (reconhecer que *isso* não pode durar, que é preciso fazer algo *a esse respeito*, etc.) sem nunca poder 'dizer o verdadeiro’” (p.188-189). Todavia, a possibilidade de *dizer* o verdadeiro que Pêcheux atribui à abertura do continente da História só é possível sob orientação dada por aqueles que vivem na verdade.

E a verdade pode ser dita pela mais banal das frases. *Tava tudo imundo aqui dentro*. Não se trata da formulação teórica de um conhecimento sobre o funcionamento do Estado²⁵, mas não deixa de ser um reconhecimento do Outro por meio do qual a limpeza e a organização das crianças surgem como práticas ideológicas da ordem da revolta.

Ao retomarmos a SD3, encontramos logo após a descrição do prédio, a marcação de uma distinção realizada justamente pelo *e, ...e nós limpamos este prédio*. Ao invés de acrescentar uma informação, o conectivo *e* atua como um ponto de ruptura que permite que um *nós* entre na cena, realizando uma disjunção na descrição das práticas do Outro. É em relação ao prédio que o *nós* torna-se absolutamente distinto do Outro. *A gente* que chega no prédio torna-se *nós* ao realizar, coletivamente, uma limpeza que interrompe a atuação do poder público naquele espaço.

SD3 *Quando a gente chegou aqui esse prédio tinha rato, barata, e nós limpamos esse prédio era um depósito de armários, máquinas de escrever, computadores antigos*

Nós estamos há dez meses dando uma função social a esse prédio,

²⁵ Marco, neste trabalho a grafia de estado, como instância relativa ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Estado como instituição relativa à organização social.

A limpeza torna-se gesto político ao lidar com os ratos, baratas e entulhos do poder público. Mas, tal como um ato equívoco, em SD3, a emergência da *limpeza* logo é reformulada. Como se pudéssemos inserir “isto é” ou “em outras palavras”, a prática inaugural da limpeza do prédio é retificada e traduzida em termos políticos como prática de dar ao prédio a *função social de moradia*. É o cotidiano revestido de termos jurídicos. O prédio, lugar *abandonado pelo poder público, sem nenhuma função social* é onde um *nós* emerge para lhe *dar*, justamente o que lhe faltava, *uma função social, a função social da moradia*.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988²⁶, no artigo 5º, encontramos: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”. O parágrafo XXII esclarece: “é garantido o direito à propriedade”, seguido do parágrafo XXIII: “a propriedade atenderá a sua função social”.

Ler estes parágrafos tendo como pressuposto a concepção marxista de Estado permite-nos ver a construção lógica esvaziada do campo jurídico, onde se formula discursivamente a contradição fundamental da Formação Social capitalista, o direito à propriedade e o funcionamento universal do Estado que iguala a todos. A função social parece emergir na Lei como uma tentativa de realizar uma determinação, especificação à regra fundamental capitalista como um meio de limitá-la em algum ponto.

Daí o termo *função social*, que poderia ser pensado em meio às Formações Discursivas na disputa entre o jurídico, o político e a ética social, tal como propõe Indursky (2002). Trabalhando acerca do discurso do/sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a autora compreende que a atuação dos movimentos sociais que disputam algo em torno da questão da propriedade necessita revisitar o discurso jurídico apoiados em uma ética social. Uma disputa semântica em torno da legalidade. *A função social* é, então, uma espécie

²⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 03 de outubro de 2017.

de estaca jurídica pela qual os movimentos sociais têm que se agarrar para tentar sustentar sua posição frente ao evidente dominante.

SD3 mostra-nos justamente o conflito que se coloca no espaço entre os parágrafos XXII e XXIII da constituição. O prédio, esse que foi limpo pela Ocupação, existe materialmente tal como o papel que garante que o estado do Rio Grande do Sul seja seu proprietário. O direito à propriedade é o direito, sobretudo, de não a perder. Ou, em outros termos, tem direito à propriedade quem tem propriedade. É justamente este ponto que a Ocupação torna visível. Habitar o prédio cria uma espécie de efeito de direito à propriedade.

A Ocupação Lanceiros Negros apropria-se discursivamente do prédio, colocando a sua função em questão. Qual a função do prédio? Qual a função o seu proprietário, o poder público, atribui a este espaço? E, finalmente, qual a função do poder público? É neste espaço que a Ocupação pode afirmar sua prática: *nós estamos há dez meses dando uma função social a esse prédio, a função social de moradia.*

Como afirma Lacan: “digo sempre a verdade: não toda, porque dizê-la toda não se consegue. Dizê-la toda é impossível, materialmente: faltam as palavras. É justamente por esse impossível que a verdade provém do real” ([1974] 1993, p. 11). *A verdade do sujeito é o que é possível dizer sobre o real.* Um dizer sempre não todo, com palavras já-ditas, marcadas por verdades outras.

O que a Ocupação *ocupa* é exatamente a função do poder público no espaço deixado por ele vazio. Algo que podemos formular provisoriamente como “*nós só estamos fazendo o que este Outro deveria fazer, mas não o faz*”. Entramos então no campo da ausência.

4.2 Sobre as modalidades da ausência

Se o prédio é feito de concreto, com endereço na cidade e proprietário legal, isto é, tem uma correspondência material, *moradia* como função social que a Ocupação dá ao prédio é uma questão que se coloca em outra ordem. Não se trata mais do objeto concreto, mas de uma questão social. Vejamos, então, como *moradia* figura no discurso:

SD5: A gente já decidiu e faz muito tempo que não vai aceitar a violência do frio e a violência da fome, a violência da falta de moradia, que 70 mil famílias desse estado são obrigadas hoje a conviver. A nossa saída é fazer ocupação. Se o poder público não faz o seu serviço, a sociedade civil organizada vai fazer. E vai fazer quantas ocupações forem necessárias pra que nenhuma família tenha que dormir na rua.

Este recorte trata de um dizer proferido também no ato público promovido pela Ocupação Lanceiros Negros. Nele vemos uma mudança de perspectiva. Já não se trata de falar da Ocupação Lanceiros Negros e do prédio, mas sim das questões que permeiam esta luta política. Para descrevê-la, divido SD5 em quatro partes, conforme a tabela abaixo.

<i>SD5.1</i>	<i>A gente já decidiu e faz muito tempo que não vai aceitar</i>	<i>a violência do frio e a violência da fome, a violência da falta de moradia, que 70 mil famílias desse estado são obrigadas hoje a conviver</i>
<i>SD5.2</i>	<i>A nossa saída é fazer ocupação</i>	
<i>SD5.3</i>		<i>Se o poder público não faz o seu serviço, a sociedade civil organizada vai fazer</i>
<i>SD5.4</i>	<i>E vai fazer quantas ocupações forem necessárias</i>	<i>pra que nenhuma família tenha que dormir na rua.</i>

SD5 constrói relações de causalidade. Na primeira coluna, vemos algo ser dito sobre a atuação da Ocupação. Uma reação, efeito cujas causas permeiam o que está posto na segunda coluna da tabela acima.

O que se recusa é *a violência do frio e a violência da fome, a violência da falta de moradia*. Uma cadeia de questões “sociais” afirmadas como violências, onde moradia é apresentada pela *falta*. Todavia, o operador *que* insere mais um elemento nesta construção, *70 mil famílias desse estado são obrigadas hoje a conviver*. Poderíamos construir uma paráfrase

nos seguintes termos: *Setenta mil famílias desse estado são obrigadas hoje a conviver com a violência do frio e a violência da fome, a violência da falta de moradia e isso, a gente já decidiu e faz muito tempo, que não vai aceitar.* Atentando ao funcionamento de SD5.1 encontramos aqui a negação operando uma cisão entre *a gente* e *isso*, de modo similar à interrupção possível pelo conector *e* em SD3. A gente *não* vai aceitar *isso*. Uma tomada de posição que cinde o *nós* de um objeto, isto é, de uma análise de uma situação social.

Retomando o ponto de intersecção entre as práticas teóricas materialistas e as práticas políticas das ideologias dominadas, vemos a construção de saberes como uma espécie de *sociologia empírica*. Este termo é utilizado por Althusser (1978 [1967]) para falar do modo de formulação de análises concretas de situações concretas pelos partidos comunistas. Mesmo não estando ancorado em conceitos propriamente científicos, consiste em uma formulação de conhecimento irreduzível a uma percepção empírica imediata.

Podemos considerar que esta leitura da situação estabelece uma relação entre frio, fome e falta de moradia; que cada um destes termos é caracterizado como uma violência; que esta situação é imposta a 70 mil famílias, de onde vemos *família* ser o recorte de unidade de um contingente populacional; e que é uma situação atual e ocorre neste estado.

Esta análise sustenta e fundamenta a prática política de ocupação. *Nós não vamos aceitar isso, nossa saída é fazer ocupação.* É interessante pensar na opacidade do termo *saída* por meio do qual podemos pensar o *fazer ocupação* como um meio de colocar-se fora da situação exposta, adentrando um outro espaço e, ao mesmo tempo, enquanto um instrumento por meio do qual um *nós* atua para solucionar, resolver este cenário.

Daí a relação condicional: *Se o poder público não faz o seu serviço, a sociedade civil organizada vai fazer.* É a função do próprio poder público que retorna aqui. Não a função de responsabilidade do proprietário perante o imóvel que lhe diz respeito. Dentre as muitas leituras possíveis para o Estado e a sua função, vemos a Ocupação designá-lo como *aquele que deveria garantir que nenhuma família tenha que dormir na rua*, mas que não garante.

O que podemos ler deste arranjo é o modo como a Ocupação *diz sobre a ausência* do poder público - no prédio que abandona, no serviço que não faz, no espaço onde não está -, ao mesmo tempo em que a sua função, aquilo que deveria ser feito, é suplantada pela prática política de ocupação. Do ponto de vista de onde a luta da Ocupação Lanceiros Negros é travada, a existência concreta e universal do poder público é tão oca quanto o prédio ocupado. Esta ausência é sua causa. E só há causa daquilo que falha.

A explanação de Žižek, exposta no segundo capítulo, sobre este aforismo laciano que se encontra no cerne da teoria da Análise de Discurso pode ser aqui produtiva. O autor utiliza esta expressão para tratar da economia como causa ausente do núcleo traumático social que desliza para a causa que mobiliza. A relação causal estabelecida em SD5 diz sobre a *ausência* do poder público que incide como Causa da realização de ocupações, mas coincide também à causa enquanto aquilo que precisa ser feito para que *nenhuma família tenha que dormir na rua*.

Compreendo que é a possibilidade de *dizer o que deveria ser feito pelo poder público* que torna visível a *falha* por meio do qual a Ocupação encontra uma brecha para sustentar sua *presença* enquanto prática que reconhece que isso não pode durar, que algo precisa ser feito. É preciso colocar em cena a premissa de que o poder público é a instância responsável pelo “bem-estar social”, pelas políticas públicas que dizem respeito ao frio, à fome e à falta de moradia para colocar em cena sua *ausência*. A presença de ocupações denuncia a ausência do Outro²⁷.

Esta oscilação entre o invisível e o visível suscita a imagem da basculante utilizada para dar forma a esse jogo duplo da consciência e do inconsciente. Pêcheux ([1984] 2014), nos diz: “a série dos efeitos aqui resumidos pelas figuras do lapso e do ato falho infecta, assim, sem parar, toda a ideologia dominante, no próprio interior das práticas, nas quais tende a se realizar” (p. 16). Compreendo esta citação como a realização de uma analogia entre o inconsciente, o objeto da psicanálise, e a revolta, objeto materialista.

Tal como as aparições do inconsciente emergem sem que a consciência possa exercer controle, as ideologias dominadas corroem a ideologia dominante de seu interior. Junto ao que vemos funcionar no discurso da Ocupação, o que opera é um modo de tornar visível algo sobre a dominação justamente no buraco que esta deixa vazio. Não há dominação sem falhas. Ocupar esse vazio é, justamente, fazê-lo visível. Fazer-se visível.

²⁷ No V Seminário Fios ao Tear (2016) - *Conversas com a Análise do Discurso sobre re(in)sistência*, partindo da proposta de levar um objeto para a discussão, trabalhei com a imagem de uma O(CUPIM)ÇÃO, a partir de um pedaço de madeira por meio de qual foi possível pensar um arranjo estético da corrosão. “A infestação de sujeitos em um ponto da cidade funciona como um equívoco da estabilidade lógica da organização da cena urbana, mas também do modo pelo qual a luta das classes dominadas compõe sua disposição na cena política. Isso porque a dominação não é um objeto de fronteiras fixas. Resistir não concerne à derrubada de um muro. Resistir é corroer a estabilidade das relações de desigualdade que sustentam a dominação”. Disponível em <https://sites.google.com/site/fiosaotearanalisedodiscurso/caderno-de-resumos-1/o-cupim-cao-um-arranjo-estetico-de-corrosao>. Acesso em 03 de outubro de 2017.

As ideologias dominadas não se formam em nenhum outro lugar a não ser na própria localização da dominação, nela e contra ela, através das falhas e dos tropeços que a afetam incontornavelmente, mesmo quando a dominação se estende ao ponto ‘em que aí nada se pode fazer’, porque ‘isso é assim’. Restam o *aí* e o *isso* que retornarão sob uma forma imprevisível nas falhas da interpelação (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 16-17).

Podemos pensar que uma ocupação é isso que retorna justamente aí onde a dominação falha e que afirma retornar quantas vezes for necessário, para que *nenhuma família tenha que dormir na rua*. Começamos então a adentrar o horizonte desta luta. Trago então outro trecho do ato público, para continuarmos atentando àquilo que se estrutura em torno de *moradia* no discurso da Ocupação Lanceiros Negros.

SD6: Que a gente possa viver numa sociedade que não há exploração e que o dinheiro não seja o centro, que o lucro não seja o centro, mas que a vida humana, a dignidade humana, em que moradia, em que mais ninguém tenha que ser expulso de suas casas e de seus prédios, e que moradia seja de fato um direito garantido, porque tá na lei, mas ninguém cumpre esta lei. Assim como a burguesia nacional também não respeita a constituição, também rasga a constituição.

Esta sequência inicia com a conjugação do verbo *poder* no presente do subjuntivo. *Que a gente possa...* um intento, uma hipótese, um desejo. Em *Delimitações, Inversões e Deslocamentos*, Pêcheux ([1981] 1990) afirma que “[...] a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias o contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o irrealizado ou o impossível, entre o presente e as diversas modalidades de ausência” (p. 08). Para o autor, a negação, o hipotético, e as distintas formas de expressão de um desejo, entre outras construções linguísticas, apresentam o modo pelo qual, na estrutura da língua, o simbólico permite a inscrição do ponto onde o real da existência objetiva encontra o irrealizado imaginário.

Se em SD5 vimos o modo como a Ocupação torna visível a *falta* do poder público no espaço onde ele *deveria* atuar, SD6 nos abre os campos do *inexistente* e do *irrealizado*. Há, em SD6, duas questões em torno da *moradia*. A primeira diz respeito a uma explanação sobre aquilo pelo qual se luta, o inexistente específico do mundo burguês. A segunda discute o

estatuto de existência de um direito. Modalidades distintas de ausência que só podem ser tecidas no discurso.

Vimos que o discurso científico – tal como compreendido aqui pelo ponto de vista materialista – é designado por Althusser e Pêcheux como um modo de dizer algo sobre a verdade. Todavia, tal como qualquer outro processo discursivo, sua materialidade é a língua. E “o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.90).

O que faz, então, o processo científico poder dizer algo da verdade? É no conceito que a ciência encontra a linguagem. Cabe-nos, então, compreender algo deste mecanismo que promove a possibilidade de dizer. Para Althusser, “a dificuldade teórica consiste pois em que, por de trás de do significado usual da palavra, é sempre preciso discernir o seu significado *conceptual*, que é sempre diferente do seu significado usual” (1978 [1967], p.50).

Para dizer algo sobre o real a ciência utiliza *conceitos* que dizem respeito a objetos *abstratos-formais*, isto é, objetos que não existem de modo estrito no mundo, mas que produzem conhecimento concreto sobre as coisas existentes no mundo. Althusser (1978) nos fornece o exemplo do conceito de *modo de produção capitalista*. Não se trata de uma coisa empírica a ser conhecida, mas de um conhecimento que permite uma outra apreensão das situações concretas, tal como a existência de centenas de pessoas sendo obrigadas a conviver com o frio, a fome e a falta de moradia, como enunciado em SD5.

Um conceito *torna visível* um conhecimento sobre um objeto real cuja representação é sempre e inevitavelmente, fornecida pela ideologia enquanto força que atua para estruturar a significação da realidade. Retomando a questão dos instrumentos, conceitos são os produtos específicos das transformações operadas pelas práticas teóricas sobre a matéria-prima ideológica. No ponto onde o tornar visível se entrelaça à possibilidade de dizer, encontramos a verdade, sempre não toda.

A formulação de um conceito forja uma existência abstrato-formal que realiza uma espécie de triangulação com os objetos concretos-reais, por meio do qual se pode formular um saber que não coincide com a evidência da existência deste objeto. Proponho que pensemos *moradia* como termo que se apresenta, neste discurso, aos moldes de um *conceito*.

Se estamos experimentando relacionar as práticas teóricas e políticas é possível que as formulações epistemológicas possam auxiliar nesta análise. Por isso, buscarei alguns fios da epistemologia histórica de Bachelard²⁸ para realizar uma leitura de SD6. Retomemos.

Na primeira parte deste recorte vemos surgir a expressão do desejo de um modo de organização social almejado pela luta política da Ocupação. Trata-se de um inexistente específico do mundo burguês que versa sobre a força revolucionária. Como *dizer* sobre aquilo que não existe? O que vemos em SD6 é a construção de uma cadeia de negações.

<i>SD6.1</i>	<i>Que a gente possa viver numa sociedade que</i>	<i>não há exploração</i>
		<i>e que o dinheiro não seja o centro</i>
		<i>que o lucro não seja o centro</i>
		<i>mas que a vida humana, a dignidade humana, em que moradia</i>
		<i>em que mais ninguém tenha que ser expulso de suas casas e de seus prédios,</i>

A marca do ensino de Bachelard foi afirmar que um conhecimento sempre se apresenta *contra* um conhecimento anterior. A ciência é feita de rupturas e revoluções. Esta asserção nos permite compreender o movimento histórico não linear dos embates que produziram novos campos científicos a partir de *rupturas epistemológicas*, bem como, compreender o próprio desenvolvimento de uma ciência pelo exercício contínuo da *retificação* de suas verdades.

Sob o nome de *filosofia do não* Bachelard propõe pensar “as condições dialéticas de uma definição científica diferente da definição usual” (1978, p. 09). O *não* possibilita a abertura de uma linha de fronteira, tanto com aquilo que não é científico, quanto com uma concepção científica anterior. Uma generalização pelo qual o *não* insere uma recusa que implica aquilo que se produz na relação necessária com o conjunto negado. A *retificação* entra então como o que se segue ao não. Indica uma modificação no pensamento que, por menor que seja, acarreta em uma mudança de perspectiva sobre a natureza do objeto. Um

²⁸ Gaston Bachelard (1884-1962) desenvolve em meio ao estruturalismo *uma epistemologia histórica*. De acordo com Hilton (1976), a projeção intelectual deste autor se dá nos anos 1930, década onde começa a lecionar na Faculdade de Dijon e também inicia a vasta produção intelectual que tem como objeto o processo de desenvolvimento do pensamento científico. Em 1940 Bachelard passa a ministrar aulas na Sorbonne e é também nesta época que a psicanálise e o surrealismo começam a marcar presença na produção de autor, assinalando a abertura de um paralelo que o acompanhará por toda a vida: o estudo da ciência e da poesia.

conceito é, nesta perspectiva, um ponto de ancoragem pelo qual uma palavra suspende sua significação usual para significar de modo operatório em um determinado campo científico.

O campo da Análise de Discurso formula justamente a compreensão de que as palavras, expressões e proposições não tem um sentido usual, vinculado à sua literalidade. Ao contrário, os sentidos e os sujeitos se constituem ao mesmo tempo, nas relações que estas palavras, expressões, proposições mantêm umas com as outras em uma Formação Discursiva, relativa ao conjunto complexo com dominante de Formações Ideológicas que regem a organização social. Assim sendo, podemos desdobrar a formulação conceitual de Bachelard e pensar no arranjo que coloca em suspenso *um* sentido possível de um termo, e opera sobre ele uma espécie de ocupação, instalando ali um outro sentido que se relaciona, de modo dialético, com o negado.

Em SD6 vemos o inexistente ser dito a partir da negação do existente. A sociedade em que se quer viver é aquela onde *não* há exploração, onde o dinheiro e o lucro *não* são o centro, onde *ninguém* é expulso de suas casas, de seus prédios. O que podemos ouvir a partir destas negações é o estabelecimento da barreira que cinde o existente – que é uma leitura das relações sociais do momento atual realizada pela Ocupação, a partir de saberes dispostos em uma região específica – e o alhures pelo qual se luta. O objetivo de luta, da ordem do inexistente, surge como uma retificação do existente reconhecido e enunciado.

E o recorte de análise das relações sociais do momento atual trata de dizer algo sobre a própria *sociedade* a partir da *exploração*, da centralidade do *dinheiro* e do *lucro*. Elementos teóricos em certa medida, coisas-a-saber do campo aberto pelo marxismo-leninismo, construídas antes e em outros lugares, que ajudam a sustentar a questão que circunda o real-concreto, a *expulsão* dos sujeitos *de suas casas e de seus prédios*.

É interessante observar como no meio destas construções negativas tenta-se trocar de direção, dizer algo sobre o irrealizado por meio da conjunção adversativa *mas*. Acredito podermos pensá-la em relação à *retificação* que se segue à negação e que se coloca em estreita relação com aquilo que é negado. *Mas que a vida humana, a dignidade humana, em que moradia*. Todavia, esta construção parece precisar de um complemento. Em meio a tudo aquilo que não é, buscamos ouvir aquilo que é. Mas a vida humana, a dignidade humana, moradia seriam o que? Como afirmar a existência do irrealizado? Volta-se, então, a formular por meio da negação: *que mais ninguém tenha que ser expulso de suas casas e de seus prédios*.

Podemos avançar um pouco mais na compreensão da negação, com as considerações feitas por Freud no texto *A Negativa* de 1925. O autor trabalha com a negação em situações de análise. Tendo em vista que não há *não* no inconsciente, Freud afirma haver uma relação entre a possibilidade de negar e a origem psicológica de duas funções de julgamento. “A função do julgamento está relacionada, em geral, com duas espécies de decisões. Ele afirma ou desafirma a posse, em uma coisa, de um atributo particular, e assevera ou discute que uma representação tenha uma existência na realidade” (FREUD, [1925] 1969, p.297).

O mecanismo da negação permite a realização da distinção primordial daquilo que existe ou não na realidade, bem como dos atributos que as coisas têm, ou não. Trata-se de um mecanismo primordial que permite ao sujeito a distinção entre o dentro e o fora, o interior e o exterior. Nas considerações sobre o processo de análise, Freud chama atenção para símbolo da negativa na construção da frase, dando como exemplo o sujeito que diz que sonhou com uma mulher que *não* era sua mãe. A negação liberta, isto é, suspende o pensamento das restrições da repressão, permitindo que algo que é profundamente perturbador possa ser dito, mesmo que não sabido.

Não estamos tratando do discurso de *um* sujeito, portanto, não podemos pensar a sequência de negações de SD6 como algo que emerge no afrouxamento da repressão que permite o dizer de algo que estava recalcado. A negação funciona aqui como sustentação para que o inexistente específico do mundo burguês, vetado pela realidade ofertada pela ideologia, possa, de algum modo, ser dito.

Avançamos com Freud na compreensão da negativa como mecanismo que, além de estabelecer um corte, diz respeito àquilo que pode ser dito num campo interditado. Exploração, lucro, dinheiro são elementos postos em cena para dizer algo sobre o existente para que o inexistente, da ordem do imaginário, se apresente enquanto *aquilo que o existente não é*. A inversão, a afirmação daquilo que almeja enquanto horizonte de luta, é marcada pelo conector *mas que* que permite que *a vida humana e a dignidade humana* entrem na construção discursiva como elementos antagônicos àqueles negados.

Nessa sequência que se realiza o encadeamento de *em que moradia digna...* É neste ponto que se coloca a impossibilidade da formulação da afirmação do presente do subjuntivo do *em que moradia seja*, que volta a ser reformulada pelo mecanismo na negação *em que mais ninguém tenha que ser expulso de suas casas e prédios*. No inexistente imaginário, o que

moradia seria? Como poderia ser afirmada como existência? Moradia seria uma questão numa sociedade não pautada pelo lucro?

É neste momento que vemos, em SD6, um giro, uma troca de campo que desloca moradia dos saberes, em certa medida materialistas, que permitem uma leitura do existente, para o terreno do jurídico, *e que moradia seja de fato um direito garantido*.

SD6.2 *e que moradia seja de fato um direito porque tá na lei, mas ninguém cumpre esta lei. garantido,*

Assim como a burguesia nacional também não respeita a constituição, também rasga a constituição.

Acredito que possamos pensar *moradia*, neste discurso, como algo similar a um objeto formal-abstrato. Não se trata de algo empírico, mas de um elemento por meio do qual saberes podem ser arrançados sobre uma falta, que, como sabemos, permite a emergência de uma causa. *Moradia* realiza o recorte de uma região específica de luta política pela qual uma questão vem a ser posta e desdobrada de distintas formas.

Todavia, afirmar a existência de *moradia* como um *direito* não é suficiente. É preciso versar também aqui sobre a modalidade desta existência. Moradia existe como direito. Mas não existe *de fato* como um direito *garantido*. A ênfase sobre a efetividade desta existência toca no ponto paradoxal do campo jurídico, no hiato entre o mundo jurídico e o mundo fático.

Vemos ser explicada na segunda parte de SD6, a existência do direito à moradia *porque tá na lei* e seu *irrealizado*, que é explicitado tanto na marcação *de fato* e *garantido*, tanto quanto no contraponto à lei, introduzido pelo *mas*, para produzir uma afirmação sobre aquilo que impede que *moradia* se realize: *ninguém cumpre essa lei*. Isto é, a lei não produz uma existência objetiva, pois não há quem a cumpra.

É produzida, na sequência, uma analogia a partir do *assim como*, por meio da qual a relação específica entre a existência do direito à moradia e o seu não cumprimento é deslocada para a existência da Constituição e a sua não efetivação. Esta segunda formulação apresenta, contudo, um agente específico, a *burguesia nacional*, que não respeita, que rasga a constituição. *Burguesia* faz retornar um saber do campo aberto pelo marxismo, que se alinha à

exploração e ao lucro presentes no início de SD6. Um entrelaçamento de saberes por meio do qual algo pode ser dito sobre as nuances da existência de uma falta no campo social, representada a partir de *moradia*.

No deslocamento da nossa leitura, do *prédio* para *moradia*, vemos ocorrer um deslizamento da leitura realizada pela Ocupação Lanceiros Negros. Se anteriormente ela tratava de dizer sobre os efeitos da *ausência* do *poder público*, *moradia* implica a realização de outros arranjos de saberes, ainda sobre um Outro da dominação, também a partir de saberes mobilizados do campo jurídico e da via aberta pelo marxismo. Mas sigamos observando o que se constrói em torno de *moradia*.

SD7: Esse projeto ele tem o intuito de mostrar que a solução pra [?]²⁹ da moradia, problema de habitação deste país não é individual, porque o problema não é individual, é um problema coletivo, é um problema na sociedade que vive na exclusão e na miséria, que prefere construir shoppings, que prefere construir presídios, e que prefere construir, botar a leilão prédios do que construir moradia digna.

SD7 é um recorte de uma fala proferida na audiência pública. Versa sobre o projeto de criação de uma Casa de Passagem proposto pela Ocupação ao poder público. Se em SD5 *a saída era possível pela ocupação*, em SD7 *a solução* é apresentada na forma de proposta de política pública. Ambas as situações tratam, justamente, de modos de efetivação daquilo que se apresenta enquanto *irrealizado* em torno da questão da moradia.

E moradia, neste recorte, é reformulada como *problema*. Mais uma vez buscarei na epistemologia elementos para compreender a especificidade do funcionamento de um objeto abstrato-formal. Canguilhem³⁰, em continuidade com as proposições bachelardianas, propõe que a história de uma ciência é a história de seus conceitos. Macherey auxilia-nos a compreender o trabalho de Canguilhem afirmando que, para o autor, a definição de um

²⁹ Trecho inaudível.

³⁰ O filósofo francês Georges Canguilhem (1904-1995) desenvolveu uma história da ciência em continuidade com a obra de Bachelard onde toma o conceito como a unidade material de investigação de uma ciência. Tal legado assume contornos institucionais em 1955, quando Canguilhem é convidado a assumir o cargo de Diretor do Instituto de História das Ciências e das Técnicas na Sorbonne, até então ocupado por Bachelard. Foi sobre uma diversidade de temáticas em meio às ciências da vida que Canguilhem desenvolveu e consolidou sua obra como historiador da ciência.

conceito é a formulação de um problema. “Se o conceito está do lado das *questões*, a teoria está do lado das respostas. Partir do conceito é escolher partir das *questões* para se escrever história” (MACHEREY, 2009, p.124, grifos do autor).

Mesmo não podendo ser equiparados, é válido o jogo entre o problema que vemos em SD7 e o problema teórico que se sustenta sobre o conceito. Ao que podemos observar, *moradia* é significante que permite uma gama de arranjos discursivos que realizam desarranjos na estruturação da realidade fornecida pela Ideologia, no lugar onde *propriedade* tem primazia. Em SD7.1 observamos o desdobramento de *moradia* em *problema de habitação deste país*, *problema individual*, *problema coletivo* e *problema na sociedade*. O que vemos funcionar neste recorte é uma reorganização que busca distinguir a natureza das questões que circundam *moradia*.

SD7.1 *Esse projeto ele tem o intuito de mostrar que a solução pra [?] da moradia, problema de habitação deste país não é individual, porque o problema não é individual, é um problema coletivo, é um problema na sociedade*

SD7.2 *que vive na exclusão e na miséria, que prefere construir shoppings, que prefere construir presídios, e que prefere construir, botar a leilão prédios*

do que construir moradia digna.

O que se realiza em SD7.1 é o reconhecimento e a rejeição de um sentido a partir do *não é...* e sua retificação pelo *é...* Vemos aqui a realização de uma ruptura com um saber a partir da negação e sua redefinição pelo *é* enquanto verbo padrão da denotação de sentidos. De modo distinto das negações de SD6, a negação aqui produz um efeito muito similar ao exemplo freudiano, permitindo que um termo de um outro domínio do saber seja linearizado para que um outro sentido possa suplantá-lo.

Pêcheux ([1975] 2014), ao comentar este mesmo texto freudiano, afirma que a representação negada é isolada da Formação Discursiva que lhe atribui um sentido, fazendo com que esta representação se torne um puro significante. O que gostaria de comentar aqui, é que a apropriação do saber “*moradia é problema individual*” não é estranha aos sujeitos. O que se realiza é o reconhecimento do funcionamento das práticas sociais que produzem a

evidência de que cada sujeito, ou, cada unidade familiar, deve responsabilizar-se pela busca de uma casa, e sua enunciação. De todo modo, o que se observa é a impossibilidade de simplesmente dizer. A luta de classes é posta em cena, a partir do jogo entre duas posições acerca da questão da *moradia*.

O que se realiza aqui é justamente um giro que desloca o indivíduo do centro da perspectiva e coloca em cena o coletivo, localizado *na* sociedade. Deslocamento fundamental da prática política das ideologias dominadas. Mas deixemos por hora este ponto em suspenso.

Ao indicar a sociedade como lugar do problema da moradia, é preciso atentar ao modo como *sociedade* é dotada de atributos a partir da relativa *que* na segunda parte de SD7. Poderíamos reformular SD7 da seguinte forma: Moradia é um problema *na* sociedade *que* vive na exclusão e na miséria, *que* prefere construir shoppings, *que* prefere construir presídios e *que* prefere construir, botar a leilão prédios do *que* construir moradia digna. Há nesta formulação duas construções antagônicas de sociedade, encadeadas no fio do discurso, num movimento de reformulação. De um lado a sociedade como um conjunto de pessoas que vivem na exclusão e na miséria. De outro, a sociedade como uma unidade política que decide, prefere construir shoppings, presídios e botar a leilão prédios.

Podemos ler esta construção como um desvio de percurso. Algo que designa aquilo que se coloca em torno do problema de moradia, a exclusão e a miséria, passa a designar o Outro e suas práticas em relação ao *prédio* da Ocupação, cujo destino afirmado pelo governo do estado seria o leilão ou a transformação em um presídio semi-aberto.

Na via que vimos pensando o modo de construção a partir da negação e da retificação, compreendo que afirmar moradia como um problema *na* sociedade (que, como *efeito*, vive na exclusão e na miséria) demanda que se faça uma torção. Que se diga como essa *sociedade* atua como *causa* do problema: preferir construir shoppings, presídios e colocar prédios a leilão para que *construção de moradia digna* possa ser apresentada em oposição, como aquilo que não é realizado, como o inexistente. Ao invés de construir moradia digna, *a sociedade* prefere construir shoppings, presídios, botar prédio em leilão. Neste desvio, sociedade passa a coincidir com o Outro enquanto poder executivo, relativo às práticas do estado do Rio Grande do Sul, enquanto proprietário do imóvel ocupado pela Ocupação Lanceiros Negros.

A constante que observamos no discurso da Ocupação é a necessidade de formulação de uma leitura que torna presente o Outro, suas práticas e seus saberes, na construção linguística. Haveria como a luta do proletariado *dizer* a verdade, isto é, dizer objetivamente

seu ponto de vista sobre o real se sua existência não consiste em uma unidade simples, mas sim no efeito da dominação? Tentaremos responder a esta questão na sequência deste trabalho.

4.3 Objeto de luta

Ao longo da publicação *Semântica e Discurso* ([1975] 2014), Pêcheux empenha-se em realizar uma distinção entre os *processos discursivos* ideológicos e científicos. Mais precisamente, sobre a ficção que confunde, no processo mesmo de interpelação ideológica dos sujeitos, o que é dito e aquilo sobre o que se diz, uma vez que “todo ‘conteúdo de pensamento’ existe na linguagem, sob a forma do *discursivo*” (p.89).

Compreendemos, desde a explanação de Marx, passando por Althusser e Pêcheux, a Ideologia enquanto força universalizante que realiza uma espécie de ajustamento da realidade, designando *o que é e o que deve ser*. Todavia, sabemos também que a ideologia não é uma substância, ela é um conceito que diz respeito ao efeito, ao produto específico das práticas empíricas, teóricas e políticas que se intrincam de modo desigual numa Formação Social.

Se o materialismo é a tomada de posição pelo *real*, isto é, pela compreensão que a realidade existe antes e independentemente do sujeito, da sua “consciência” ou “percepção”, a ideologia é o próprio mecanismo que realiza o percurso inverso. Princípio de distorção da realidade por meio do qual se apaga a “demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.153).

Esta coincidência entre o objeto e o modo de falar do objeto cria, na construção complexa de Pêcheux ([1975] 2014), uma espécie de *ficção* por meio do qual a “‘realidade’ se torna dependente do ‘pensamento’” (p.157). Em outras palavras, o recobrimento discursivo das coisas do mundo se impõe como a única realidade possível. Retomando as palavras de Pêcheux ([1975] 2014), tornam-se “ficções cômodas, ‘maneiras de falar’ que põem em dúvida, ao se multiplicarem os seres fictícios e os mundos possíveis, *a existência independente do real como exterior ao sujeito*” (p.157, grifos do autor).

Tratando da distinção entre os saberes comuns e a ciência, Bachelard afirma que “o mundo que se pensa não é o mundo em que se vive” (1978, p.67). Vemos no discurso da Ocupação Lanceiros Negros a formulação de que o mundo que se vive não é o que se parece

viver. O que encontramos é o arranjo contínuo de modos de *dizer sobre* existências esvaziadas e irrealizadas no batimento entre leituras do social e a especificidade do caso da Ocupação. Realização contínua de um traçado provisório que demarca o *reconhecimento de uma diferença entre o real e representações da realidade*.

Em outras palavras: o Outro está presente constitutivamente nesta luta e dizer sobre ele é condição para a construção da Ocupação como coletivo. Não tendo condições de *dizer a verdade* sobre este Outro, isto é, compartilhando de um mesmo sistema linguístico, saberes de distintos lugares são rearranjados de modo a tornar visível a *ausência*, o *irrealizado* e o *inexistente* daquilo que se apresenta como ficção estruturante da realidade. O que se realiza é a demarcação de uma linha que abre um espaço, produzindo, de certo modo e não completamente, um desencontro entre o que é dito e aquilo sobre o que se diz.

Para avançarmos nesta questão, buscaremos compreender o que se coloca em torno de *moradia digna*, termo que vimos surgir no final de SD7 como aquilo que é suplantado pela atuação do poder público.

SD8: E moradia digna não é só um teto e quatro paredes, moradia digna é acesso a tudo que a cidade produz, a tudo que nós produzimos, saúde, educação, lazer.

O acréscimo do adjetivo *digna* sobre o termo *moradia* é um fenômeno passível de compreensão a partir do conceito de determinação discursiva. Indursky (1997), afirma que “um adjetivo justaposto a um substantivo funciona como *modificador de sua extensão*, contribuindo para ampliar-lhe a *compreensão*, limitando-lhe a *extensão*, já que sua *referência virtual* pode ser por demais genérica” (p.177). Trata-se de um determinante discursivo que atua para saturar uma expressão e dotá-la de uma referência atual. *Digna* surge então para especificar algo em torno dos sentidos para a extensão da questão posta em torno de *moradia*³¹.

A construção realizada em SD8, produzida em meio a uma audiência pública, especifica algo sobre *moradia digna* a partir da demarcação de uma fronteira em torno de um objeto. Realiza-se a negação de um sentido que versa sobre a empiria de uma moradia e

³¹Retificação necessária, inserida após as observações da banca de apresentação deste trabalho.

afirma uma nova definição sobre o termo, que passa a figurar como um horizonte de luta. Trata-se de uma estrutura de definição conceitual que poderíamos muito bem manter para dizer algo científico.

Trago aqui uma construção de Pêcheux a respeito da distinção entre os processos discursivos científicos e ideológicos para que possamos avançar:

[...] o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis, que chamaremos daqui para frente de processo científico-conceitual) em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente* a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior (de onde resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamamos, doravante, processo nocional ideológico (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.73).

Afirmar que o mundo existe independentemente do sujeito, permite que compreendamos que o sujeito pode pensar e tomar por objeto de pensamento algo de que ele não é portador. O que se apresenta é a possibilidade da formulação de *conceitos* como efeito necessário do mundo objetivo no pensamento. Ao mesmo tempo, permite compreender que o sujeito é sempre afetado pelas *representações* advindas da organização material da vida social, isto é, a ideologia enquanto efeito do real no imaginário.

Deste modo, as representações ideológicas são o ponto de partida, matéria-prima e o obstáculo, tanto da produção de conhecimentos quanto da prática política do proletariado. Especificar moradia enquanto *moradia digna* é realizar um arranjo de sentidos que toma posição contra as representações ideológicas genéricas que este termo pode suscitar. Trata-se da instauração de uma barreira, sempre provisória, que limita sua extensão e intenta assegurar-lhe o sentido.

Ao tentar aproximar a estrutura de SD8 deste processo, não busco afirmar a cientificidade da Ocupação Lanceiros Negros, ao contrário, busco compreender o trabalho da ideologia sobre ela mesma nesta luta que se constrói no processo de cisão com os saberes do Outro.

Ao negar *um teto e quatro paredes* como definição possível para *moradia digna*, a Ocupação nega também a representação da luta por um objeto empírico, material. Negar essa representação é colocar-se como antagonista da posição que permite que isso venha a ser pensado. A retificação ao conjunto negado caracteriza *moradia digna* como *acesso*.

SD11 *Moradia digna é acesso*

a tudo que a cidade produz,

a tudo que nós produzimos, saúde, educação, lazer

As linhas de demarcação são construídas a cada momento através da estrutura própria da língua. Há que se apresentar um conflito e, através da própria estrutura sintática, tomar uma posição por uma outra *definição* de sentidos para um termo. *Moradia digna* versa, portanto, sobre uma apropriação daquilo que a *cidade* produz. Movimento de ocupação do *público*.

Mas isso ainda não basta, não diz. Outra formulação se apresenta, reiterando e significando a primeira. Acesso a tudo que *nós* produzimos. O que ocorre é a substituição do agente da produção, da *cidade* para o *nós*. Movimento de apropriação, na língua, da própria cidade como espaço de produção de significação. É enquanto *agente de produção da cidade*, do espaço público, que o *nós* reivindica *moradia digna*. Deste ponto, podemos avançar para as outras construções onde esta construção determinada discursivamente figura no discurso da Ocupação.

SD9: Nós vamos lutar, até o final, até garantir a conquista da nossa moradia digna.

SD10: E a moradia digna vai ser garantida com muita luta e com muita organização.

SD11: O objetivo que a gente quer é lutar por uma moradia digna. Então a gente vai até o fim.

A sequência de recortes que trago aqui, tem referência no ato público, na audiência e no bate-papo, respectivamente. Em todas, *moradia digna* surge como expressão determinada que é articulada de distintas formas no fio do discurso da Ocupação. Três contundentes afirmações de uma posição de luta.

Moradia instaura um ponto por meio do qual uma questão pode ser tratada no arranjo de distintos saberes. *Moradia digna*, por sua vez, parece dizer respeito a um objeto de luta. E

uma luta se constrói na passagem de um mundo a outro, na busca de um *inexistente* específico do existente das relações atuais.

É pertinente que façamos aqui um pequeno desvio pela proposição de *objeto a* cunhada por Lacan. Das muitas questões que este conceito apresenta no desenvolvimento da obra lacaniana, destaco aqui o modo como ele o desenvolve nos seminários ministrados entre 1962 e 1963. Neste momento, Lacan ([1962-1963] 2005) busca desfazer a compreensão de que o desejo – dos sujeitos - buscaria *um objeto*, tal como as compreensões idealistas sobre o processo intencional pelo qual o pensamento volta-se a algo. O *objeto a*, ao contrário, está atrás do desejo, é a causa do desejo que se furta incessantemente do sujeito. Sendo causa, o *objeto a* designa uma falta.

Mesmo não estando na ordem do sujeito, mas sim de um coletivo organizado em torno do nome Ocupação Lanceiros Negros, acredito que o conceito de *objeto a* possa nos auxiliar a pensar algo em torno de *moradia digna* uma vez que se trata de uma expressão simbólica que se amarra a uma falta real e ao inexistente imaginário da luta política revolucionária.

Sustentando a afirmação de que o discurso que vimos analisando até aqui, não faz coincidir completamente a realidade e o real, ao contrário, instaura pontos de corrosão das evidências, buscarei pensar a incidência de *moradia digna* em SD8, SD9 e SD10 a partir da construção de Pêcheux sobre os mecanismos de articulação e encaixe.

Trata-se de dois domínios discrepantes de pensamento por meio do qual encadeamos as ideias, através da materialidade linguística. Estes mecanismos são funcionamentos do *interdiscurso*, um “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” submetido, também, à lei da desigualdade-contradição-subordinação próprias ao complexo das Formações Ideológicas (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.149).

Compreendo que a discussão em torno destes conceitos é bastante complexa, uma vez que é retomada em diversos pontos na publicação *Semântica e Discurso* sendo, em cada uma delas, articulada a um conjunto de outros conceitos. Neste ponto do meu percurso, os conceitos de *articulação* e *encaixe* parecem-me bastante opacos, todavia, acredito que eles nos fornecem um caminho para pensar o modo como a exterioridade engendra os processos discursivos.

Para Pêcheux ([1975] 2014), o encaixe refere-se, justamente, ao modo como se realiza a determinação das propriedades de um objeto. Numa simplificação, trata-se da formulação

lógica pelo qual se compreende que “o que é X, é Y”. O encaixe é o modo como se lineariza, na língua, um objeto de pensamento.

Um objeto de pensamento, por sua vez, tem a ver com o *pré-construído*, “um elemento de um domínio [que] irrompe num elemento de outro” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 89). São os objetos construídos antes, e em outro lugar, que fornecem a realidade das coisas e seu sentido em oposição àquilo que é pensado no próprio enunciado. Trata-se de um efeito de preenchimento de algo que “dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade de exterioridade e de pré-existência” (p. 101). O objeto de pensamento teria algo a ver, portanto, com a modalidade do *conceito*. Contudo, é justamente o *pré-construído* que “fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (p. 159).

Moradia digna se apresenta nos três recortes acima como objeto de pensamento que nos diz algo sobre a direção da luta da Ocupação Lanceiros Negros. Nome dado àquilo que é almejado e que se apresenta numa mesma repetição de uma construção determinada discursivamente. Elemento construído antes, em outro lugar, articulado no fio do discurso.

Trata-se de um, entre tantos pontos, pelo qual os sujeitos, ao dizerem, constituem-se como sujeitos em uma determinada posição. Como uma forma virada do avesso, os sujeitos são interpelados no processo de apropriação de saberes já-ditos no momento em que estes passam a figurar o seu próprio dizer. Contudo, o termo *moradia digna* pode ser pensada perto das construções conceituais, uma vez que indica um objeto específico de luta, não de *um* sujeito, mas de uma coletividade, permitindo a identificação dos sujeitos com um arranjo específico de saberes. Trata-se de um termo *pré-construído* encaixado nas sequências de três modos distintos -*nossa moradia digna, a moradia digna e uma moradia digna* -, que oferece um ponto de ancoragem para a luta política, mas que não figura como universal, uma vez que precisa ser especificada, como vimos em SD8.

Interessa-nos, sobretudo, compreender como este objeto de pensamento desdobra-se no discurso da Ocupação. Entramos, então, no segundo domínio, correspondente ao modo como estes objetos são linearizados. A articulação é aquilo que atravessa e põe em conexão entre si os elementos *pré-construídos*, isto é, possibilita que aqueles elementos produzidos em outro lugar se sustentem no fio do discurso de um sujeito, designado como *intradiscurso*. Esta sustentação é o que possibilita a passagem à discursividade, por gerar um “*retorno do saber no pensamento*” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.102, grifos do autor).

A modalidade do conceito, pensado em termos amplos, trata do nome próprio de um objeto, sua característica fundamental é garantir uma certa unicidade. Pensemos *moradia digna*. Do que se trata? De uma casa, de políticas públicas, de uma transformação social que põe em cheque a propriedade? Não há como responder, não se trata de algo que tenha um referente, um objeto concreto-real. *Moradia digna* é trazida justamente para romper com sentido empírico de moradia, enquanto um teto e quatro paredes.

Por isso, a articulação fornece-nos elementos para que observemos como se pensa um objeto de pensamento, aqui *moradia digna*. Trata-se da relação possível que sujeitos estabelecem com o sentido deste elemento. Permito-me então, realizar uma espécie de exercício, colocando em suspenso, por um instante, a questão em torno de *moradia digna*, substituindo-a por um elemento X, e reformulando SD9, SD10 e SD11 por meio da construção sintática a seguir.

SD8	<i>Nós vamos lutar, até o final, até garantir a conquista X.</i>	X é aquilo que se luta para garantir a conquista.
SD9	<i>E X vai ser garantida com muita luta e com muita organização.</i>	X é aquilo que será garantido com muita luta e organização
SD10	<i>O objetivo que a gente quer é lutar por X.</i>	X é o que a gente quer lutar

Na articulação de *moradia digna* como objeto de pensamento, o que se mantém é a luta. A luta é o *instrumento* necessário para garantir e conquistar *moradia digna*. Se não fosse assim, o objeto já seria outro. Nessa leitura, podemos pensar que não se trata do objetivo desta luta, mas sim da causa da luta, do inexistente que só pode ser vislumbrado no imaginário, enquanto horizonte, mesmo que, em algum momento, estas ordens se confundam. SD10 versa exatamente sobre este ponto. Apresenta como objetivo a própria *luta por moradia digna*.

Todavia, em SD8 e SD9 o encadeamento necessário entre *moradia digna* e *luta* se realiza através de *garantir a conquista* e *será garantida*. Se a conquista parece algo que se passa a ter em um determinado momento, garantia remete-nos novamente às modalidades de ausência. Versa sobre algo que *existe*, já foi conquistado, mas é *irrealizado*. Precisa, portanto, ser assegurado, garantido, tornado concreto.

O modo como este elemento é articulado remete à construção presente em SD6 – *que moradia seja de fato um direito garantido*. É ancorado na noção de *direito* que *moradia* foi conquistada, isto é, existe de algum modo. *Moradia digna* instaura, então, uma diferença em relação ao *direito à moradia*. Se o segundo nasce no campo jurídico e deveria ser posto em ação pelas políticas do poder executivo, o primeiro diz respeito a uma prática política daqueles que se encontram na verdade da lei, que precisam reclamá-la enquanto sujeitos-de-direito despossuídos de direitos. Quem, afinal, tem direito à moradia a não ser aqueles que já a tem? *Moradia digna* apresenta-nos o inexistente específico do *direito à moradia* que nos mostra o trajeto cíclico por meio do qual se realiza a manutenção que permite a reprodução das condições de produção de uma sociedade.

4.4 Narrativas Complexas

A possibilidade de dizer algo sobre o real na discriminação do *ausente*, do *irrealizado* e do *inexiste*, inscreve-se, como pudemos de certo modo observar, na própria estrutura da língua. A língua é a base material por meio da qual os processos discursivos relativos às relações ideológicas de classe podem se realizar.

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está ainda’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (PÊCHEUX, [1981] 1990, p. 08).

Trata-se dos modos complexos por meio dos quais se podem encaixar e articular saberes, permitindo um jogo de abertura e fechamento que determina a luta de classes pelo sentido. Buscarei agora realizar uma espécie de integração do percurso de análise, delimitando o arranjo discursivo da luta da Ocupação Lanceiros Negros a partir da escala conceitual que Pêcheux propõe *entre* a Ideologia e a concepção de sujeito falante por ela interpelado.

Tomo como ponto de partida o conceito de Formações Ideológicas. As Formações Ideológicas, como já abordado brevemente no segundo capítulo, é um conceito que realiza uma delimitação da ideologia em regiões da vida social, referente aos Aparelhos Ideológicos

do Estado, daí seu caráter *regional*. Mas seu funcionamento é duplo porque além de regional, as Formações Ideológicas comportam posições *de classe*.

É porque as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas “coisas” de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça, etc.), e é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas “coisas” (por exemplo, a Liberdade) sob modalidades contraditórias ligadas aos antagonismos de classes (PÊCHEUX, 1977, s/p.)

Essa afirmação abre-nos duas vias. Por um lado, permite que pensemos o caráter conflituoso que se estabelece frente às “coisas”, a partir do conceito de *objeto paradoxal*. De outro, possibilita que realizemos um delineamento dos campos de saber que são acionados nas disputas de sentido, o que nos leva ao conceito de *Formação Discursiva*.

Para tentar compreender o modo que a Ocupação constrói a si como uma organização de luta, realizamos um percurso de análise ancorado sobre o modo como *prédio, moradia e moradia digna* são apresentados. O que encontramos são distintos modos de abarcar uma mesma questão a partir de uma série de objetos que, estamos propondo pensar, funcionam de forma mais ou menos similar as construções conceituais de uma teoria.

Isto porque esses elementos funcionam como objetos cuja apresentação torna visível a disputa de sentidos relativa ao conflito de classes. Narrativas universalistas para tentar fixar os sentidos destes objetos. Narrativas complexas para tentar deslocá-los, triturá-los, transformá-los. É neste ponto que a ciência e a política revolucionária se encontram.

Podemos, por isso, relacioná-los com aquilo que Pêcheux nomeia *objetos paradoxais*. Para o autor ([1984] 2014) objetos são sempre ideológicos. Nem universais históricos, nem puros efeitos de classe. Objetos ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos, “como uma unidade dividida, suscetível de se inscrever em um ou outro efeito conjuntural, politicamente sobredeterminado” (p. 157). Na ausência de origem do sentido, a referência discursiva do objeto é construída nas Formações Discursivas das quais nenhuma poder ser originária.

Daí a clássica formulação de Formação Discursiva como aquilo que, “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estatuto da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.147).

Sendo a Formação Discursiva um conceito que busca a identificar certas regiões em meio à dispersão da história, tal como explica Indursky (2007), podemos pensá-la como espécie de galáxia onde um conjunto de saberes gravitam mais ou menos próximos de seu núcleo. Não se trata da essência ou da origem do sentido, mas de um modo de organização das regiões de saber onde a complexidade dos sentidos é dissimulada na ilusão de transparência da significação.

Assim sendo, as Formações Discursivas são lugar privilegiado para a compreensão do processo de interpelação ideológica pela qual o sujeito apropria-se dos sentidos que lhe são exteriores - porque históricos – e os lineariza no seu próprio dizer. Processo de torção onde o exterior torna-se interior produzindo o próprio sujeito como causa e efeito. Modo onde o *real* impossível pode ser dito no espaço de reformulação-paráfrase que constitui, segundo Pêcheux ([1975] 2014), a ilusão de intersubjetividade falante onde “*eu* digo àquilo que *um outro* pode pensar, na medida que aquilo que eu digo *não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer*” (p.161).

Com base nas articulações realizadas em torno dos objetos *prédio*, *moradia* e *moradia digna*, acredito poder pensar que o discurso da Ocupação Lanceiros Negros *pode dizer* algo em torno das modalidades de existência porque *ocupa* um lugar de entremeio entre três principais Formações Discursivas: a que tange à *Teoria Materialista*, a relativa ao *Poder Judiciário* e uma terceira que diz respeito a construção *Democrática* em torno do Estado.

Para tratar destes três campos de saber, trarei à discussão algumas questões postas por Engels na publicação *Sobre a questão da moradia* ([1887] 2015). Trata-se de três artigos publicados no jornal O Estado Popular de Leipzig, entre os anos de 1872 e 1873, que posteriormente, foram publicados pelo autor no formato de livro. Estes artigos compõem uma resposta de Engels ao modo como o socialismo pequeno-burguês e o prudhonismo³² buscavam, naquele momento histórico, soluções à questão da habitação.

Para o autor, a escassez de moradia é um *sintoma* necessário da estrutura social. Sem ela não haveria como subsistir uma sociedade pautada por uma grande massa trabalhadora que depende exclusivamente de sua força de trabalho. O que o autor ressalta, e que considero de fundamental importância para compreendermos o que se coloca em jogo por meio deste objeto de luta, é que a escassez de moradia “de modo algum é consequência direta da

³² Pierre-Joseph Prudhon (1809-1865) foi um filósofo francês cujas proposições configuraram a base do anarquismo.

espoliação do trabalhador, *enquanto* trabalhador, pelo capitalista” (ENGELS, [1887] 2015, p.38, grifos do autor). O maior equívoco que se pode cometer frente a esta questão é fazer uma analogia simples entre o proprietário e o locatário como se se tratasse de uma relação entre patrão e trabalhador.

A questão da moradia se coloca, para qualquer sujeito, como um produto cujo valor é regulado pelas mesmas leis econômicas de oferta e de procura tal como os demais produtos de uma sociedade. Moradia é produto pelo qual os sujeitos apresentam-se como simples consumidores na posse de dinheiro ou crédito.

Essa escassez de moradia não é peculiar da época atual; ela não é nem mesmo um dos sofrimentos peculiares do proletariado moderno em comparação com todas as classes oprimidas anteriores; pelo contrário; ela atingiu todas as classes oprimidas de todos os tempos de modo bastante homogêneo. Para pôr um fim a *essa* escassez de moradia só existe *um* meio: eliminar totalmente a espoliação e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante (ENGELS, [1887] 2015, p. 38, grifos do autor).

O que vemos ser delineado aqui são os saberes que se sustentam na *Formação Discursiva teórico-materialista*. Uma discursividade que fornece uma forma de dizer sobre o real que se sustenta na necessidade de revolucionar a ordem social com meio de fazer cessar os problemas que lhe são intrínsecos.

Ao retomarmos os recortes discursivos, vemos algo desta ordem ser linearizado em torno de *moradia*, na localização desta questão como *um problema na sociedade*, posto em cena em SD7 e no intento formulado na primeira parte de SD6 - *Que a gente possa viver numa sociedade que não há exploração e que o dinheiro não seja o centro, que o lucro não seja o centro, mas que a vida humana, a dignidade humana, em que moradia...* Além disso, esse campo de saber permeia *moradia digna* no ponto em que este termo é definido enquanto *acesso a tudo que nós produzimos*, como posto em SD8, bem como na sua formulação em torno de *uma luta até o fim* nas SD's 9, 10 e 11.

Nestes pontos, vemos a Ocupação encontrar na discursividade teórico-materialista sustentação para *dizer* sobre a complexidade dos objetos de sua luta. Assim como para Engels que, devemos reconhecer, fala do núcleo dessa Formação Discursiva, a resolução da questão da moradia – tal como a resolução de qualquer outra questão social - é a revolução do modo de produção capitalista.

O que se apresenta é as coisas-a-saber produzidas por Marx de que Pêcheux fala em *O Discurso: estrutura ou acontecimento* ([1983] 2012). Conceitos que, mesmo não apreendidos, rondam como fantasmas. Reservas de conhecimento pelo qual os sujeitos fazem laço para descrever algo do real. *Moradia é um problema na sociedade pautada pela exploração e pelo lucro. Para resolvê-la é preciso lutar até que os sujeitos possam ter acesso a tudo que produzem.* Estas frases, construídas por uma outra articulação dos elementos que destaquei como relativos à Formação Discursiva Teórico-materialista presentes nos recortes de análise, bem que poderiam figurar entre os dizeres que se apresentam nas práticas de certas organizações de luta política.

Se uma Formação Discursiva representa na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes e se as formações ideológicas dizem respeito às práticas que se desenvolvem nas instituições que organizam a vida social, tecemos aqui o caminho que nos leva a encontrarmos este saber nos Aparelhos Ideológicos referentes aos sindicatos, partidos de esquerda, movimentos sociais e nas novas formas estéticas que estamos vemos surgir nos furos do neoliberalismo atual.

E é aqui que podemos localizar o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) enquanto movimento social que dá sustentação à Ocupação Lanceiros Negros – MLB/RS. Movimento que compreende a reforma urbana como instrumento de luta da classe trabalhadora em direção à sociedade socialista. É interessante que *reforma urbana* não aparece em nenhum momento do material coletado para análise. Todavia, como estamos tentando mostrar aqui, há elementos que circulam em torno do *socialismo* e, portanto, que se filiam à dispersão de saberes da Formação Discursiva Teórico-materialista, onde certas palavras, expressões e proposições recebem seu sentido e podem ser apropriadas e sintagmatizadas no fio do discurso desta Ocupação.

E o que os saberes apropriados desta Formação Discursiva permitem é que se demarque uma fronteira provisória em torno do objeto paradoxal posto em cena por essa luta, onde encontramos: de um lado da linha, uma leitura sobre a especificidade do *existente* da estrutura social no momento atual, e de outro, o *inexistente* revolucionário onde *moradia* não mais seria uma questão. Os elementos apropriados desta rede de saberes permitem que os objetos postos em cena sejam apresentados como *efeitos* da disjunção constitutiva da complexidade da estrutura social.

A crítica de Engels, no entanto, refuta teoricamente duas principais soluções recorrentes acerca da questão da moradia. De um lado, uma ideia de justiça eterna tal como defendida na doutrina prudhoniana. De outro, o ímpeto moral pela qual a pequena-burguesia busca solucionar a questão. Seguindo esta construção, vou continuar o trajeto por cada uma delas, buscando compreender algo sobre as outras duas Formações Discursivas que se apresentam no discurso da Ocupação. O que destaco, novamente aqui, é que a crítica de Engels, tal como toda a sustentação teórica deste trabalho, filia-se aos saberes da Formação Discursiva Teórico-materialista, mesmo que com distintos arranjos. Assim sendo, é preciso discernir que seguir este percurso implica reconhecer as outras Formações Discursivas a partir desta primeira. Sigamos.

A doutrina prudhoniana, diz-nos Engels, está baseada em um desejo piedoso de *justiça eterna* como meio de remodelar e corrigir os problemas da sociedade atual. Nesta concepção reina a ideia de um direito natural que deve ser garantido pelo Estado. Ironicamente, o autor afirma: “É claro, se os sapos tivessem cauda, já teriam deixado de ser sapos” (ENGELS, [1887] 2015, p.45). Se os sujeitos tivessem direitos, deixariam de ser sujeitos tal como esta estrutura social lhe oferece uma forma. Se o direito se *realizasse*, ele não precisaria existir.

Refere-se de um sentido sempre-já-lá que, traduzido, isto é, metaforizado da discursividade própria ao materialismo de Engels, diz respeito à *ideia de direito* impregnada à estrutura social capitalista, que se alicerça sobre o direito inexorável de compra e venda da força de trabalho. Ou, poderíamos acrescentar, o direito de permanecer com a propriedade privada ou com o lucro.

Esta leitura materialista do direito é verdadeira, no sentido que a verdade vem figurando neste trabalho, no entanto *teórica*. Na prática política desta Ocupação, os saberes de uma Formação Discursiva Jurídica são um ponto de sustentação. Isso porque o Aparelho Jurídico de Estado é *lugar e meio* de seu desenvolvimento. É nas práticas contraditórias próprias às instituições jurídicas que a Ocupação Lanceiros Negros e o estado do Rio Grande do Sul representam duas partes em um processo. Ali é colocada em jogo a legitimidade da luta e a propriedade sobre o imóvel. É ali que se legitima a propriedade do prédio e que se autoriza a prática da polícia, aparelho repressor, para a reintegração de posse do imóvel. Mas é também neste espaço que se realiza a implicação do estado, as audiências de negociação entre as duas partes, e a suspensão da primeira tentativa de reintegração de posse.

Daí a necessidade de articular saberes próprios à Formação Discursiva Jurídica e de *dizer* – no conflito de forças deste campo – sobre seu *irrealizado*. A *função social* como pré-construído desta Formação Discursiva é *negada* enquanto prática do poder público sobre o *prédio* em SD2 e *afirmada* em SD3 como prática da Ocupação sobre aquele espaço. Mecanismos que encaixam e articulam o conceito de *função social* para dizer sobre sua não realização.

Em SD6 vemos justamente a heterogeneidade dos saberes, na transição da Formação Discursiva Teórico-materialista à Formação Discursiva Jurídica onde *moradia* é dita como um *direito* que deve ser *de fato garantido* e não o é, explicam eles, *porque tá na lei, mas ninguém cumpre esta lei. Assim como a burguesia nacional também não respeita a constituição, também rasga a constituição*.

Função social, direito, lei são elementos jurídicos apropriados no discurso da Ocupação que o trabalho de sintagmatização realiza uma espécie de descolamento de sua evidência, através do jogo de afirmação-negação, da marcação de ênfase e da explicação. Formas que a língua permite o estabelecimento de fronteiras entre o lugar da Ocupação e seu adversário jurídico, o estado do Rio Grande do Sul, em torno do *prédio* em disputa e da *moradia*. Objetos por meio dos quais é colocado em cena o *irrealizado* que permite, como efeito, que os elementos jurídicos não coincidam consigo mesmos.

Mas porque não se realiza? Quem deveria garantir a efetivação da lei? Essas perguntas nos orientam na segunda solução para a questão da moradia descrita por Engels (1972-1873/2015). A via da afirmação moral, erigida sob o absurdo da escassez de moradia, fruto da maldade humana. O que se apresenta é a busca de uma resolução para a questão da moradia que mantenha inalterado o modo de produção capitalista. Para o autor, a solução encontrada é fazer, no interior das condições sociais capitalistas, que todos os trabalhadores assalariados sejam transformados em capitalistas sem deixar de serem trabalhadores assalariados.

Relaciono esta afirmação teórica à Formação Discursiva Democrática enquanto saber pautado na construção de políticas de Estado que visam a correção dos erros que emergem de uma sociedade sem que seus fundamentos sejam postos em questão. Trabalho paliativo sobre os sintomas sociais que se encontra na base da atuação do Estado como instância responsável pelo bem comum de toda a sociedade.

Se podemos realizar essa leitura com base nos saberes materialistas é porque esta lógica opera com sua própria discursividade que se apresenta nos recortes aqui trabalhados na

forma do *abandono do prédio público* em SD1 e SD2, na afirmação condicional em torno da *moradia* que afirma que *se o poder público não faz o seu serviço, a sociedade civil organizada vai fazer* colocada em SD5, e das práticas afirmadas em SD7 onde a sociedade *prefere construir shoppings, prefere construir presídios e prefere construir, botar a leilão prédios do que construir moradia digna*.

Aqui, a forma de apropriação da ideia de um Estado cuja função é a construção de políticas públicas que venham garantir a realização daquilo que está posto no campo jurídico se coloca sobre a forma da *ausência*. Uma leitura sobre as práticas do poder público que marca a cisão entre o que se faz em detrimento do que deveria ser feito. Sobretudo a construção condicional e a comparação permitem marcar na língua a falha de algo que, por evidência, deveria atuar na correção necessária para abarcar a violência do frio, da fome e da falta de moradia. *Se ocupar consiste em estar lá onde não se deveria, é preciso mostrar o que deveria estar ali onde não está*.

Compreendo que esta Formação Discursiva Democrática se encontra extremamente imbricada no campo jurídico pelo funcionamento próprio destes dois Aparelhos de Estado, todavia acredito que eles não se confundem. O Estado é fundamentado pela construção jurídica afirmada na Constituição, todavia trata-se da instância da administração pública cuja função evidente é a garantia e promoção dos princípios constitucionais. Trata-se da prevista atuação sobre as disjunções sociais, por meio de políticas públicas de saúde, educação, habitação, assistência, etc., em âmbito federal, estadual e municipal. Sabemos, hoje mais do que nunca, que estruturalmente o Estado se encontra intrincado com a iniciativa privada, num contrato cujos termos são arrançados de modos distintos a partir da orientação de cada gestão. Uma política pública de habitação requer a contratação de serviços da iniciativa privada. Daí a preferência sobre a construção de shoppings e presídios.

Engels ([1887] 2015) alega, há quase cento e cinquenta anos, que tanto a construção de moradias para trabalhadores seria rentável ao capital, quanto haveria espaços vazios suficientes nas cidades para suprir o déficit habitacional. Todavia, os capitalistas não querem, os trabalhadores não podem, e o Estado não pode e não quer solucionar esta questão. É justamente esta recusa do Estado em fornecer políticas públicas, no ponto que este se relaciona com o capital privado, que escutamos serposta em questão pela Ocupação.

É sobre o aparelho estatal que a Ocupação Lanceiros Negros se institui, encontrando brecha para existir justamente na falha do poder público. Compreendemos que o modo que a

Ocupação realiza o arranjo deste saber é claramente pautado por uma ética social. Todavia, estas construções se sustentam sobre a ideia de um Estado possível na democracia, não na construção revolucionária de um outro mundo. É preciso, portanto, supor a possibilidade de sua eficácia específica. Reconhecer a função do Estado em garantir e promover os direitos constitucionais. É neste reconhecimento que se sustenta a prática política de ocupação. É este o furo possível que permitiu as deliberações na audiência pública no trânsito entre o poder público estatal e municipal, bem como a realização de uma negociação – mediada nas instâncias próprias ao aparelho jurídico - que viabilizaram a implicação do estado do Rio Grande do Sul em proporcionar unidades habitacionais aos sujeitos organizados na Ocupação Lanceiros Negros após quase dois anos de ocupação.

Haveria um modo objetivo de formular uma prática política? Proponho pensar que o que pode ou deve ser dito pela Ocupação Lanceiros Negros está determinado pela intersecção dos saberes colocados em jogo nestas três Formações Discursivas, tal como representado do grafo abaixo.

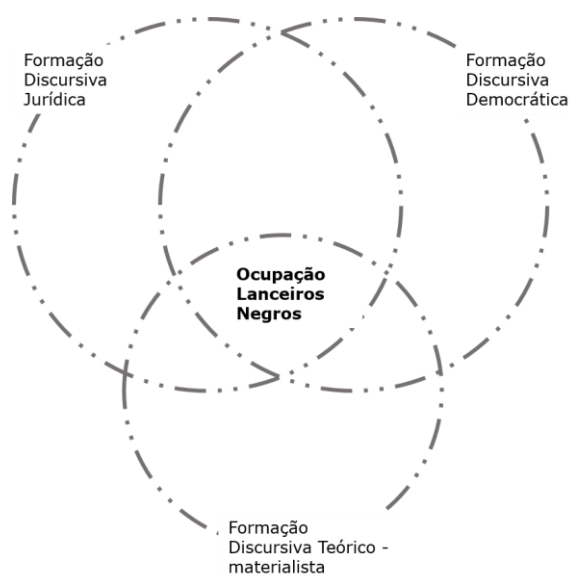


Figura 1: Formações Discursivas

Opto por realizar essa montagem teórica em detrimento da compreensão – possível – de uma Formação Discursiva da Ocupação Lanceiros Negros enquanto região constituída em sua heterogeneidade por estes saberes. Na configuração das Formações Discursivas, decidi

seguir um outro caminho, talvez não tão previsível, de ficar no enfrentamento de duas Formações Discursivas antagônicas, preferindo deixar expostas estas três regiões de saberes.

Esta escolha teórica se justifica no percurso que venho traçando aqui, “por fora” do questionamento acerca das distintas tomadas de posição possíveis a cada um dos sujeitos falantes e pautado da compreensão deste coletivo enquanto uma unidade engendrada em torno de um significante. Na teoria que nos fundamentamos, os processos contraditórios que dizem respeito às distintas tomadas de posição dos sujeitos identificados com este lugar são efeitos necessários deste processo. Exploraremos esta questão no capítulo a seguir.

Acredito que possamos pensar o discurso da Ocupação como um instrumento de trituração da ficção universalista estruturante da realidade, uma vez que nos mostra algo sobre o *real* através do *inexistente*, do *irrealizado* e do *ausente*. Isto porque produz um saber que não diz respeito a nenhum destes campos especificamente. Característica *des-regionalizante* da luta política do proletariado que, nos diz Pêcheux, estabelece o primado da luta de classes sobre o recorte em regiões das Formações Ideológicas. “Dito de outra forma, a localização das questões não é jamais fixa na política proletária, ela se desloca sem cessar pelos desvios de leis irrepresentáveis, segundo a cartografia do corpo social” (PÊCHEUX, [1984] 2014, p.20).

Os dizeres de uma luta política do proletariado se desenvolvem por meio de narrativas complexas. Desarranjos e rearranjos constantes dos sentidos que atravessam essa prática uma vez que ela se desenvolve materialmente no interior do Estado, sustentado por um movimento social, que implica uma disputa judicial. As condições de produção do discurso desta organização política demandam a *apropriação* de saberes destes três domínios com os quais ela debate e se debate para *compreender e se fazer compreender*.

Este movimento de apropriação e reformulação dos saberes se desenvolve no mesmo *processo metafórico* que vimos ser descrita a história de uma ciência. O primado da metáfora sobre o sentido que nos diz Pêcheux ([1975] 2014) implica a compreensão de que é preciso encontrar palavras, termos ou expressões, para dizer sobre o *real*. Isso porque o sentido é sempre produzido no não-sentido pelo deslizamento sem origem do significante.

Para Pêcheux ([1984] 2011), é porque os elementos de uma sequência textual podem ser importados, isto é, metaforizados de uma Formação Discursiva para outra que as referências discursivas se constroem e se deslocam historicamente. Tal como em uma ciência, é preciso sempre tomar de empréstimo conceitos de outros campos e reterritorializá-los. Na

introjeção deste elemento exterior é que seu sentido pode ser substituído. Este processo de retificação, não acontece, contudo, sem deixar traços de seu percurso.

Desta construção podemos compreender o modo como Pêcheux ([1975] 2014), designa a metáfora enquanto um “processo sócio-histórico que serve como fundamento da ‘apresentação’ (donation) de objetos para sujeitos” (p.123). A possibilidade de que algo sobre a verdade venha a ser dito no lugar de entremeio onde a prática política da Ocupação Lanceiros Negros se desenvolve, implica a ancoragem deste dizer sobre saberes metaforizados das Formações Discursivas de onde as palavras, expressões e proposições são dotadas de sentido. Todavia, é o modo como estes saberes são encaixados no fio do discurso, postos em relação, questionados em suas modalidades de existência que permite que se possa pensar um objeto de pensamento. A articulação destes três campos realiza um desarranjo-rearranjo por meio do qual o invisível se torna visível. *Produzir saber é ter um meio de dizer sobre algo do real.*

A Ocupação Lanceiros Negros pode dizer sobre sua prática de luta através da realização de um arranjo específico das discursividades que a constituem. Uma prática materialista que se distingue da teoria materialista, pois necessita rearranjar os sentidos sobre os saberes que lhe conferem sentido antes mesmo que algo ali possa ser dito. Por isso se faz necessário a demarcação constante de fronteiras instáveis que tangenciam os objetos paradoxais colocados em cena por esta luta, instaurando uma delimitação onde a Ocupação se apresenta ora em oposição ao Sistema Capitalista, ora em antagonismo com o estado do Rio Grande do Sul, seu oponente jurídico, ora em oposição à própria concepção de Estado democrático. Três distintas faces este Outro universal que as ideologias dominadas necessitam reconhecer para distanciarem-se.

5 UM PROCESSO SEM SUJEITO NEM FIM

... pois o nome é uma continuidade com o passado e as pessoas que não tem passado são pessoas sem nome.

(KUNDERA, 1987)

5.1 Do nome ao nós

Quem fala quando a Ocupação Lanceiros Negros - MLB/RS fala? Para tentarmos abarcar esta questão, proponho que pensemos o que se coloca em torno desta *nomeação*. Enquanto Pêcheux ([1975] 2014) trabalha sobre a nomeação a partir das construções de Frege, Lacan ([1961-1962] 2003) opera com o nome próprio a partir das construções de Russell. Ao que tudo indica, as conclusões dos autores convergem para uma mesma questão, derivada das construções do campo da lógica.

Haveria duas maneiras para falarmos de uma coisa. A primeira é o *nome próprio*, designação que estaria fora de qualquer descrição, denominando algo como particular. A segunda trata de todas as outras palavras por meio das quais é possível descrever essa coisa por suas qualidades, funções, etc. Nas palavras de Pêcheux ([1975] 2014) “se nenhuma determinação pode ser aplicada aos nomes próprios, devem necessariamente existir *termos que não sejam nomes próprios*, a partir dos quais, precisamente, ou antes, as expressões parafrásticas que lhes correspondem, possam ser construídas por determinação” (p. 90, grifos do autor).

O nome próprio seria então, conforme Lacan ([1961-1962] 2003), uma função do significante em estado puro. Assim sendo, nenhuma determinação pode ser dada ao nome próprio, justamente porque se trata de uma determinação levada ao extremo. É sobre esta afirmação que Pêcheux ([1975] 2014) introduz o mecanismo ideológico de identificação - inteligível e perceptiva - entre um nome e um objeto, pela qual se constrói as evidências de que *eu vejo o que eu vejo* e de que *se sabe o que se sabe*.

Tratamos até então do discurso da Ocupação para que pudéssemos atentar ao modo pelo qual se pode dizer algo a partir do lugar forjado por esta luta política. Entretanto, cabe-

nos agora compreender quem fala, isto é, qual o agente desta prática política. Diferentemente dos nomes próprios para os sujeitos, que já são chamados antes mesmo de poderem falar qualquer coisa, *um nome para uma ocupação* é uma sobreposição. Isso porque Ocupação já é uma forma nominal de dizer aquilo que se produziu a partir do *ocupar* e versa sobre um formato específico de luta política. Mas não é suficiente. É preciso dizer algo a mais. Ou, talvez, é preciso poder dizer. Ocupação Lanceiros Negros – MLB/RS tem nome e sobrenome. MLB/RS é a marca do movimento social que lhe dá sustentação e a identifica entre as outras ocupações.

Todavia, se suspendermos o sentido em torno de cada um dos elementos e tomarmos o nome *Ocupação Lanceiros Negros*, em seu conjunto, enquanto um significante em estado puro, podemos realizar uma costura com um fundamento psicanalítico. Miller (1967) propõe-se a explicitar a lógica do significante, tal como trabalhada por Lacan a partir da sutura que permite a relação do sujeito com a cadeia de seu discurso. No que tange ao sujeito, tal como para Pêcheux ([1975] 2014), Miller afirma que o nome é aquilo que surge para assegurar uma unidade. Unidade jurídica, moral, da consciência e da autoria dos sujeitos.

Contudo, se um nome subsumisse o objeto *real* que representa, cada nome seria relativo a uma unidade de coisa do mundo, “o que quer dizer que essa função do número um é repetitiva para todas as coisas do Mundo” (MILLER, 1967, p.217). Para que possa haver uma sequência, sucessão ordenada que possibilite a relação entre diferentes nomes, é preciso que haja um descolamento do par coisa-nome, uma duplicação interna.

Este seria o lugar do zero, enquanto significante pelo qual figura “*um espaço vazio*, para tornar visível uma ausência” (MILLER, 1967, p.218). A representação da ausência, o significante vazio, possibilita o zero como o primeiro elemento de uma cadeia, onde o próximo nome pode intervir. A lógica do significante compreende a função do vazio para o descolamento entre os nomes e as coisas. Existindo o Zero, o Um passa então a funcionar somente como nome, uma vez que, como segundo elemento, já não pode carregar a essência da unidade. Notemos que esta construção epistemológica não diverge das bases materialistas, mesmo que trate de outra rede conceitual.

Designar algo por um nome é materializar linguisticamente uma existência. Dar um nome para uma ocupação instaura um outro significante por meio do qual *essa* Ocupação pode ser tomada em sua singularidade. Forja-se na linguagem a sua existência como algo absolutamente único. Para Lacan ([1961-1962] 2003), o nome é aquilo que especifica o

enraizamento do sujeito, instaura um ponto que permite que “enquanto o sujeito fala, ele só pode avançar sempre mais adiante na cadeia” (p.101).

Com base nisso, compreendo que o nome, posterior à existência da ocupação, forja um *lugar* que permite que um significante designe algo e que esse algo produza sequência. Isto é, que a Ocupação Lanceiros Negros possa dizer algo sobre si suturando o vazio por meio do qual *ninguém é uma* Ocupação. Um nó na língua que permite a emergência do *nós* coletivo.

Patrick Seriot (2001), ao tratar da construção coletiva dos nomes dos povos, em diferentes localidades e contextos históricos, nos fornece elementos essenciais para que possamos dar sequência a esta discussão. O autor afirma que “o nome é um objeto simbólico que dá existência a um grupo, cria uma descontinuidade numa continuidade. Torna os grupos contáveis” (SERIOT, 2001, p.16). Não se trata, diz-nos o autor, da discussão sobre a adequação entre palavras e coisas, mas sim, do fato que certas palavras pegam: “*é o nome que faz a fronteira*” (2001, p.16).

Desta afirmação podemos compreender a construção da Ocupação Lanceiros Negros MLB/RS como um objeto simbólico que se arranja, enquanto uma unidade, a partir de seu nome. Como poderia eu realizar este trabalho sem a possibilidade da evidência de que há uma Ocupação e de que essa Ocupação fala? No tecido plural das lutas políticas do proletariado, é o significante que permite que tomemos a Ocupação Lanceiros Negros como objeto de pesquisa de uma prática que é, sobretudo, dispersão.

Podemos pensar, na teoria, que se o nome é aquilo que faz fronteira, é sob este significante que os sujeitos que ali se encontram podem articular sua luta em meio a três regiões de saber, realizando em cada uma delas uma delimitação própria da luta de classes enquanto um mesmo processo que não cessa de se dividir em dois. Não havendo essência nem origem, tal como rege o postulado dialético materialista, o *nome* é significante que fornece a condição para que uma fronteira possa ser instaurada. Trago agora um extenso recorte pronunciado na audiência pública:

SD12: Esse povo negro, pobre, maltratado, judiado, demonstrou ter muito mais inteligência do que essa casta de branquinhos ensebados que ocupa os cargos públicos do nosso país. Sabe porquê? Por que propôs um nome pra uma ocupação que decide por uma reparação a um crime histórico, cometido por esse estado e pelo império brasileiro que foi o crime do

massacre de Porongos onde assassinaram 800 negros e nunca pediram desculpa, nunca apresentaram uma política de reparação. Nunca fizeram uma casa de acolhimento para receber os nossos filhos a não ser presídios. São de fato muito burros companheiradas. Não merecem nosso respeito. E nós ainda nos demonstramos mais inteligentes por nos apoiar na nossa própria história e resistir à uma reintegração de posse ilegal, resistir à reintegração de posse que, contra todos os acordos e convenções internacionais que eles mesmo assinaram, que eles mesmo assinaram!

Acredito na potência deste dizer. Por isso não consegui recortá-lo. Gostaria de tomá-lo, ao mesmo tempo, como recorte de análise e como citação, tal como qualquer outra extraída dos livros teóricos. Afirmo isto porque encontramos em SD12 a apresentação de uma memória. Não posso aqui deixar de citar o modo como Pêcheux (1999) aborda o conceito de memória. O autor nos diz que memória não deve ser entendida nos termos psicológicos de uma memória individual, mas sim “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (p.50).

A Ocupação Lanceiros Negros inscreve uma memória social numa prática política. Por este motivo, neste trabalho, não buscarei referências sobre o massacre de Porongos tal como construída por historiadores. Trazer uma referência academicamente produzida desta memória seria sobrepor o saber que aqui encontramos, estabelecendo uma ordenação sobre as verdades e os modos de dizê-las. Interessa-nos o modo como esta história é contada pela Ocupação.

O recorte que trago aqui explicita a forma como um nome foi dado para uma ocupação. Se o nome permite o estabelecimento de fronteiras vejamos o que é posto em jogo em SD12. A partir da primeira distinção marcada sintaticamente pelo *mais (inteligente) queé* estabelecida uma relação de comparação entre dois lugares distintos. De um lado *esse povo negro, pobre, maltratado, judiado*, de outro a *casta de branquinhos ensebados que ocupa os cargos públicos neste país*. A partir desta distinção inicial, uma cadeia de relações se desenvolve. Nomes comuns que realizam a determinação de dois lados em uma disputa.

SD12 *Esse povo negro, pobre, casta de branquinhos ensebados que ocupa os cargos maltratado, judiado públicos do nosso país*

<i>(assassinaram) 800 negros</i>	<i>(crime histórico) cometido por esse estado e pelo império brasileiro</i>
	<i>(eles que) nunca pediram desculpa, nunca apresentaram uma política de reparação. Nunca fizeram uma casa de acolhimento para receber</i>
<i>nossos filhos</i>	
<i>nós ainda nos demonstramos mais inteligentes por nos apoiar na nossa própria história e resistir</i>	<i>reintegração de posse que, contra todos os acordos e convenções internacionais que eles mesmo assinaram, que eles mesmo assinaram!</i>

O que podemos ver é um processo de substituições que vêm *dizer* algo sobre aqueles que estão reunidos sob o nome de Ocupação Lanceiros Negros. O povo negro, pobre, maltratado e judiado *re(a)presenta* os oitocentos negros assassinados *frente* à casta de branquinhos enebados que ocupam os cargos públicos do nosso país e que, por sua vez, *representam* o império e esse estado no crime histórico. Para além de uma analogia, o que se apresenta aqui é o enraizamento por meio do qual o *nome* da ocupação a inscreve em uma ordem de *filiação*.

Este *efeito de filiação* permite-nos estabelecer uma relação com outra afirmação de Engels ([1887] 2015). Por meio de uma construção teórica da transformação econômica feita pelo capitalismo na sociedade européia, o autor nos mostra a completa equivalência entre a escassez de moradia e a formação da classe operária: duas faces de um mesmo processo. Aquilo que denominamos como proletariado, forma-se numa condição de produção econômica que incita as famílias trabalhadoras a renunciarem, nos termos do autor, à sua casinha, à sua hortinha e à sua rocinha. Esta afirmação remonta há um século e meio atrás e trata da Alemanha, mas nos fornece uma importante constatação para que pensemos hoje a construção desta luta.

A criação do proletariado advém do *corte* “do cordão umbilical que ainda prendia o trabalhador do passado à sua terra” que converte este mesmo trabalhador “*ao desamparo da lei*, livre de todas as amarras tradicionais, solto no mundo” (ENGELS, [1887] 2015, p.45-46). Trata-se da construção da ruptura radical dos sujeitos com uma origem, com um lugar e com uma história, que cria o desamparo como condição por meio da qual encontra-se na *lei* e, por

consequência, na radical igualdade individual dos sujeitos desiguais, uma a forma histórica de existência.

O significativo que representa a prática política desta Ocupação encadeia a filiação desta a uma memória histórica onde, para além da *lei*, uma obrigação de ordem *moral* passa a figurar a relação desta luta política com o estado. Em uma audiência pública, frente aos *branquinhos ensebados que ocupam cargos públicos*, esta filiação permite que a tentativa de *reintegração de posse* ao estado - concedida pelo poder judiciário alguns meses antes -, seja recoberta de sentidos em analogia ao crime histórico cometido a *oitocentos negros pelo império e por esse estado*.

O lado de lá da fronteira que se estabelece pelo legado da memória, no hiato entre *os cargos públicos* e o *império*, tem sua prática passível de descrição pela ausência. Eles *nunca* pediram desculpas, *nunca* apresentaram uma política de reparação, *nunca* fizeram Casa de Acolhimento para os nossos filhos *a não ser* presídios. O que estas três construções desenvolvem é uma espécie de análise histórica da atuação do poder de Estado (estado) sustentada pela inserção do *crime* como ponto de origem.

Nem desculpas, nem reparação, nem Casa de Acolhimento para os *nossos filhos*. É justamente os *nossos filhos* que inserem o *nós* da Ocupação Lanceiros Negros na linhagem legítima dos oitocentos negros assassinados. Nesta tragédia, os descendentes das vítimas herdam uma falta, enquanto o assassino segue livre, cego, surdo, mudo e burro. A ausência da restituição do estado/Estado faz funcionar uma mesma discursividade que permite *dizer* sobre a presença e a luta a Ocupação concomitantemente às práticas do estado, no jogo de presença e ausência que se sustenta sobre os saberes da Formação Discursiva Democrática, que versa sobre a ordem da moral. Ocupar o vazio do poder público. Reparar os danos que este outro causou fazendo do prédio vazio casa para abrigar os herdeiros dos Lanceiros Negros. Fazer aquilo que o Outro *deveria*, mas não faz.

Nesta construção, nem o prédio, nem moradia, nem moradia digna se apresentam. Na sequência de *ausências* do estado perante o massacre de Porongos é a Casa de Acolhimento, projeto apresentado pela Ocupação, que é encaixada na cadeia significativa como falta que contrasta à presença dos presídios.

Proponho pensar que o nome Ocupação Lanceiros Negros –MLB/RS forja um ponto de origem histórica numa luta sem princípio e nem fim, por meio do qual os elementos significantes das posições de antagonismo entre classes se revestem de sentido. Pensar seu

funcionamento junto à memória, como aquilo que cria um *efeito de origem* para um coletivo, permite também que adentremos ao processo do assujeitamento ideológico como um “*processo do significante, na interpelação-identificação*” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 143, grifos do autor).

A ideologia interpela cada um dos indivíduos em sujeito num processo que opera pela via da contradição. Com Pêcheux ([1975] 2014) compreendemos que a interpelação versa sobre um processo de identificação do sujeito com a Forma-sujeito. Pêcheux realiza aqui uma apropriação do conceito de Forma-sujeito cunhado por Althusser e o articula de diversos modos em sua teoria materialista do discurso. É comum que encontremos este conceito, em *Análise de Discurso*, relacionado ao de *Formação Discursiva* uma vez que Pêcheux realiza esta aproximação em um determinado momento de sua obra. Deste modo, a Forma-sujeito corresponderia à forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a *Formação Discursiva* que o constitui.

Contudo, por evitar, neste trabalho realizar referências aos sujeitos, mas sim, trabalhar sobre o fenômeno instaurador da coletividade, por meio do qual se forja um lugar discursivo, onde diferentes sujeitos podem portar uma voz, buscarei a construção althusseriana de Forma-sujeito, como um modo de compreender a categoria de sujeito na história. As construções que se seguirão com base neste conceito, pautam-se nas formulações de Pêcheux que se sustentam sobre a Forma-sujeito para afirmar algo sobre a produção de conhecimento da ciência materialista e as lutas proletárias³³.

Para Althusser (1978), a Forma-sujeito diz respeito à forma histórica, ditada pelas relações sociais-jurídico-ideológicas, pela qual todos os sujeitos empíricos revestem sua existência. Forma-sujeito é o conceito teórico que permite dizer sobre a concepção idealista de um sujeito universal, ser de direitos e deveres, livre e igual, portador da racionalidade da sua espécie, responsável pelos seus atos. Forjar tal conceito materialista implica *reconhecer* o funcionamento da ficção do sujeito universal idealista, apropriar-se desta *matéria-prima* ideológica e a realizar sobre ela uma torção, um *rearranjo* que produz uma transformação, no pensamento, desta noção.

A identificação à Forma-sujeito acarreta sempre um desdobramento: de um lado, um sujeito Universal, suposto antes, em outro lugar, independentemente - pela Lei, pela moral,

³³Retificação necessária, inserida após as observações da banca de apresentação deste trabalho.

pela ciência, etc. - de outro, o sujeito identificável, ao qual é imputada a responsabilidade pelo que diz. Trata-se de um duplo, contraditório, constituinte do sujeito no social. Isso implica compreender que mesmo o mais revolucionário dos sujeitos estará sempre apto a reconhecer as evidências de realidade fornecidas pela ideologia dominante, simplesmente por se reconhecer enquanto sujeito.

Mas, se estamos aqui tratando de uma prática política, é preciso pensar o processo específico pelo qual os distintos sujeitos, de várias faixas etárias, podem dizer *nós* a partir da identificação ao significante *Ocupação Lanceiros Negros*. Com base no pressuposto lacaniano de que o significante representa o sujeito para outro significante, Pêcheux apresenta o sujeito como:

um processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é 'preso' nessa rede – 'nomes comuns' e 'nomes próprios', efeitos de shifting, construções sintáticas, etc. – de modo que o sujeito resulta dessa rede como 'causa de si'(PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 143, grifos do autor).

Nós somos os Lanceiros Negros. Ouvimos esta construção em SD1 como um modo de apresentação da Ocupação àqueles que passavam na rua. Ponto onde aquele que diz identifica a si enquanto parte de um *nós* que, por sua vez está filiado à uma memória social.

Paul Henry (1992) auxilia-nos a compreender a possibilidade de transformação *sobre a* Forma-sujeito. Se a forma jurídico-político burguesa fornece uma representação jurídica individual - de direito político individual e de propriedade privada individual -, no processo da luta de classes, as organizações políticas proletárias desenvolveram no interior das ideologias dominantes a possibilidade de uma forma-sujeito coletivo “(a célula, a seção sindical, o partido, as massas etc...) que rompe com a forma-sujeito constitutiva das ideologias práticas burguesas” (p.138).

A organização de luta que se desenvolve na Ocupação Lanceiros Negros parece ser um lugar privilegiado para desenvolver esse conceito, uma vez que abarca, de uma só vez, uma organização política e um coletivo de moradia.

SD13 - O momento que você entra num coletivo nada é teu. Então assim, teu limite vai até onde começa o do próximo. Isso também te muda, isso te faz enxergar diferente.

Ouvimos em SD13, referente ao bate-papo, algo que diz respeito ao olhar do sujeito de dentro desta prática política e sobre ela. Trata-se de um modo de dissolução da força da propriedade privada individual implicada nesta experiência de vida em coletivo. A partir do momento em que se entra, *nada mais é teu*. Um outro tipo de traçado, que delinea o limite do sujeito frente ao próximo. Os limites do individual e privado são reorganizados. Uma mudança material de condições de produção de individualidade que opera uma transformação *no* sujeito e naquilo que ele *enxerga*. Reencontramos aqui o *enxergar* na desapropriação da individualidade como ponto cego idealista. Mas sigamos.

SD14 - É por cada um ter o direito de voz na assembléia, tu tá insatisfeito, você levanta a mão, você se inscreve, você fala tudo que você quer falar. As pessoas escutam. Mas tem que escutar também. E... o coletivo é isso, é isso. E você saber que você não tá sozinho. Você está fazendo parte de alguma coisa que é grande, que vai ser grande, isso aí te dá uma satisfação muito grande também.

Em SD14, também relativa ao bate-papo, é a *escuta* e a *voz* que entram em cena. A voz como um direito próprio à organização daquela vida coletiva se realiza porque *as pessoas escutam* e há que se escutar o outro também. O que vemos retornar aqui, no discurso da Ocupação enquanto *coletivo*, são os instrumentos postos em questão pelo materialismo e pela psicanálise. A origem mítica da psicanálise remonta à reivindicação da escuta. Nesta organização de luta, a escuta parece ter sido instituída como um direito. Coletivo é *isso*, direito à voz e dever de escuta.

Tratamos o *olhar*, a *escuta* e a *leitura* como instrumentos de trituração das unidades ideológicas. Reencontramos aqui, no dizer dos sujeitos sobre a organização coletiva, o *enxergar*, o *dizer* e o *escutar* como efeito da reorganização da Forma-sujeito que versa sobre a própria construção da relação *entre* os sujeitos, suas bordas, seus limites, seus direitos. Se bem conseguimos escutar, o que SD13 e SD14 nos mostram, é que este coletivo de habitação produz uma transformação na Forma-sujeito no momento em que as fronteiras da individualidade se borram e a borda de um coletivo se inscreve. Diz Paul Henry:

[...]essa forma específica de sujeito é a base de uma concepção teórica da subjetividade não delimitada pelo individualismo orgânico do corpo humano mesmo se, para além de toda a repressão exercida fisicamente

sobre esse corpo, os indivíduos são atravessados por ela até no seu corpo orgânico (1992, p. 138, grifos do autor).

E você saber que você não tá sozinho. Você está fazendo parte de alguma coisa que é grande, que vai ser grande. O que Paul Henry teoriza é o que se encontra discursivizado em SD14. Realização de outro arranjo de unidade individual, não mais somente delimitado pelo corpo, mas que permite que o corpo orgânico de cada um componha uma outra coisa, que se agrupa também como uma unidade.

Pêcheux ([1975] 2014) trabalha de uma forma muito interessante a relação entre a ruptura epistemológica que permite a emergência de uma nova ciência e a Forma-sujeito. Isso porque a Forma-sujeito é o lugar onde se instauram as evidências de sentido das coisas do mundo. Eu sou o que sou, vejo o que vejo, digo o que digo, escuto o que escuto. Nesta coincidência do sujeito consigo, o que vejo, digo e escuto correspondem com o que sei. É isso que Pêcheux afirma figurar o ciclo cego do sujeito-centro-sentido.

Transformar a noção de sujeito – nos limites do possível que vemos ser arranjado em SD13 e SD14 – é desarranjar as evidências de sentido que ali se sustentam. E aqui, mais do que nunca, é preciso escutar a ambiguidade posta sobre o próprio termo *sentidos*.

SD15: Que você não está lutando só por você, você tá lutando pelo seu amigo, pelo seu vizinho da frente, pelo do lado que.... e ele não tá lutando só por ele, ele tá lutando por você também, pelo outro.

Podemos ler SD15 como uma afirmação onde a luta do sujeito não é a luta do sujeito. A explicação que aqui se apresenta coloca o sujeito em causa, na relação com seus vizinhos e companheiros, e assume a forma do *você* onde haveria o *eu*. *O que eu faço não é só por mim. E o que o outro faz, é por mim também.* O descentramento do *eu* estabelece outras relações de dependência em torno de um coletivo.

Ocupar enquanto instrumento de luta que instala uma organização e também um coletivo de habitação implica uma transformação sobre a Forma-sujeito e, portanto, sobre os *sentidos* dos sujeitos. Estes três recortes referem-se aos dizeres enunciados no bate-papo. O ato na rua e a audiência pública são espaços onde é preciso colocar a complexidade do objeto

de luta em cena. A outra cena, o espaço coletivo de morar, que aparece quase como um equívoco nos outros espaços enunciativos, constitui nestes recortes, a condição para organização da luta.

E aqui, não é preciso estabelecer uma linha de fronteira com um Outro, mas sim com um outro de si. *Que você não está sozinho e que você não está lutando só por você*, trechos de SD14 e SD15, que dizem sobre a Forma-sujeito coletivo que ocupação, através da negação, se distancia do traço de individualidade que marca a Forma-sujeito universal.

O *não* aqui mostra-nos que a Forma-sujeito não deixa de ser, todavia afirma espaços de sua suspensão. A luta é o elemento que parece engendrar relações outras de *dependência* entre os sujeitos, o outro, o amigo, o vizinho do lado e o da frente. Todavia a luta implica um Outro. Encontro aqui uma via para apresentar a seguinte sequência, extraída da audiência pública.

SD16: *E quando a gente decide que vai morar ali, e quando a gente decide procura um projeto pra aquele prédio, o estado não acata e não, não, nem, nem vê, faz questão de nem ler o projeto, não olha pra essas famílias, não conhece quem são as famílias que tã ali na Ocupação Lanceiros Negros. Porque o Estado, a única coisa que importa, é defender a sagrada propriedade privada.*

Se a transformação da Forma-sujeito implicada neste modo de organização de luta provoca a transformação dos *sentidos do e sobre o sujeito*, SD16 fala-nos sobre a recusa do Outro. Aquele que *não acata, não vê, não lê e não conhece*. Este Outro é cego, surdo e mudo.

É o próprio Pêcheux ([1975] 2014) quem enuncia que a forma burguesa da prática política se estrutura pela denegação da política e pelo jogo político onde se exprimem, cegamente, os interesses de classe da burguesia. A luta da Ocupação Lanceiros Negros traduz, isto é, metaforiza a verdade expressa teoricamente por Pêcheux, pela negativa que marca a *ausência* do poder público frente àqueles que reconhecem que *isso* não pode mais durar.

Vemos aqui o ponto onde os saberes da Formação Discursiva Democrática encontram o limite e passa a ser necessário amparar-se em saberes da Formação Discursiva Teórico-materialista para que uma explicação possa ser dada. *Porque o Estado, a única coisa que*

importa, é defender a sagrada propriedade privada. Figura do mestre não quer nada saber, só quer que as coisas funcionem. O saber está do lado das ideologias dominadas.

5.2 Um processo metonímico

O trabalho sobre a Forma-sujeito que é dado a ver no relato dos sujeitos sobre a organização coletiva de vida, assume, no discurso (em) público, outras marcas:

SD17: Quero saudar aí todos os moradores da Ocupação Lanceiros Negros, do Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas, nossos companheiros diários de luta e de vida, compartilhando aí a resistência, há oito meses já a Ocupação Lanceiros Negros e o nosso cotidiano de trabalho coletivo, de vivência coletiva e de luta, não só por moradia digna, mas por uma sociedade mais justa e uma sociedade digna. Pra que todo o nosso povo e os trabalhadores possam viver e usufruir de fato daquilo que produzem.

SD17 provém de uma fala na audiência pública. Uma saudação que coloca os *moradores da Ocupação Lanceiros Negros* como integrantes do *Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas* marcando, contudo, a distinção entre estas duas ordens. Neste recorte, é formulado o batimento entre o duplo constitutivo da Ocupação, a *luta* e a *vida, a resistência compartilhada, o cotidiano de trabalho coletivo, de vivência coletiva e de luta.*

O que busco destacar em SD17 é o deslizamento por meio do qual a busca por *moradia digna* expande-se, tornando-se causa cuja finalidade diz respeito a *todo nosso povo e os trabalhadores*. Este trânsito se desenvolve na construção *não só por moradia digna, mas por uma sociedade mais justa e uma sociedade digna*. O que vemos ser articulado pela estrutura *não só, mas* é a ampliação dos limites da perspectiva de luta. Acompanhando esta ampliação de fronteiras, observamos a expansão, por meio da língua, da luta de um coletivo identificável para uma generalidade de classe onde *todo o nosso povo e os trabalhadores* são inclusos.

Neste recorte podemos observar o encadeamento por meio do qual o específico e singular da luta que se desenvolvem com o nome de Ocupação Lanceiros Negros ganha

contornos de uma generalidade. Ainda em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels ([1845-1846] 1998) afirmaram que, pelo simples fato de se defrontar com uma classe, isto é, com uma unidade, as classes revolucionárias se apresentam, de início, representando a sociedade em geral diante da única classe dominante.

Este deslizamento pelo qual o particular desta luta passa a integrar uma *unidade* imaginária parece dizer: nossa luta não é (só) nossa. Efeito similar ao relato de SD15, onde *você luta pelo outro e o outro luta por você*. Acredito que possamos pensar esta delimitação outra de fronteiras enquanto um *processo metonímico*.

Na formulação clássica, a metonímia é uma figura de linguagem onde a parte é tomada pelo todo. A Ocupação, ponto de resistência em meio a outros tantos que compõem a dispersão da classe dominada, realiza um trânsito na língua, por onde sua luta integra-se a uma totalidade. Se venho me permitindo afirmar aqui que *A classe dominada não existe*³⁴, é por compreender no trajeto que vimos percorrendo aqui, que a classe dominada não compõe uma universalidade, mas sim uma dispersão frente à dominação. O que proponho aqui é pensarmos que o processo metonímico onde se realiza o trânsito entre *nós* e o *povo* realiza uma *sutura* da ausência da universalidade, tal como Pêcheux ([1984] 2011) o explicita, mostrando o processo metonímico como uma tentativa de recobrir uma perturbação.

Das muitas formulações lacanianas para a questão da metáfora e da metonímia, trago aqui um pequeno fragmento que o autor teoriza no seminário *As Psicoses* (1985 [1955-1956]). A metonímia “concerne a substituição de alguma coisa que se trata de nomear - estamos, com efeito, ao nível do nome. Nomeia-se uma coisa por uma outra que é o seu continente, ou a parte, ou que está em conexão com” (p.251). Se o nome produz fronteiras, o deslocamento,

³⁴Faço aqui uma alusão ao aforismo laciano que afirma que *A mulher não existe* enquanto significante capaz de formar um conjunto com certa regularidade. É interessante como esta asserção, pelo *não* e pela questão da existência, faz referência com o tema que vimos desenvolvendo aqui. Para além da função simbólica, Lacan busca uma formalização do *real* a partir dos matemas, grafos e formas. É porque o feminino tem algo a ver com o Real, que ele é formalizado pela via da lógica. Todavia, se a lógica impera sobre a afirmação de um universal e a negação de um particular, Lacan montará a classe do masculino sobre uma inversão, uma negação particular “existe um homem não castrado” por meio do qual se realiza a sutura que permite afirmar que “todo homem é castrado”. Isto é, o lado masculino está todo sob a ordem fálica. Mas há aquilo do real que insiste em se inscrever do lado feminino. Por isso, “não existe uma mulher não castrada” permite afirmar a classe universal onde “não toda mulher é castrada”, ou seja, o feminino não se relaciona inteiramente à ordem universal fálica, bem como a relação entre feminino e masculino não pode ser da ordem da complementariedade, mas sim da suplementariedade. Acredito que estas considerações sobre a inexistência de *A mulher* possa ter algo a ver com o universal impossível do proletariado.

possível no discurso, entre a Ocupação e Povo estabelece uma relação de contiguidade. Vejamos mais um recorte.

SD18: Por que hoje a gente não pode decidir nem o que a gente come, nem o que a gente veste. A gente não pode decidir onde a gente mora. A gente não pode decidir se o transporte público aumenta ou não, por que essa decisão não passa pelo povo, essa decisão é alheia ao povo, a gente não opina, a gente não consegue ter a voz ativa pra que a gente possa decidir de fato como vai ser a nossa cidade.

O que vemos em SD18, recorte da audiência pública, é uma explicação composta por uma sucessão de negações, do *não* ao *nem*, como modo de articulação possível da língua para *dizer a verdade*. Algo em torno da fragilidade do sujeito frente à estruturação social. Não conseguiríamos transcrever SD18 em uma oração afirmativa. Falar, em tom de denúncia, o impossível da *decisão* sobre o que se come, veste, mora, sobre o transporte e a cidade, versa sobre o próprio ciclo cego de Estado burguês. Uma verdade que se constrói na negação, isto é, na afirmação da impossibilidade.

É o *real da língua* que estamos encontrando ao longo deste trabalho. O ponto onde é o *real*, aquilo que existe independentemente do sujeito, isto é, das construções imaginárias e simbólicas, não pode ser dito por que não há palavras. Milner, ao teorizar o *real* como aquilo que precisa ser domesticado pela linguística para que se possa constituir uma escrita eficaz das coisas do mundo, afirma que o fato de que “não se diz tudo” versa tanto sobre a aquilo que não se pode dizer, quanto à ideia de que as palavras estão sempre em falta com alguma coisa. “Para o ser falante, o que é lugar de impossível é também lugar de proibição” (MILNER, [1987] 2012, p. 69).

Daí a compreensão que no discurso desta prática política as palavras estão em falta no ponto em que é impossível dizer, objetivamente sobre uma falta. E aqui a função fundamental na negação como modo de burlar o interdito no jogo entre a ausência e presença. “[...] a língua é, desse modo, aquilo que o inconsciente pratica, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a *verdade*, no compasso das palavras, fale” (MILNER, [1987] 2012, p. 22, grifo meu).

Em SD18, a sequência de negativas das impossibilidades de *a gente*, é interrompida por uma explicação que introduz na cadeia, a mesma negativa de impossibilidade, só que

relativa ao povo. A gente não pode decidir, porque essa decisão não passa pelo povo, essa decisão é alheia ao povo. Processo metonímico que explica o particular pelo universal. Se em SD17 vimos a inclusão de *todo o povo e os trabalhadores* na finalidade por meio do qual foi expressa a luta da ocupação por *moradia digna*, encontramos em SD18 a explicação da impossibilidade das decisões de *a gente* por meio da lei geral desta mesma impossibilidade para o povo. Da parte para o todo, do todo para a parte.

Mas qual o Povo é esse que não pode decidir? Tratar-se-ia do princípio democrático que se fundamenta na igualdade escandalosa por meio da qual se realiza a inversão de todas as relações hierárquicas que fundamentam a sociedade³⁵? Tal como os ocupantes de Wall Street solicitam *democracia real*? Ou como signifiante das classes dominadas, de uma perspectiva teórico-materialista, como aqueles cujo traço comum é a despossessão – de propriedade, de origem, de história? Ou mesmo o povo a que se refere às atribuições constitucionais?

Não sei se é possível responder esta questão. Até mesmo porque esta questão diz respeito a um arranjo teórico das discursividades que se apresentam sempre, de uma só vez. O sentido se realiza no deslizamento sem origem da significação. Interessa-nos aqui pensar a que serve este signifiante no dizer dessa luta.

SD19: *Então, se o prédio é do povo, não cumpre função social, ele tem que voltar pro povo, o povo tem que ter acesso a esse prédio. Aí muitos dizem: ah, se o prédio é do povo vocês tão no prédio do povo, certo? Automaticamente o prédio também é de vocês, mas também o prédio é meu. Mas a gente não impede ninguém de vir aqui, pode acessar o prédio, tá vivo o prédio. Vem aqui, brinca com as nossas crianças, quer vir aí um dia aqui almoçar, jantar lá com nós, vem, vem ver como é que que... que a gente vive, qual o projeto de sociedade que a gente tá querendo construir a partir desse prédio.*

Este trecho, proveniente da entrevista, parece-nos abarcar de modo interessante a questão do paradoxo entre o particular e o universal. Quem é o povo – instância imaginária –

³⁵Faço referência aqui ao escândalo democrático, tal como discute Rancière (2014) em *O Ódio à Democracia*.

a quem se refere o *prédio público*? Em SD19 há a uma construção imaginária de um outro qualquer que pergunta à Ocupação: *se o prédio é do povo vocês tão no prédio do povo, certo?*

Podemos retomar aqui a discussão sobre a Forma-sujeito. Como vimos anteriormente, para Pêcheux, é sob a Forma-sujeito que se inscrevem os objetos de conhecimento das práticas empíricas, sob a forma de *um sentido evidente*. Em outras palavras, trata-se do processo por meio do qual se realiza a interpelação ideológica onde se estruturam os sentidos para a realidade. A evidência jurídica do sujeito, igual, detentor de direitos e deveres bem como da evidência democrática do estado como instância responsável por garantir o bem comum são saberes inscritos na Forma-sujeito.

Em SD19 há uma ambiguidade de significação para *o povo* que deixa exposta a luta do coletivo para integrar-se a uma totalidade. O *povo* é significante da identificação de cada um dos sujeitos à universalidade da ordem social. Se o *prédio é do povo, automaticamente o prédio também é de vocês, mas também o prédio é meu*. A repetição do *também* torna simétrico o *vocês* da Ocupação e um *eu* imaginário perante ao *público*. O que se apresenta aqui é a evidência da Forma-sujeito onde, tanto o *eu* imaginário posto em cena, quanto *vocês*, são tomados como unidades de sujeito individuais e iguais. Esta construção estilhaça o recobrimento da cadeia metonímica, ao estabelecer a relação direta entre o sujeito empírico e a abstração totalizante do povo.

Seria aquilo que Pêcheux ([1975] 2014) nos apresenta como o conceito de *contratificação*, enquanto prática política espontânea do proletariado que consiste na produção de uma oposição à universalidade burguesa, calcada na própria Forma-sujeito universal. O Outro é tomado como meu oposto simétrico, “se eu fosse o povo, as massas, a classe operária, o partido!...” ([1975] 2014, p.190).

A solução para este paradoxo, em SD19, é introduzida a partir do *mas*, onde abre-se uma outra via que retoma a marca da transformação na Forma-sujeito pelo coletivo que se reúne em torno do significante Ocupação Lanceiros Negros. *A gente não impede ninguém de vir aqui, pode acessar o prédio, tá vivo o prédio. Vem aqui, brinca com as nossas crianças, quer vir aí um dia aqui almoçar, jantar lá com nós, vem, vem ver como é que que... que a gente vive*.

Não se trata aqui da Forma-sujeito que reclama a propriedade individual *daquele* prédio do povo, mas sim de uma Forma-sujeito coletivo que dá *vida* ao prédio ao *viver* no

prédio. Assim sendo, não é preciso impedir alguém de entrar, de almoçar ou jantar. *Vem aqui, brinca com as nossas crianças [...] vem, vem ver como é que que... que a gente vive.*

Vem ver. O convite ao olhar, justamente aquilo que o Outro lhes nega, conforme a construção em SD16, dissolve o trajeto cíclico por meio do qual todos e cada um é o povo. Um coletivo, uma Ocupação não é um sujeito. É uma unidade *outra*, forjada pela instauração de um nome. Aí o processo metonímico pode ser restabelecido na apresentação do *projeto de sociedade que a gente tá querendo construir a partir desse prédio.*

Neste trabalho, realizei um desvio da relação, afirmada por Pêcheux, entre a Forma-sujeito do discurso e *uma* Formação Discursiva, por meio do qual o sujeito enuncia, em conformidade com a sua posição no todo complexo das relações sociais, elementos já-ditos antes e em outro lugar, *como se* fossem suas palavras. Isto porque, Pêcheux abre-nos uma brecha ao afirmar que marxismo-leninismo teria efetuado um corte prático no terreno político, uma vez que produziu a possibilidade de uma transformação *sobre* a Forma-sujeito, que torna possível tanto a luta política proletária, quanto a ciência materialista. Não se trata nem de uma dissolução da Forma-sujeito burguesa, nem na criação de outra Forma-sujeito, *mas justamente o seu reconhecimento e o trabalho sobre os saberes que ali se inscrevem.*

Este processo, todavia, não anula a Forma-sujeito à qual cada sujeito está submetido, mas realiza uma espécie de suspensão descontínua. Na retificação, anexa à publicação de Semântica e Discurso, intitulada *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, Pêcheux questiona o próprio conceito que cunhou, a *desidentificação* que seria resultante da ruptura com a Forma-sujeito, apoiada no campo aberto pelo *marxismo-leninismo*.

A autocrítica de Pêcheux recai sobre a exposição sucessiva de dois momentos distintos: a interpelação ideológica do sujeito – e do esquecimento que lhe é decorrente – e a apropriação subjetiva dos conhecimentos ou da prática política do proletariado. O que falha aqui, do lado do materialismo, é o retorno idealista da teoria sobre a prática. Do lado da psicanálise, a crença na ilusão do poder unificador da consciência.

A interpelação e o sujeito – processo e produto – jamais podem ser sucessivos. Se a interpelação do sujeito e o que lhe é possível dizer são um só processo, este inscreve um batimento pelo qual o *non-sens* do inconsciente não cessa de se inscrever. Se o sentido é produzido sob o primado da metáfora, ou seja, pelo deslizamento sem origem do significante, é preciso acrescentar que este *deslizamento* deixa traços na Forma-sujeito. Isso significa

compreender que a interpelação não fornece garantias sobre a permanência dos sentidos. A interpelação é um ritual e como tal, falha.

A possibilidade de transformação *sobre* a Forma-sujeito permite a *tomada de posição não-subjetiva* - no sentido de uma teoria não-subjetiva da subjetividade -, nem definitiva, nem constante, mas que permite que *algo da verdade* possa ser dito, porque não se trata de dizer de *um sujeito*.

O ‘ponto de vista do proletariado’ não é nem um ponto de vista particular confrontável com os outros na pesquisa desinteressada da verdade (a cada um, o seu ponto de vista, e, acima de todos, a verdade inacessível!) nem um ponto de vista ‘universal’, de direito, embora, de fato, sendo um ponto de vista de uma classe (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 194)

O *processo metonímico* que coloca em relação a unidade da Ocupação e o universal do *povo* permite suspender o caráter subjetivo do dizer naquele lugar discursivo, mas não a subjetividade de cada um dos sujeitos que ali se encontram. É justamente sobre o caráter *não-subjetivo* deste discurso que podemos retomar a relação entre as práticas políticas e teóricas.

A formulação de *conceitos* - numa prática teórica pautada na compreensão da existência objetiva do real -, é o lugar onde se pode romper com os conhecimentos evidentes da forma-sujeito, uma vez que conceitos não possuem *um sentido evidente*, tampouco são formulações de *um* sujeito. Conceitos são construções objetivas em um processo. Um conceito é uma *redefinição* sobre um termo linguístico, cujo sentido não passa a figurar na forma universal. “O processo de produção do conhecimento está, pois, indissociavelmente ligado a uma *luta a propósito de nomes e de expressões para aquilo que eles designam [...]* e a *propósito da formulação de questões*” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.181).

É justamente por lançar mão de conceitos que uma teoria pode *dizer objetivamente algo sobre a verdade* uma vez que um conceito advém sempre de um corte com os sentidos evidentes colocados sobre um termo. Efeito do *real* no pensamento. É aqui que se situa a crítica de Pêcheux à ciência idealista, por meio do qual o subjetivo toma a aparência de objetivo.

Contudo, o processo de luta política não é uma teoria, mesmo que se apóie, como vimos, em construções conceituais materialistas, tais como exploração, lucro, etc., para dizer sobre a sua verdade. Sua prática se desenvolve justamente sobre as evidências de sentido que a cercam e que a dizem antes que seja possível dizer.

Deste modo, optei por deixar exposta a tríade de Formações Discursivas que compreendo sustentarem o discurso da Ocupação Lanceiros Negros. Não havendo metalinguagem, é sobre os elementos destes mesmos campos que a Ocupação articula seu discurso para poder *dizer a verdade*. Ao tratar da *ausência, do irrealizado, do inexistente e da impossibilidade* através das linhas de demarcação discursivas cuja negação é o principal operador, o discurso desta ocupação *reconhece* os sentidos colocados em cena nestes campos e deles se *apropria* como possibilidade de poder dizer. No arranjo específico destes três campos, é aberto um espaço por meio do qual o sentido não coincide consigo mesmo.

Estar na verdade sem poder dizê-la. Se a verdade não pode ser dita objetivamente, certamente é possível dizer sobre aquilo que é falso, ausente, falho, irreal. Emaranhar as evidências no ponto de encontro das discursividades. Esvaziar os saberes. Isso porque, como nos diz Pêcheux ([1983] 2012), “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas” (p.56).

Zoppi Fontana (2014) guia-nos pela compreensão desta afirmação ao trabalhar o discurso como um acontecimento. Para a autora, o discurso, como objeto teórico, é marcado pela “possibilidade de transformação em aberto, realizada ou realizável, no simples fato de um discurso ter existência: o seu potencial efeito desestruturador-desregularizador; sua relação constitutiva com o irrealizado” (p.30).

No processo sem sujeito nem fim da luta de classes, o que se realiza é um eterno processo de trituração, *desarranjo e rearranjo* sobre os sentidos, que nos permite *ver, ler, escutar* os sintomas do trajeto cíclico, cego, surdo e mudo da dominação. A Ocupação Lanceiros Negros é uma forma de resistência possível. Esta é uma leitura de seu funcionamento.

UM PONTO

Este trabalho foi feito de reescritas. Movido por dúvidas. Para realizar uma escuta e uma leitura discursiva de uma prática política de ocupação, percorri o caminho dos processos de transformação.

Num primeiro momento tratei de apresentar a Ocupação Lanceiros Negros e situar o percurso que acompanhei ao longo do tempo que estive produzindo este trabalho. A matéria-prima desta dissertação decorre de três momentos em que eu encontrei esta luta. Um bate-papo, momento informal de encontro entre subjetividades. Uma audiência pública, lugar de embate legítimo dentro dos aparelhos de estado. E um ato público, espaço de manifestação difusa.

Busquei, então, erigir um suporte materialista das transformações das consciências e dos conhecimentos. Esta tradição teórica fornece a escrita possível, através de um arranjo conceitual, de uma perspectiva científica e filosófica que toma posição pelo *real*. Forma inteligível de tratar o arranjo complexo da ordem social cindida em sua estrutura.

Entrei no campo da Análise de Discurso buscando investigar a montagem deste instrumento teórico que estilhaça as unidades estruturantes da realidade, da consciência e do conhecimento. Encontrei os gestos *não-subjetivos* da escuta, de leitura e do olhar como meios de detecção dos sintomas ali mesmo onde tudo parece andar muito bem. Com base neste funcionamento tratei o ato de *ocupar* como instrumento político que torna visível um sintoma social, de onde uma Ocupação advém como produto.

Partindo da constatação que *ocupar* implica estar em um lugar onde, por evidência, não se deveria estar, busquei compreender como a Ocupação Lanceiros Negros pode dizer algo sobre sua própria organização, perseguindo o modo como o *prédio*, *moradia* e *moradia digna* eram discursivizados. Para isso, procurei estabelecer relações com a discussão acerca dos objetos de conhecimento de uma ciência materialista, onde o objeto a ser conhecido não coincide com as unidades espontâneas e, portanto, ideológicas, das coisas do mundo. Neste descolamento, a questão da língua se coloca junto à formulação dos conceitos como modo de arranjo provisório da significação. Acredito que este seja um ponto que mereceria uma explanação ampliada, implicada na filosofia e na linguística.

Na leitura que realizei, atentei aos traçados de linhas de demarcação discursivas realizados, principalmente, pela negação, para compreender o movimento de apropriação, articulação e distinção de saberes pré-construídos, por meio dos quais a Ocupação torna visível: a ausência do Estado onde este *deveria* estar, o *irrealizado* da existência da lei e do direito, e o *inexistente* específico do mundo burguês sob a perspectiva teórico-materialista.

Por fim, coloquei em questão o agente desta organização que faz coincidir a *luta* e a *vida*, a partir da instauração de um *nome* como significante que forja uma unidade. A partir do deslocamento metonímico entre o coletivo da ocupação e significantes de uma totalidade, tal como *o povo* e *os trabalhadores*, trabalhei sobre a expansão, possível no discurso, da subjetividade individual para a tomada de uma posição *não-subjetiva* na luta de classes.

Iniciei este trabalho colocando em questão a concepção de sujeito da Psicologia cuja crítica é constitutiva da construção teórica da Análise de Discurso. A Psicologia não é um saber unificado em torno de um objeto definido. Há muitas abordagens distintas e contraditórias que se empenham em estabelecer fronteiras internas que permitem que cada perspectiva possa definir seu terreno conceitual na distinção das outras abordagens. Em meu percurso pela Psicologia, compreendi a *subjetividade* como conceito muito caro, trabalhado no campo da psicologia social, institucional e do trabalho. Este conceito se sustenta também na crítica à concepção da unidade de um sujeito psicológico, individual, responsável tal como podemos relacionar ao conceito de Forma-sujeito.

Para citar um exemplo de um modo como a subjetividade é trabalhada enquanto conceito essencial que norteia os estudos contemporâneos em psicologia social trago uma construção de Guattari e Rolnik (1996). “A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (p. 31).

O marxismo foi-me apresentado desde muito cedo. Na escola. Provavelmente por isso, a psicologia social, como área de saber que vem tratar da construção social dos sujeitos e dos agenciamentos coletivos por meio dos quais estes se reinscrevem, foi meu primeiro lugar de identificação teórica. O retorno às questões que se colocam em torno dos movimentos sociais que realizo aqui parece ser um sintoma deste traço. Todavia, minha aproximação com a psicanálise, campo de saber que pauta hoje minha escuta enquanto psicóloga, foi

concomitante à descoberta da Análise de Discurso, por meio do trabalho de iniciação científica nos últimos quatro anos de graduação.

A descoberta da *língua* no espaço entre o sujeito e a estrutura social foi para mim uma ruptura radical. Pensar o sujeito ideológico *na* materialidade da língua faz da Análise de Discurso um campo singular de extrema riqueza teórica e epistemológica. O discurso implica, materialmente, o conceito volátil de subjetividade. Onde mais a subjetividade poderia estar?

Apresento este percurso – subjetivo – para dizer sobre meu o trajeto neste trabalho, “por fora” do sujeito. Quem és tu para isso dizer? A pergunta que faz Pêcheux está – ainda – na ordem do dia. Vem tomando a forma do conceito de *lugar de fala*, termo que parece gerar uma produtiva discussão no campo da Análise de Discurso. Mas versa, sobretudo, sobre uma ética.

Como poderia eu ler aquilo que dizem aqueles que falam de onde não deveriam estar? Estar onde não deveria foi a sensação, esta sim subjetiva, que orientou as escolhas da montagem conceitual que realizei neste trabalho. Como nos diz Milan Kundera em *O Livro do Riso e do Esquecimento* – leitura realizada durante o trajeto de ida e volta ao SEAD deste ano -, compreender é se misturar e se identificar.

Todavia, a Análise de Discurso oferece um aparelho conceitual de fronteiras que devem ser constantemente delimitadas, que sustenta *uma escuta não-subjetiva* por meio do qual pude realizar uma – dentre tantas – *leituras* possíveis desta luta. Mas este campo, também, *torna visível* o espaço *entre* a estruturação da realidade pela Ideologia e a subjetividade. Neste lugar encontramos as práticas políticas de revolta, tal como as práticas teóricas que tomam posição pelo *real*. Lugares de produção de conhecimento. Afinal, ter um meio de dizer sobre algo do real é uma forma de produzir saber. Nem universal, nem subjetivo. Processo dialético por meio do qual se arranjam outros recortes subjetivos que permitem um modo de dizer, uma escrita possível da realidade, porque compartilhada e, certamente, não isenta de contradição.

Por fim, é preciso dizer sobre a ausência. Se esta teoria permitiu que algo fosse dito, é preciso suportar tudo aquilo que não disse. Ou porque não encontrei palavras, ou porque encontro-me (determinada) a não dizer.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez.,1990
- ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx*. 2 Ed. Tradução: Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1966].
- _____. *Sobre o trabalho teórico*. Tradução: Joaquim José Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1978 [1967].
- _____. *Lênin e a filosofia*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989 [1969].
- _____. De “El Capital” a la filosofia de Marx .In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne. *Para leer El Capital*. 6. ed. México: Siglo Veintiuno, 1973.
- _____. Observação sobre uma categoria: “Processo sem sujeito nem fim(s)”. In: *Posições –I*. Rio de Janeiro, Graal, p. 66-71, 1978.
- _____. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado: (Notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-152.
- BACHELARD, Gaston. *A filosofia do não. O novo espírito científico. A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CANGUILHEM, Georges. O que é a psicologia? *Tempo Brasileiro*, n.30-31, p.104-123, 1973.
- CARROY, Jacqueline; PLÁS, Régine. Reflexões Históricas sobre as Culturas da Psicologia. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del-rei, v. 1, n. 3, p.26-30, ago. 2008. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapi/volume3_n1/pdf/Carroy_Plas.pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.
- DORNELES, Elizabeth Fontoura. *A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados*. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos da Linguagem, Teorias do Texto e do Discurso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5337>>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo: o campo do signo, 1945/1966*. Campinas: Editora da Unicamp, v. 1, 1993.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015 [1887].
- FREUD, Sigmund. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. Tradução: A. Abreu. In: SALOMÃO, J. (org) *Edição Standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. v. 12, p. 147-159, 1969 [1912].
- _____. A Negativa. In: SALOMÃO, J. (org) *Edição Standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. v. 19, p. 293-300, 1969 [1925]

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 11-38, 2014 [1990].

_____. *A ferramenta imperfeita*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. *Rua*, Campinas, v. 1, n. 1, p.63-89, 1995 [1967].

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: *Análise do Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes, p. 21-54, 2011 [1966].

HILTON, Japiassu. *Para ler Bachelard*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética social no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. *Revista da Anpoll*. São Paulo, n.12, jan-jul, 2002.

_____. Da interpelação à falha no ritual: A trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Paulo: Pedro e João Editores, 2007.

LACAN, Jaques. *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985 [1955-1956].

_____. *O Seminário, livro 9: A identificação*. Recife, Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003[1961-1962].

_____. *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005[1962-1963].

_____. *Televisão*. Tradução: Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 [1974].

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. A ciranda dos sentidos. In: ROMÃO, Lucília Maria de Sousa; GASPAR, Nádea Regina. *Discursos midiáticos: sentidos de memória e de arquivo*. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 13-22, 2008.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon*, v. 24, n. 48, 2010.

LECOURT, Dominique. *Para uma crítica da epistemologia*. 2. ed. Textos de Ciências Sociais, v. 1, Lisboa: Assírio e Alvim. 1980.

KUNDERA, Milan. *O livro do riso e do esquecimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MACHEREY, Pierre. A filosofia das ciências de Georges Canguilhem. In: CANGUILHEM Georges. *O normal e o patológico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2009 [1966]. Disponível em <http://observasmjc.uff.br/psm/uploads/GeorgesCanguilhem-ONormaleoPatologico.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2017.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi, Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1845-1846].

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1859].

MARX, Vanessa. ARAÚJO, Gabrielle Oliveira de. Democratização do espaço público, ativismo urbano e ocupações na cidade de Porto Alegre. In: MARX, Vanessa; COSTA, Marco Aurélio (orgs.) *Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições ao Habitat III*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, p. 199-231, 2016. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/161108_livro_democracia_participacao_conflitos_virtual_cegov_2016.pdf. Acesso em 25 de junho de 2017.

MILLER, Jaques Alain. A sutura. In: COELHO, Eduardo Prado (Org.). *Estruturalismo antologia de textos teóricos*. Lisboa: Portugalia, 1967.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. Tradução de: Paulo Sérgio de Souza Jr..2012 [1987].

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Casa e a Rua: uma relação política e social. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault a Spinoza. (Tradução de Maria do Rosário Gregolin) Edição original: PÊCHEUX, Michel. Remontons de Foucault à Spinoza. In: *L'Inquietude du discours*. Textes Choisis par D. Maldidier. Paris: Cendres, 1977.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, p. 7-24, jul-dez. 1990 [1981].

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al]. *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011 [1984].

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 6. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2012 [1983].

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 59-158, 2014 [1969].

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do obvio*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

_____. Ousar pensar, ousar se revoltar. Ideologia, marxismo e luta de classes. *Décalages*. Vol. 1: Iss. 4, 2014 [1984]. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>. Acesso em: 6 jan 2017.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014 [1983].

_____. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, Bernard [et.al]. *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016 [1980].

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Tradução: Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SERIOT, Patrick. Ethnos e Demos: a construção coletiva da identidade coletiva. *Rua*, Campinas, SP. n. 7. p. 11-20, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZOPPI FONTANA, Mónica G.. Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal. *Conexão Letras*. v. 9, n. 12. 2014.

OBRAS CONSULTADAS

ARAN, Márcia. Lacan e o feminino: algumas considerações críticas. *Nat. hum.*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 293-327, dez. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302003000200001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 nov. 2017.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ordem e organização: algumas questões sobre razão e silenciamento na cidade. *Rua*, Campinas, v. 18, n. 1, p.5-20, jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638293/5913>>. Acesso em: 30 set. 2017.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. Campinas: Editora da Unicamp, v. 2, 1993.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Lacan e a Análise do Discurso. In: BALDINI, Lauro José Siqueira; SOUZA, Lucília Maria Abrahão e (Org.). *Discurso e sujeito: tramas significantes*. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

GRIGOLETO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Análise de discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, p. 123-134, 2007.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

MALDIDIER, Denise. A Inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 39-62.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e discurso. *Organon*, Porto Alegre, UFRGS, v.9, n.23,p.109-116, 1995.

_____. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUEZ, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELO BRANCO, Luiza Katia Andrade (orgs.). *Análise do discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

MODESTO, Rogério. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.1083-1093, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n1p1083/31474>>. Acesso em: 30 set. 2017.

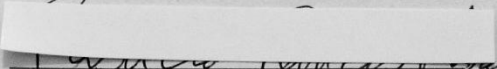
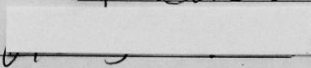
ROUDINESCO. *Filósofos na tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

ZOPPI FONTANA, Mónica G. Objetos paradoxais e ideologia. *Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista*, v. 1, p.41-59, jun/2005. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/8/12>>. Acesso em: 20 de ago. de 2017.

ANEXO I

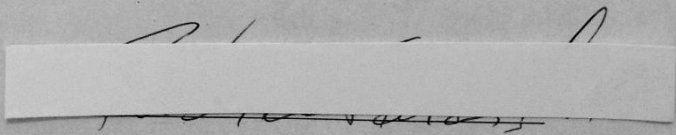
Autorização³⁶

AUTORIZAÇÃO

Eu  portador do RG:  representante dos moradores da Ocupação Lanceiros Negros – RS, autorizo a pesquisadora Raquel Alquatti a realizar a pesquisa de mestrado intitulada *A morada do dizer: a construção discursiva de um movimento de luta pela moradia* junto à Ocupação Lanceiros Negros – MLB - RS, localizada na rua General Andrade Neves, 352, Porto Alegre, Brasil.

O projeto de pesquisa está vinculado à Instituição de Ensino Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, sob a orientação da professora Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira.

Mediante esta autorização, solicitamos que após o término do projeto, a pesquisadora envie seus relatórios finais de pesquisa à Ocupação Lanceiros Negros.



Porto Alegre, 05 de Outubro de 2016.

³⁶ Os dados pessoais foram omitidos para preservar a identidade do sujeito.

ANEXO II

Modelo de termo entregue aos participantes do bate-papo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título: *A morada do dizer: a construção discursiva de um movimento de luta pela moradia*

Pesquisadora responsável: Raquel Alquatti, bacharela em Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul, mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras, na área de concentração Estudos da Linguagem sob orientação da Professora Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira.

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Letras. Brasil, Porto Alegre -RS, Avenida Bento Gonçalves, 9500 - Agronomia, 91540-000.

Objetivo Geral: Este trabalho tem como objetivo compreender de que modo se formulam os sentidos da luta política sobre moradia no espaço de vivência coletiva da Ocupação Lanceiros Negros.

Justificativa: A Ocupação Lanceiros Negros – RS instaura um *ponto a ver* no centro da cidade. Ocupa um espaço público até então desocupado, desmontando as evidências que sustentam a ordenação dos sujeitos na cidade. São os protagonistas deste acontecimento que o edificam simbolicamente através da construção de um espaço de enunciação, um terreno de onde os sujeitos que ali residem podem dizer sobre si, sobre sua morada e sobre a luta intrínseca a ela. Frente a tais compreensões, o presente projeto de dissertação justifica-se na postura política de pesquisa que busca compreender os processos de desarranjo/rearranjo dos sentidos estabilizados na sociedade, por meio de uma escuta às formulações cotidianas dos sentidos pelos sujeitos.

Procedimentos: será realizada uma entrevista coletiva, gravada em áudio digital e que posteriormente será transcrita e armazenada para uso de trechos na pesquisa, **sempre preservando a identidade e informações pessoais do participante**. Ao participar deste estudo você autoriza a pesquisadora Raquel Alquatti a reproduzir trechos da entrevista obedecendo o caráter confidencial descrito neste documento.

Caráter confidencial da pesquisa: é garantido o direito de não identificação e de manutenção do caráter confidencial da informação com relação à privacidade.

Riscos: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os depoimentos fornecidos e os textos elaborados a partir deles não representarão qualquer risco de ordem psicológica ou física para você. Contudo, caso não sinta-se confortável em responder alguma questão você poderá recusá-la sem constrangimentos.

Benefícios: esta pesquisa possibilita que as questões relativas a sua vivência sejam levadas à outra esfera do campo social - a comunidade acadêmica -, por meio de uma reflexão teórica.

Garantia de acesso: em qualquer momento, a pesquisadora Raquel Alquatti poderá ser contatada para esclarecimentos de eventuais dúvidas acerca de procedimentos, riscos, benefícios; pelo telefone (54) 9114 4692 ou e-mail r.alquatti@gmail.com. Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFRGS: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317. Prédio Anexo 1 da Reitoria, Campus Centro - Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060. Telefone: +55 51 3308 3738. E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

É garantida a retirada deste consentimento, a qualquer momento, deixando de participar do estudo, sem qualquer prejuízo pessoal.

É garantido ao participante o acesso aos resultados da pesquisa.

Conforme o Capítulo III, Art. 9 da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, são direitos dos participantes:

- I - ser informado sobre a pesquisa;
- II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III - ter sua privacidade respeitada;
- IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e
- VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Eu _____ tendo sido suficientemente informado a respeito da pesquisa, concordo voluntariamente em realizar a entrevista e participar da pesquisa. A minha assinatura neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autoriza a pesquisadora RAQUEL ALQUATTI a utilizar os dados obtidos para fins acadêmicos quando se fizer necessário, incluindo a divulgação dos mesmos, sempre preservando minha privacidade.

Declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Assinatura do participante

Local e data

Raquel Alquatti - pesquisadora

Local e data

Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira - orientadora